



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Cristiane Fortkamp Schuch

**Estrada da Mata:** o desenvolvimento da pecuária no planalto serrano catarinense e as transformações do espaço e da sociedade regional entre os séculos XVIII e XXI

FLORIANÓPOLIS

2015

Cristiane Fortkamp Schuch

**Estrada da Mata:** o desenvolvimento da pecuária no planalto serrano catarinense e as transformações do espaço e da sociedade regional entre os séculos XVIII e XXI

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação  
em Geografia da Universidade Federal de Santa  
Catarina para a obtenção do título de Doutor em  
Geografia  
Orientador: Prof. Dr. Nazareno Campos

Florianópolis  
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Schuch, Cristiane

Estrada da Mata : o desenvolvimento da pecuária no planalto serrano catarinense e as transformações do espaço e da sociedade regional entre os séculos XVIII e XXI / Cristiane Schuch ; orientador, Nazareno Campos, 2015.

184 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Geografia. 2. Geografia. 3. História Regional do Brasil. 4. Santa Catarina. 5. Bovinocultura. I. Campos, Nazareno. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

Cristiane Fortkamp Schuch

**Estrada da Mata:** o desenvolvimento da pecuária no planalto serrano catarinense e as transformações do espaço e da sociedade regional entre os séculos XVIII e XXI

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Nazareno Campos, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. João Klug, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Marlon Brandt, Dr.  
Universidade Federal da Fronteira Sul

Prof. Clécio Azevedo da Silva, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Oscar José Rover, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Jo Klanovicz, Dr.  
Universidade Estadual do Centro-Oeste

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutor em Geografia.

---

Prof. Dr.(a) Clécio Azevedo da Silva  
Coordenador(a) do Programa

---

Prof. Dr. Nazareno Campos  
Orientador(a)

Florianópolis, 22 de maio de 2015.



## **AGRADECIMENTOS**

“E aprendi que se depende sempre  
De tanta, muita, diferente gente  
Toda pessoa sempre é as marcas  
das lições diárias de outras tantas pessoas.  
É tão bonito quando a gente entende  
Que a gente é tanta gente  
Onde quer que a gente vá.  
É tão bonito quando a gente sente  
Que nunca está sozinho  
Por mais que pense estar...”  
(Caminhos do coração – Gonzaguinha)

Agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que estes anos se tornassem menos solitários.

Nas horas mais difíceis e desanimadoras, agradeço a Deus por me conceder uma família especial, da qual ganhei grandes exemplos de persistência e amor – Para minha irmã Sueli, meu cunhado Marcelo e minha doce sobrinha Heloisa, obrigada pelo carinho e pelo incentivo.

À memória dos meus pais desencarnados à dois anos, por me ensinarem que a desistência é sempre o caminho mais fácil e menos correto Nunca deixarei de sentir saudades.

Ao meu marido Luiz Fernando, muito obrigada por todo amor dedicado e por suportar pacientemente as minhas ausências, e por compartilhar comigo a alegria de esperar a chegada da Maria Valentina, nossa primeira filha.

Muito especialmente ao meu orientador, Nazareno Campos, pela disponibilidade, atenção, paciência, educação, dedicação e profissionalismo prestados estes anos.

Especialmente a José Messias Bastos, professor que dedicou parte de sua atenção diária para orientar os trabalhos de extensão realizados.

A todos os professores da Pós-Graduação em Geografia, por proporcionarem momentos de grande aprendizagem.

Para Helena e Renata, da secretaria da Pós-Graduação, por sua gentileza e generosidade, por suportarem no limite de suas paciências toda a minha loucura.

Para Cinara Machado Peres, mais que colega de trabalho, um exemplo de luta e dignidade profissional, por sua ajuda e carinho.

Aos amigos de doutorado Raquel e Lairton, pelos momentos de alegria, incentivo, desabafos e incentivos compartilhados.

Aos meus amigos e irmãos Léo Passig e Robert Bento, por arrancarem o meu sorriso, diminuírem a minha ansiedade, e prestarem sua amizade todos esses anos.

À Claurenice Mafra e Sérgio Mafra, por todo o amparo nas horas de dor e sofrimento, por sua amizade valiosa e confortante.

Aos moradores da região do planalto catarinense, pelas entrevistas concedidas e pela gentileza dispensada.

Quero agradecer também aos dos que me atenderam nas instituições, arquivos e bibliotecas consultadas durante a tese. Especialmente à Marcia, da Epagri de Lages, sempre atenciosa e solícita.

E finalmente, ao meu cachorro Lênin, por sua alegria diária, por sua fidelidade incondicional, e por me transmitir paz todos os dias.



## RESUMO

A presente pesquisa procura analisar as políticas de desenvolvimento da pecuária no planalto serrano catarinense, compreendendo a importância da atividade para o desenvolvimento regional, e as conseqüentes transformações socioespaciais causadas pela inserção de novas tecnologias de melhoramento da produção de rebanhos com objetivo de ampliar o potencial econômico em questão. Para tanto, analisa-se a formação de rebanhos de origem europeia cruzados com o exemplar “crioulo”, e seu desenvolvimento em campos do planalto serrano catarinense, e como estes mesmos campos se transformaram em função do desenvolvimento da economia regional bem como a atuação em pesquisas que permitiram a introdução no livro de registros genealógicos do país, da Raça Crioula Lageana, como animal originário da região.

**Palavras-chave:** Geografia. História Regional do Brasil. Santa Catarina. Bovinocultura.

## **ABSTRACT**

The research analyzes development policies related to livestock in Santa Catarina highland, Brazil, including the importance of livestock activities for regional development, and the following social and spatial transformations caused by insertion of new technologies to improve herd production with the aim of economic potential. To do so, we analyze the formation of herds of European origin crossed with creole specimen, and its development in the fields of Planalto Serrano Catarinense, and how these same fields have become a function of the development of the regional economy, as well as the performance of researches that allowed the introduction in the book of genealogical records of the country, of the Raça Crioula Lageana, as a native animal.

**Keywords:** Geography. Brazilian Regional History. Santa Catarina (Brazilian State). Bovinoculture.

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Biomas brasileiros, 33
- Figura 2 – Fronteiras brasileiras em meados do séc. XVIII, 37
- Figura 3 – Caminho dos Conventos, 39
- Figura 4 – Mosaico de campos de altitude com presença de araucárias, 40
- Figura 5 – Estrada da Mata, 43
- Figura 6 – Abertura do caminho Lages – Desterro, 46
- Figura 7 – Rotas, caminhos e passagens – sec. XVIII-XIX, 47
- Figura 8 – Passo de Santa Vitória, Coxilha Rica. Lages, 48
- Figura 9 – Taipas. No detalhe, corredores construídos nos campos da “Coxilha Rica”- Lages, 52
- Figura 10 – Antônio Inácio de Oliveira, ex-escravo. Lages, 1930, 55
- Figura 11 – Fazenda Cruz de Malta, casa de Correia Pinto, 58
- Figura 12 – Áreas de domínio dos “campos de Lages” e dos “campos de Curitiba”, 59
- Figura 13 – Sede do Posto Zootécnico e Estação Experimental de Lages. Morro do Posto, 84
- Figura 14 – Exemplar da raça Guzerá, 91
- Figura 15 – Exemplar da raça Árabe, 93
- Figura 16 – Exemplar de touro da raça Hereford, 94
- Figura 17 – Maquinário agrícola de propriedade do Posto Zootécnico de Lages, 97
- Figura 18 – Campo Amola-Faca, pertencente à Estação Experimental, 100
- Figura 19 – Fotografia da Tabela “População pecuária em confronto com a área e o número de habitantes para as unidades da Federação em 1914”, 103
- Figura 20 – Fotografia da Tabela “População pecuária no Estado de Santa Catarina em 1914”, 104
- Figura 21 – Cavalos Crioulos de propriedade da família Arruda, 106
- Figura 22 – Campo de Demonstração de Lages: Cultivares de espécies selecionadas de arroz, 108
- Figura 23 – Instalações do Posto Zootécnico Federal de Lages, 112
- Figura 24 – Fazenda de Criação de Lages, 1940, 114

- Figura 25 – Fazenda de Criação de Lages – Projeto de ovinocultura, 121
- Figura 26 – Estrutura fundiária brasileira, 130
- Figura 28 – Foto oficial de integrantes da Associação Rural de Lages em 1940, 134
- Figura 29 – Foto de Exemplar da Raça Bovina Charolesa, 137
- Figura 30 – Morro do Posto. Estação Experimental de Lages, em 1959, 139
- Fig. 31 - Exemplar da Raça Crioula Lageana, Morro do Posto. Lages: 1949, 162
- Fig. 32 - Exemplar da Raça Crioula Lageana na atualidade, 163
- Fig. 33 - Exemplos da Raça Crioula Lageana e Charolesa em pastagem nativa, 168

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Espécie e raça,115

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Valor da Produção e participação percentual dos principais produtos agropecuários no Valor Bruto da Produção Agrícola do Estado de Santa Catarina-1974/1975, 143

Tabela 2 - Abatimentos Anuais da Frigoplanna primeira década, 145

Tabela 3 - Seguinte produção de bovinos e ovinos em 2011, 155

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABCCL Associação Brasileira de Criadores de Crioula Lageana

EMBRAPA Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária SA

EPAGRI Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHGB Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO PLANALTO SERRANO CATARINENSE: AS PRIMEIRAS FAZENDAS DE CRIAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA</b> .....	<b>32</b>
2.1	ASPECTOS HISTÓRICO-GEOGRÁFICOS DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL E O PROCESSO DE (RE)CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM .....	32
2.2	DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DOS CAMPOS DE LAGES PÓS-CICLO ECONÔMICO DO TROPEIRISMO .....	61
2.3	PESQUISA AGROPECUÁRIA NO BRASIL E A EVOLUÇÃO DA CRIAÇÃO EM CAMPOS NATIVOS DO PLANALTO CATARINENSE .....	72
<b>3</b>	<b>CAMPO DE DEMONSTRAÇÃO E POSTO ZOTÉCNICO DE LAGES: POLÍTICAS PÚBLICAS, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, RECONFIGURAÇÃO DA ECONOMIA REGIONAL</b> .....	<b>82</b>
<b>4</b>	<b>O PROCESSO DE REVALORIZAÇÃO DOS CAMPOS DO PLANALTO CATARINENSE E A NATURALIZAÇÃO DA RAÇA CRIOLA LAGEANA</b> .....	<b>127</b>
4.1	O VALOR DOS CAMPOS COMO PASTAGENS E O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DAS ATIVIDADES .....	127
4.2	A RAÇA CRIOLA LAGEANA: GÊNESE E REPRESENTAÇÃO ECONÔMICA NOS CAMPOS DE LAGES .....	157
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>171</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>176</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa procura analisar as políticas de desenvolvimento ligadas à pecuária no Planalto Serrano Catarinense, compreendendo a importância da atividade pecuária para o desenvolvimento regional, e as conseqüentes transformações socioespaciais causadas pela inserção de novas tecnologias de melhoramento da produção de rebanhos com objetivo de ampliar o potencial econômico em questão.

Para tanto, analisa-se a formação de rebanhos de origem europeia cruzados com o exemplar “crioulo”, e seu desenvolvimento em campos do Planalto Serrano Catarinense, e como estes mesmos campos se transformaram em função do desenvolvimento da economia regional, bem como a atuação de pesquisas que permitiram a introdução no livro de registros genealógicos do país, da Raça Crioula Lageana, como animal originário da região do Planalto Serrano Catarinense.

Desta forma, o problema a ser explorado não consiste em descrever como se estabeleceu a economia pecuária, mas em compreender quais as características estruturais da sociedade e do ambiente natural sofreram alterações com o desenvolvimento de novas técnicas de criação de gado, desenvolvidas a partir da atuação de políticas públicas, instituições políticas e outras variáveis que influenciam na estabilidade de uma região e nas motivações por vezes conflitantes de seus indivíduos.

Considerando que a geografia estuda os elementos constituintes da paisagem e organização territorial, assim como sua formação social, entende-se o presente estudo em seu contexto geográfico e a partir de estruturas metodológicas que permitam compreender o espaço do homem (SANTOS, 1999, p.13), articulando uma relação concreta entre o tempo e o espaço, através de categorias de análise que nos permitam o conhecimento sistemático da organização espacial, de modo que sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho e pelo modo de produção (op.cit., p.28).

Nesse sentido, Hindenburgo Francisco Pires afirma a revalorização da história nos processos geográficos a partir do século XX, o que permitiu uma análise mais completa dos processos espaciais e seus aspectos socioculturais:

Entre todas as ciências, a história é a de relação mais íntima com a geografia. A geografia utiliza-se da história para poder compreender em tempos passados a construção do espaço, pois este [...] é o resultado da construção mútua de diferentes períodos históricos. Contudo, estudar o meio geográfico é uma condição imprescindível para o conhecimento histórico (PIRES, 2008, p. 2).

Mais do que simples espaços territoriais, os povos herdaram paisagens e ecologias, pelas quais certamente são responsáveis; ou deveriam ser responsáveis. (AB'SÁBER, 2003.p.17). Desta forma, o pressuposto teórico-metodológico desta pesquisa baseia-se em compreender a organização e a evolução da economia da sociedade do Planalto Serrano Catarinense, através de duas bases essenciais, sendo estas uma base territorial (espaço e natureza) e uma base humana (densidade, estrutura social e nível de vida, técnica, ação política, etc.). A primeira evoca a ação das condições naturais; a segunda, o estado do grupo humano (CHOLLEY, 1964, p. 270), sendo que nenhuma das duas apresenta caráter dominante na pesquisa.

Para este autor, a dificuldade de nossas pesquisas decorre, precisamente, da complexidade e da diversidade das combinações realizadas na superfície da terra [...] do mesmo modo que a complexidade das combinações de ordem humana se avoluma com o número de fatores que para as mesmas convergem. (op.cit., p.271). Neste sentido, ao discutir a formação de um método analítico para a geografia, o autor afirma que:

A sucessão de fatores políticos dão origem a diversas combinações de elementos físicos, biológicos e humanos que se encontram em combinações análogas, referentes ao exercício da atividade agrícola; mas o que lhe deu originalidade foi à maneira pela qual se agruparam e reagiram a vários elementos, uns diante dos outros, e pela qual alguns predominam no desenvolvimento das ações (op.cit., p.271).

Ao observar a complexidade das combinações de ordem humana, o autor compara a estrutura das combinações da criação de gado do sistema primitivo europeu (nomadismo) para o sistema de criação nos campos:

A combinação da criação de gado, que chamamos nomadismo é, relativamente simples. O que diferencia do sistema de criação dos nossos campos, é que esta responde a uma forte densidade de população, uma estrutura social mais estratificada, a uma técnica complexa e, sem dúvida, também, fatores de ordem política (op.cit., p.268).

Estes fatores são os alicerces para a compreensão dos estudos de ordem regional, que segundo Cholley, revelam uma variedade de combinações, delineadas em relação ao tempo e ao espaço. Para o autor, as condições naturais e as condições humanas favorecem o entendimento dos estudos regionais. Segundo afirma:

As condições naturais, em razão das disposições que oferecem à escolha do homem para o estabelecimento de relações ou pelos recursos que colocam a sua disposição, podem facilitar a elaboração de combinações diversas, auxiliar seu desenvolvimento, multiplicar seus contatos, facilitar suas substituições [...] é preciso considerar o dinamismo da humanidade que aí instala suas técnicas, suas concepções políticas ou organizadoras. Entre os fatores humanos, sem dúvida, as condições políticas que têm o papel mais eficaz (CHOLLEY, 1964, p.274).

Ainda segundo o mesmo autor, é a capacidade de mudar as combinações que define o equilíbrio entre as novas combinações e o meio em cada sociedade. Desta forma, o estudo da paisagem é um meio pelo qual se pode orientar o estudo de certas combinações, sua estrutura, evolução e rendimento, sendo esta impossível de ser descrita sem ter-se compreendido os elementos essenciais que a configuram. (op.cit., p.271). Da mesma forma, as realizações da economia política constituem para o conhecimento da estrutura de nossas combinações e para a sua evolução, experiências cheias de interesses, assim como as crises, que exprimem fenômenos de forma exagerada, colocando em evidência a estrutura da combinação e a ação de seus elementos. (op.cit., p.272).

Assim também a utilização e a combinação de diferentes referenciais, conforme áreas específicas em que atuam, permitem a interpretação de determinadas estruturas socioeconômicas, sua formação e seu desenvolvimento, partindo de uma perspectiva que articula conhecimentos variados e objetiva-se numa síntese que representa algo novo em relação a cada um dos campos

específicos por ela mobilizados. (MORAES, 2009, p.09). A interdisciplinaridade torna-se, então, uma abordagem que estabelece vínculos para um conhecimento sistematizado e ao mesmo tempo diversificado do objeto de estudo.

Sobre a base territorial da pesquisa e a relação entre a sociedade e a natureza, Jean Dorst afirma que a conservação da natureza e a exploração racional dos recursos naturais são problemas que remontam a própria aparição do homem sobre a terra, levando-se em consideração que a humanidade sempre exerceu uma profunda influência no seu habitat, muito maior do que qualquer espécie animal e, por vezes, num sentido desfavorável aos equilíbrios naturais e aos seus próprios interesses, em longo prazo. (DORST, 1973, p.01). Neste sentido cabe à presente pesquisa compreender quando os recursos naturais da região do Planalto Serrano Catarinense passaram a configurar em projetos de utilização racional ou mesmo de conservação de suas áreas nativas.

Na história da interferência humana sobre o meio natural, alguns conceitos são fundamentais para a compreensão de determinados sistemas que configuram uma maior ou menor interação entre o homem e a natureza. Assim, é de Milton Santos a contribuição para a devida conceituação de paisagem, região, espaço e espacialização.

Para o autor, a paisagem é definida como o domínio do visível (...). A dimensão da paisagem é a dimensão da percepção humana, sendo um processo seletivo de apreensão. (SANTOS, 1979, p. 68). Isto sugere que, apesar de apreendida pelo olhar humano, a paisagem não sofre as consequências da ação humana.

Na mesma análise, Milton Santos define a diferença entre paisagem e região:

A paisagem diferencia-se do conceito de região, por significar esta às áreas de ocupação humana, onde o relacionamento constante e cumulativo com a natureza permitiu a formação de um acervo de técnicas, hábitos, usos e costumes que permitiu ao homem utilizar os recursos naturais disponíveis [...] sendo que a relação entre a população e os recursos explica a diversidade dos gêneros de vida (SANTOS, 1979, p.69).

Do mesmo modo, o autor elabora a diferenciação entre paisagem e espaço:

A paisagem é diferente do espaço. A primeira é a materialização de um instante da sociedade [...]. O espaço resulta do casamento da sociedade com a paisagem. O espaço contém o movimento. Por isso a paisagem e espaço são um par dialético. Complementam-se e se opõem. Um esforço analítico impõe que os separemos como categorias diferentes, se não queremos correr o risco de não reconhecer o movimento da sociedade (SANTOS, 1999, p. 79).

Dentro desta concepção de que o espaço é a soma entre a paisagem e a sociedade, a espacialidade, ou espacialização é, segundo Milton Santos, um momento da inserção territorial dos processos sociais, nos quais inferem diretamente os conceitos de paisagem e espaço:

A paisagem tem permanência, a espacialidade é um momento. A paisagem é coisa, a espacialização é funcional, e o espaço é estrutural [...]. A espacialização é mutável, circunstancial, produto de uma mudança estrutural ou funcional. A paisagem precede a história que será escrita sobre ela ou modifica-se para acolher uma nova atualidade, uma inovação [...]. O espaço é igual à paisagem mais a vida nela existente; é a sociedade encaixada na paisagem, a vida que palpita conjuntamente com a materialidade. A espacialidade seria um momento das relações sociais geografizadas, o momento da incidência da sociedade sobre determinado arranjo espacial (SANTOS, 1999, p. 80).

Desta forma, o espaço organizado e reorganizado ao longo do tempo torna-se o ponto de referência para interpretar a dinâmica das relações socioeconômicas e as diferentes formas de compreender os limites e as autonomias de diversos sujeitos sociais em relação à utilização do meio natural.

Por sua vez, Jean Dorst afirma que a história da humanidade pode ser encarada como a luta da nossa espécie contra o meio em que se insere e sua emancipação progressiva relativamente à natureza e a algumas de suas leis, como o domínio progressivo do homem sobre o mundo com seu solo, suas plantas, seus animais, submetidas às invenções do gênio humano. (DORST, 1973, p.19). Para o autor, os progressos técnicos tornaram a relação entre o homem e o seu meio um impasse, pois o homem, imprudente, brincou de aprendiz de feiticeiro e desencadeou processos que já não consegue mais controlar. Continua ele afirmando que o homem moderno manifesta uma absoluta confiança nas técnicas aperfeiçoadas de nossos dias, ao dizer que:

O progresso realizado no campo da física e da química aumentaram em proporções fantásticas o poder dos instrumentos de que dispomos. Isto incita-nos a manifestar um verdadeiro culto da técnica, que acreditamos ser capaz de resolver todos os nossos problemas, sem o auxílio do meio que surgiram os nossos longínquos antepassados e no seio do qual viveram numerosas gerações (op.cit., p. 2).

Neste processo, um dos questionamentos que norteiam a pesquisa refere-se à existência ou não de estudos sobre a viabilidade da introdução de espécies forrageiras na região em estudo, bem como da importação de raças de gado de origem européia. Da mesma forma é imprescindível a compreensão da formação de um mercado produtor que abandonou o conhecimento primitivo de criação, colocando os rebanhos de gado nativo em processo de quase extinção até meados do século XX.

Para tanto se torna imprescindível à discussão pertinente à formação dos campos de criação do Planalto Catarinense, tomando como referência o trabalho de Léo Waibel (1979). O autor discute a influência das condições naturais na formação dos processos econômicos, bem como a influência dos fatores humanos na formação do espaço regional.

Entre as múltiplas determinações que condicionam o estudo do espaço, Léo Waibel afirma que, nas regiões de campos, as gramíneas condicionam a fisionomia e o valor econômico da paisagem que, a par com a grande distância dos centros consumidores ocasionou o seu afastamento do comércio internacional durante décadas (WAIBEL, 1979, p.38). Segundo o mesmo autor, os campos naturais convertem-se em produtos comerciáveis através da criação de animais domésticos, e seu valor econômico varia de acordo com as espécies forrageiras existentes (op.cit., p. 40).

No contexto histórico da criação de gado no Planalto Catarinense, as mudanças econômicas não se referem à determinada planta cultivada ou a determinado animal doméstico, mas focaliza o conjunto das atividades enquanto estiver em relação com o ambiente e com a sociedade (op.cit., p. 32). Neste sentido a obra de Leo Waibel contribui significativamente para a compreensão de dois conceitos ligados à utilização dos campos para o desenvolvimento da economia:

A diferença entre a forma de economia e a forma de atividade [...] é que a forma de economia fica estabelecida pelo processo de valorização da atividade econômica, enquanto a forma de atividade se refere ao processo

de trabalho. A forma de atividade é determinada principalmente pelo emprego de trabalho e capital e distinguem-se por aí formas de atividades extensivas e intensivas (op.cit., p.32).

Esta diferenciação permite o enquadramento de dois momentos distintos da história da utilização dos campos no Planalto Catarinense. O primeiro é determinado pela formação das primeiras fazendas de criação, caracterizando a propriedade particular e dos rebanhos de gado que passaram a movimentar a economia regional. E o segundo momento caracteriza o desenvolvimento da pesquisa e das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da atividade e ao melhoramento do produto destinado à comercialização.

Ainda há de se considerar que seja, possivelmente, no período de transição destas formas de atividade que o sistema produtivo do planalto catarinense tenha passado de uma perspectiva regional para um sistema produtivo modificado e estruturado a partir de vínculos com relações econômicas externas, que passaram a influenciar o mercado e a estrutura pastoril das propriedades da região.

Não obstante, Léo Waibel chama a atenção para o fato de que o estudo da geografia agrária deve compreender o modo pelo qual o homem procura angariar e valorizar as riquezas animais e vegetais. Para tanto, o estudo das formas de atividade humana incluem a diferenciação do que o autor chama de “elementos característicos de uma paisagem econômica” (WAIBEL, 1979, p.34), que consiste em descrever quais alterações na paisagem foram feitas com finalidade produtiva, uma vez que:

É diferente se o trabalho é voltado apenas para o próprio consumo ou para mercados externos, se os produtos são levados para o mercado in natura, semiprocessados ou inteiramente beneficiados, etc., também os caminhos, edifícios de moradia, instalações de beneficiamento que se destinam a fins agrícolas são elementos característicos de uma paisagem econômica (op.cit., p. 34).

Torna-se objeto deste trabalho, portanto, como o espaço foi transformado com objetivos econômicos específicos, sendo seus elementos característicos e significativos para a descrição dos acontecimentos econômicos e sua influencia no condicionamento da paisagem.

Neste sentido, o homem configura-se como peça de um conjunto complexo, onde se articula um grande número de componentes, voltados à satisfação de suas necessidades elementares exigindo a transformação profunda de determinados espaços, de forma a poder aumentar em proporções consideráveis a parte da produtividade direta ou indiretamente utilizável para seu único benefício (DORST, 1973, p. 9). Sendo assim, o processo de transformação do habitat natural para o habitat humanizado tem sua discussão válida na compreensão das formas de aproveitamento dos recursos naturais para fins de ampliar ou modificar o modo de produção voltado à atividade pecuária no planalto catarinense.

Como consequência, os objetivos referentes à transformação do espaço através da pesquisa e fomento agropecuário pelo Governo do estado de Santa Catarina, e transportadas para o Planalto Catarinense deve ressaltar, em certa medida, os efeitos das tradições culturais e o impacto do homem sobre a natureza, que não são encontradas ou comparadas a nenhuma outra espécie zoológica, e que são capazes de modificar radicalmente suas ações e reações elementares sobre o meio (op.cit., p. 10).

Ainda sobre as políticas de desenvolvimento, para que sejam aproveitadas em âmbito regional, devem ser projetadas em âmbito nacional. Jean Dorst afirma que a sua solidez deve contemplar o aproveitamento racional dos recursos ao afirmar que:

Os planos de desenvolvimento de um país, no sentido de obter o seu máximo rendimento, devem levar em consideração a “vocação” específica dos solos e conservar, particularmente nas zonas marginais, extensões tão vastas quanto possível, nas quais, os habitats naturais sejam preservados, por vezes integralmente, outras vezes num estado próximo do primitivo (op.cit. p. 12).

Neste mesmo sentido, o autor evidencia a necessidade de uma aplicabilidade racional para os conceitos voltados à utilização dos recursos naturais:

É urgente que desapareça o velho antagonismo entre os “protetores da natureza” e os planejadores. É preciso, sem dúvida, que os primeiros compreendam que a sobrevivência do homem sobre a terra exige uma agricultura intensiva e a transformação profunda e duradoura de determinados meios, e que abandonem, assim, muitos preconceitos sentimentais que por vezes prejudicaram a causa que defendiam (op.cit. p. 12).

Ao discutir o desenvolvimento do homem pré-industrial e sua influência sobre a natureza, o mesmo autor descreve o aperfeiçoamento de certas técnicas consideradas responsáveis pela expansão dos ambientes humanizados na América do Norte através dos povos pastores, modificando o equilíbrio natural e desfavorecendo certas espécies vegetais e favorecendo outras, sendo responsáveis pela transformação profunda do habitat, devido a hábitos já semi-pastoris:

Nas sociedades primitivas, a comercialização dos produtos esbarra com múltiplas dificuldades, pois a conservação da carne só pode ser comercializada, de uma forma imperfeita, pela defumação ou salga. Estes processos artesanais não permitem uma comercialização em larga escala, que, desde a descoberta de processos de conservação mais aperfeiçoados, tornou-se muito mais perigosa para o equilíbrio natural. Estes homens modificaram progressivamente os seus meios de subsistência [...]. No início, é provável que os animais que eram objetos de tentativas de domesticação vivessem ainda no seu habitat de origem, sem que este sofresse transformações profundas. Em seguida o homem deslocou-os, seja levando em suas migrações, seja modificando o meio em função de conhecimentos empíricos progressivamente adquiridos, de forma a favorecer os animais colocados sob sua proteção (DORST, 1973, p. 22).

A conceituação de Jean Dorst sobre a relação pouco harmoniosa entre o homem e a natureza infere diretamente sobre os impactos de povos pastores e o processo de transformação usual que se agrava a partir do momento em que o homem tende a aumentar rapidamente seu modo de produção, discutindo os impactos e a evolução econômica provocada pela multiplicidade de novas práticas, geralmente adotadas com uma incompreensão da utilização racional dos recursos naturais, sendo fundamental para analisar, de forma mais contundente, o impacto causado pela adoção de sistema de desenvolvimento pecuário de regiões que alteraram profundamente o equilíbrio natural em exclusivo benefício, como a Europa e América do Norte (op.cit., p. 37). Além disso, o permeia inúmeros exemplos de como alguns habitats foram modificados lentamente, permitindo a adaptação da flora e da fauna às novas condições, e regiões em que a paisagem natural sofre a devastação assustadora, a exemplo da América do Sul, em que a Araucaria angustifolia sofre a invasão de espécies exóticas que alteram as condições ecológicas do sul do Brasil (op.cit., p. 55).

Ainda sobre a introdução de plantas e animais exógenos o autor afirma que “por diversas razões [...] o homem fez questão de transportar seres vivos por todo o mundo. Muitos se transformaram em “pragas”, multiplicando-se enormemente, competiram ou destruíram os seres vivos autóctones” (op.cit., p. 88). Esta questão nos leva a discutir o processo de formação dos rebanhos de gado importados, e sua relação com o ambiente natural, bem como na gradativa transformação deste ambiente para atender a nova demanda de animais e delimitar sua adaptação.

A análise da organização espacial do Planalto Serrano Catarinense exige compreender inicialmente como os campos naturais adquiriram o valor de pastagens, desenvolvendo sua produção através da criação de gado, que revela outras variantes de pesquisa como mão de obra, transporte, capacidade alimentar por número de rebanho e, também, o sistema de exploração empregado.

Sabe-se que há uma alteração destas variáveis, à medida que a ocupação e a organização social da região sofrem alterações relativas à densidade populacional e ao cercamento de propriedades que delimitam o espaço do rebanho por propriedade. Neste sentido, vale a compreensão de como as mudanças relativas ao sistema de produção alteraram também a organização das fazendas tradicionais de criação.

Vale ressaltar que, a produção de forrageiras também é responsável pela transformação da economia, de um sistema natural ou “primitivo” para um modo de criação voltado ao mercado mais especializado. Para compreender este processo o próprio modo de produção torna-se uma categoria analítica, de forma que o presente trabalho possa estabelecer períodos de micro-transições na produção pecuária, através de dados estatísticos sobre as áreas de distribuição de espécies animais e vegetais, ou seja, dados referentes às áreas de plantas cultivadas e rebanhos de animais domésticos, e que inferem diretamente na ligação comercial entre o Planalto e o litoral catarinense.

Estes dados são responsáveis pela identificação de regiões (ou número de propriedades), que se tornaram referências em produção e distribuição, determinando como espécies animais e vegetais começaram a ser gradativamente substituídas por outras espécies economicamente mais vantajosas.

Para tanto, a metodologia desta pesquisa conta com obras e relatórios produzidos pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa

Catarina (EPAGRI – Lages), a fim de proporcionar melhor entendimento sobre as atividades de melhoramento e manejo de pastagens naturais no Planalto Catarinense, ressaltando que, a própria história da instituição converge para a compreensão da atuação de instituições de pesquisa voltadas, em seus projetos, à produção pecuária, considerando o propósito de “não somente explorar o meio, mas interagir com ele, de forma que as condições econômicas, sociais, culturais e ambientais sejam potencializadas” (CÓRDOVA, et.al. 2004, p. 1). Busca-se com estas referências compreender a tecnologia gerada ou adaptada sobre o melhoramento dos campos naturais do Planalto Catarinense e suas consequências econômicas e ambientais.

Consequentemente, as áreas de distribuição são de fundamental importância para entender as relações sociais configuradas no espaço e também quais eram as determinações do modo de produção e a formação de mercado produtor, levando em consideração que o recorte espacial delimitado pela Estrada da Mata enquadra-se numa estrutura maior, de dinamização da economia. Portanto, além de uma abordagem que valoriza a formação destas estruturas econômicas, a utilização de fontes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Arquivo Histórico e Geográfico do Estado de Santa Catarina e do Museu Histórico de São José permitiu mapear a expansão das redes que asseguraram que a pecuária serrana catarinense fosse inserida no contexto da economia nacional.

A partir desta perspectiva, Antônio Carlos Robert Moraes afirma que, aparentemente, formas inertes possuem o poder de influir na dinâmica da sociedade, no momento em que a produção social do espaço material, a valorização objetiva da superfície da Terra, a agregação do trabalho ao solo, passa inapelavelmente pelas representações que os homens estabelecem acerca de seu espaço. (MORAES, 1996.p.15). Segundo o autor, ocorre uma valorização subjetiva do espaço que define a humanização e a apropriação da natureza, ao afirmar que:

O espaço produzido é um resultado da ação humana sobre a superfície terrestre que expressa, a cada momento, as relações sociais que lhe deram origem. Neste sentido a paisagem manifesta a historicidade do desenvolvimento humano, associando objetos fixados ao solo e geneticamente datados. Tais objetos exprimem a espacialidade de

organizações sociopolíticas específicas e se articulam sempre numa funcionalidade do presente (op.cit., p. 15).

Por sua vez Milton Santos, ao discutir as metamorfoses do espaço habitado, afirma que “o fenômeno humano é dinâmico, e uma das formas de revelação deste dinamismo está exatamente na transformação qualitativa e quantitativa do espaço habitado”. (SANTOS, 2008, p. 42). Desta forma, atenta-se para a necessidade do pesquisador de compreender as muitas reorganizações, onde a produção humana torna-se arcabouço. Para ele, a partir do século XVIII, a história do homem é marcada pela crescente internacionalização da economia capitalista com uma total interdependência das diferentes economias nacionais; assim,

[...] o mundo como um todo, tornou-se uno para atender as necessidades da nova maneira de produzir, que passa por regiões, países, culturas, etc. Mas enquanto os processos modernos de produção se espalham por todo o planeta, a produção se especializa regionalmente (op.cit., p. 52).

Nisto, sendo o processo produtivo um sistema que se especializa regionalmente, o autor afirma a importância dos estudos regionais:

Num estudo regional se deve tentar detalhar sua composição enquanto organização social, política, econômica e cultural, abordando lhe os fatos concretos, para reconhecer como a área se insere na ordem econômica [...] levando em conta o preexistente e o novo, para captar o elenco de causas e consequências do fenômeno (op.cit., p. 54).

Isto nos leva à compreensão de que a formação sócio-espacial do Planalto Catarinense permite discutir sua transformação socioeconômica entre os séculos XIX e XX a partir de uma estrutura que Ignácio Rangel chama de “Ciclo Longo”, por fazer parte de uma conjuntura econômica que, assim como no restante do Brasil, é extremamente sensível aos acontecimentos internacionais e permitem um estudo mais completo das mudanças estruturais as quais a sociedade foi exposta. Dentre os indicadores de longa duração trabalhados por Rangel, merece destaque a influência de países mais desenvolvidos em taxas de importação e exportação, que atuam como um centro dinâmico, atraindo ou repelindo economias periféricas, onde se engendram e se propagam inovações tecnológicas e substituição de técnicas (RANGEL, 1981, p.56).

Desta forma, o problema a ser explorado não consiste em descrever como se estabeleceu a economia pecuária, mas em compreender quais as características estruturais da sociedade e do ambiente natural sofreram alterações com o desenvolvimento de novas técnicas de criação de gado, desenvolvidas a partir da atuação de políticas públicas, instituições políticas e outras variáveis que influenciam na estabilidade de uma região e nas motivações por vezes conflitantes de seus indivíduos.

Neste sentido, Moraes afirma que não existe “consciência coletiva”, mas valores sociais [...], onde as leituras individuais do mundo se fazem por parâmetros gestados pela sociedade e não devem ser opostos na análise. “Dar conta de suas relações é captar a dialética do conhecimento” (MORAES, 1996,p. 17). Para o autor:

As formas espaciais produzidas pela sociedade manifestam projetos, interesses, necessidades, utopias. São projeções dos homens (reais, seres históricos, sociais e culturais) [...] de modo que os saberes rudimentares, pré-científicos que nortearam a relação homem/espaço em determinado período histórico constituiu-se na primeira leitura do espaço (op.cit., p. 28).

Por conseguinte, as fontes orais permitem uma interpretação mais contundente sobre a dinâmica econômica e os projetos desencadeados para o desenvolvimento da pecuária regional.

Desta forma, entende-se como necessário o estudo de estruturas regionais como parte integrante da periodização da história da economia brasileira e suas múltiplas interfaces, onde diferentes modos de produção tornam-se a categoria analítica indispensável para compreender um objeto totalizante.

Assim também estes períodos de transição permitem detectar regionalmente a permanência de estruturas pré-capitalistas e a emergência de estruturas capitalistas de produção num mesmo espaço; em que a transição do século XIX para o século XX caracteriza-se pela dispersão de modos de produção e, não havendo linearidade, encontram-se divididas entre formas simples e complexas de organização econômico-social. Assim, se a organização do latifúndio pastoril apresenta-se regionalmente numa estrutura que se assemelha ao feudalismo, dentro da estrutura nacional, o desenvolvimento de novas ideologias permite o surgimento

de instituições, ainda durante o Império, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que reuniram variada documentação sobre a colonização brasileira e, delimitaram a existência de espaços em que, o uso do patrimônio natural brasileiro emergia como questão básica em face do dinamismo e velocidade da ocupação do espaço, de forma que estes territórios passaram a ser entendidos dentro de um projeto de ocupação prática e sua legitimação simbólica (MORAES, 2009, p. 29).

É neste contexto que as políticas públicas de desenvolvimento regional emergem de forma a aplicar projetos de desenvolvimento econômico em regiões que anteriormente não faziam parte dos polos de desenvolvimento do estado de Santa Catarina. Para Moraes, a partir de então o discurso regionalista aparece para tornar os processos sociais qualidades do espaço:

O regionalismo é assim, um grande instrumento de separação e de diferenciação. Observa-se que a identidade pelo espaço, ao mesmo tempo em que cimenta as concepções nacionais ao nível das classes dominantes, atua na dispersão dos dominados, em seu seccionamento no território. Para as elites, o nacional como horizonte geográfico; para as classes populares, o local, ou no máximo o regional como perspectiva de espacialização. Portanto, a concepção do território une ou divide os sujeitos políticos a partir do momento em que torna as relações entre as pessoas e classes como relações entre lugares (op.cit., p.102).

Conseqüentemente, uma das questões levantadas no processo de pesquisa consiste em saber qual a vulnerabilidade do território aos altos e baixos da economia nacional e, de que forma há influencia destas estruturas no sistema de produção regional e vice-versa, partindo da premissa de que:

se num processo já remoto da economia brasileira era possível falar em quadros regionais “fechados” – e mesmo assim há quem acredite em fluxos intercoloniais intensos – conforme se vão expandindo as relações plenamente capitalistas em nosso país, esta situação vai sendo superada no processo de constituição de uma “economia nacional distribuída por vários lugares”. Nesse processo a afirmação regional vai mudando sua qualidade: de realidade empírica se torna pura ideologia (realidade enquanto representação simbólica) (op.cit., p. 104).

Em outras palavras, busca-se delimitar como a pecuária serrana catarinense passou a fazer parte dos projetos de desenvolvimento Federal e, quais estruturas contribuíram para esta nova fase, modificando a concepção de produção regional.

Desta forma, o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder (SOUZA, apud CASTRO et.al., 2007, p. 78), estabelecidas a partir de políticas públicas adotadas para o desenvolvimento rural do estado de Santa Catarina, e que foram gradativamente moldadas pelas condições socioambientais predominantes na geografia regional.

A necessidade, além dos conceitos fundamentais da pesquisa, de compreender as interpretações sobre os projetos de desenvolvimento pecuário no Planalto Catarinense, implica no esforço da investigação científica em articular dados empíricos e teóricos. Dados estes que pautam diferentes sujeitos na reprodução de relações sociais, que não podem ser vistas apenas na materialidade dos acontecimentos, mas na ideia criada e recriada sobre o espaço social e suas estruturas econômicas. (SOUZA, 2013, p. 15).

A modernização do espaço agrário com objetivo de incorporá-lo à lógica do mercado e o conseqüente investimento na difusão de diversas espécies de forragens exóticas, introduzidas pelo Estado, por criadores ou de forma acidental,<sup>1</sup> alteraram a paisagem local. Sendo que muitas dessas espécies passaram a se multiplicar e a competir, ocupando espaços da vegetação nativa, provocando com isso a perda da biodiversidade e mudanças na fisionomia da paisagem (BRANDT, 2012).

Assim, a dinâmica do espaço geográfico precisa ser compreendida à luz dos processos sociais que a engendram (PEREIRA, 2003), de modo que, a ordem capitalista reorganiza os espaços de trabalho em economias regionais, segundo a construção de modelos de desenvolvimento politicamente delineados (SÁBATO, 1989).

Tomando por base que a pesquisa é delineada num tempo e espaço pré-definidos, entende-se que o passado nos oferece um rico banco de dados com o qual podemos aprender e estabelecer diferentes categorias de análise, para compreender as relações socioeconômicas configuradas no espaço, considerando a sociedade e a natureza como fatores determinantes nos processos históricos que

---

<sup>1</sup> Muitas forrageiras passaram a ser disseminadas em diferentes territórios em decorrência do trânsito de animais, intensificação dos transportes ou pela própria ação da natureza.

envolvem a formação sócio-espacial do planalto catarinense (DIAMOND, 2005, p. 17).

Enfim, a estrutura desta tese delimitou-se em três capítulos. O primeiro, intitulado “Formação Sócio-Espacial do Planalto Catarinense: As primeiras fazendas de criação e o desenvolvimento da pecuária regional” têm como objetivo compreender o processo de povoamento do Planalto Catarinense e sua dinâmica econômica a partir da formação dos primeiros latifúndios ligados à pecuária, analisando os modos de produção ligados à formação das áreas de pecuária extensiva e a importância dos campos naturais para o desenvolvimento econômico regional. Bem como os sistemas de organização da estrutura produtiva e a organização do espaço para esta finalidade.

O segundo capítulo, denominado: Campo de Demonstração e Posto Zootécnico de Lages: Políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico e a reconfiguração da economia regional, busca compreender o período histórico em que as políticas públicas passaram a influenciar a organização político-econômica do Planalto Serrano Catarinense, discutindo os objetivos e as finalidades da Estação Experimental e sua relação com o desenvolvimento da pecuária local. Além disso, analisar-se-ão as mudanças ocorridas no modo de produção a partir das atividades de fomento e pesquisa, e os projetos desencadeados com base na melhoria e na ampliação da criação de gado na região serrana catarinense, caracterizando as novas relações socioeconômicas estabelecidas a partir da introdução das primeiras raças de gado europeu na região e a formação das primeiras feiras agropecuárias com finalidade de ampliar as relações comerciais para este fim.

O terceiro e último capítulo, denominado: O processo de revalorização dos campos do Planalto Catarinense e a naturalização da raça Crioula Lageana, aborda o momento histórico em que as questões ambientais passaram a configurar nas preocupações referentes às políticas de desenvolvimento regional, de forma a compreender o processo econômico que permitiu a manutenção de exemplares vegetais e animais nativos e sua reavaliação como base fundamental no processo de desenvolvimento da pecuária regional. E, o desenvolvimento da pesquisa que delimitou a formação da Raça Crioula Lageana como típica do Planalto Serrano Catarinense, contribuindo para o entendimento das múltiplas determinações, de caráter político, econômico, social e ambiental associadas à atividade pastoril.

Considerando a relação entre sociedade e natureza através do conceito de modo de produção, existem desafios e perspectivas ligadas à dinâmica regional que exigem da pesquisa um caráter interdisciplinar, de forma a compreender como a pecuária serrana catarinense incorporou o processo de modernização do modo de produção e, readaptou as estruturas econômicas, fazendo-se necessário uma escala de análise que identifique as áreas de distribuição e os limites da modernização da pecuária na região, relacionando as atividades humanas que alteram o ambiente e a implantação de modelos econômicos.

## **2 FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO PLANALTO SERRANO CATARINENSE: AS PRIMEIRAS FAZENDAS DE CRIAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA**

Este capítulo discute a formação da pecuária no Planalto Serrano Catarinense desde o período colonial.

### **2.1 ASPECTOS HISTÓRICO-GEOGRÁFICOS DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL E O PROCESSO DE (RE)CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM**

A formação sócio-espacial do Planalto Serrano Catarinense, bem como a organização da pecuária como atividade econômica, só pode ser compreendida por meio de uma revisão de fatos históricos que impulsionaram a ocupação desta parte do território sul brasileiro. Trata-se de um estudo que visa compreender um tema específico, sem perder o panorama de informações que circunda os estudos regionais em questão, sistematizando as ideias dispersas em outros textos.

Os estudos geográficos, de áreas rurais, caracterizam-se por empregarem diferentes métodos que auxiliam nas definições e reflexões sobre o objeto de investigação do pesquisador. Apesar de algumas obras referentes à teoria e metodologia da geografia definir a divisão e a periodização de momentos distintos que separam, metodologicamente, os estudos de geografia agrária, a Teoria da Combinação, de André Cholley, afirma a existência de uma sobreposição entre os estudos baseados na geografia clássica e na geografia nova (ALVES, 2009, p. 3). Trata-se de uma evolução teórico-metodológica que se utiliza do estudo da paisagem e a distribuição e comercialização de produtos como vertentes de estudo, entretanto, levando em consideração outros elementos, de enfoque mais social, preocupando-se com as condições de vida da população, a apropriação dos meios de produção por diferentes classes sociais e as questões ligadas ao desenvolvimento (op.cit., p. 4).

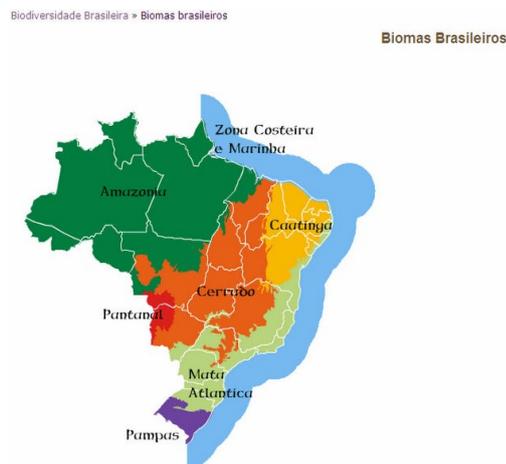
A pecuária não era considerada uma atividade primordial no Brasil até meados do período Imperial, por não se constituir em produto de exportação, isto, evidentemente, se relacionado às atividades agrícolas ou extrativistas exportadoras diretamente ligadas à Divisão Internacional do Trabalho. Todavia, além de seu importante papel no processo de expansão econômica e territorial, suprindo o mercado interno com couro e carne, abasteciam diretamente as áreas de produção

para exportação com animais para força de tração, como os centros produtores de açúcar, ouro, algodão, e mais tarde o café.

Salienta Martins (2009, p. 11) que “os primeiros rebanhos de bovinos da América vieram por ocasião do Descobrimento. Estes aportaram em meados do século XVI, trazidos por portugueses e espanhóis”. Há certo entendimento, por parte de diferentes autores, de que os primeiros exemplares tenham sido obra de D. Ana Pimentel, esposa e procuradora de Martin Afonso de Souza, procedentes da Ilha da Madeira e levados para a Capitania de São Vicente, juntamente com a cana-de-açúcar (EHLKE, 1973, p. 73). Nos anos seguintes, formaram-se inúmeros rebanhos nos principais núcleos povoadores da Colônia Portuguesa (São Vicente, Bahia e Pernambuco) (ARAÚJO, 1990, p. 164).

Sob o ponto de vista das condições ambientais, as formações campestres que poderiam ser destinadas a criatórios são encontradas em todos os biomas brasileiros (Figura 1), mas sua predominância se dá somente no bioma Pampa, no sul do Brasil. Assim, a pecuária que originalmente se instalou no nordeste brasileiro, para que não ocupasse e danificasse os espaços destinados aos canaviais, foi dirigida ao interior, sendo responsável pela abertura de novas áreas de povoamento da colônia portuguesa (BOLDRINI, 2002).

Figura 1 – Biomas brasileiros.



Fonte: ICMBIO. Disponível em: [www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/centros de pesquisa](http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/centros%20de%20pesquisa). Acesso em: 2 fev. 2013.

Os campos sulinos são ecossistemas naturais com alta diversidade de espécies vegetais e animais. São os campos dos biomas brasileiros do Pampa e Mata Atlântica e que se estendem sobre amplas regiões do Brasil, Uruguai e Argentina. Garantem elementos ambientais importantes como a conservação dos recursos hídricos, a disponibilidade de polinizadores, e o provimento de recursos genéticos. Além disso, têm sido a principal fonte forrageira para a pecuária, abrigando alta biodiversidade e oferecendo beleza cênica com potencial turístico importante (Campos Sulinos. apresentação v.1).

A enorme diversificação de plantas nativas nos campos do sul do Brasil sugere a variedade de ecossistemas. Cada região possui ambiente específico, sendo que, mais do que simples espaços territoriais, os povos herdaram paisagens e ecologias pelas quais certamente são responsáveis ou deveriam ser responsáveis (AB'SÁBER, 2003).

Auguste Saint-Hilaire, em seus escritos sobre a “viagem a Curitiba e Santa Catarina”, relata a beleza das paisagens dos campos, avaliando a convivência do gado em meio às grandes árvores que formam o mosaico campo-floresta da Mata Atlântica sul brasileira:

[...] No meio das matas pouco densas e frequentadas pelo gado, encontra-se comumente uma árvore alta que, não só por seu talhe como pela tonalidade de sua folhagem, se sobrepõe, por assim dizer, à araucária: Enquanto esta apresenta apenas alguns verticilos de ramos espessos, recurvos como candelabros, a outra exibe uma ramagem exuberante; as folhas da araucária são de um verde sombrio e as da outra, brancas em baixo, se assemelham quando vistas de longe, ao nosso salgueiro. Trata-se da vassoura da casca preta [...] (1820 p. 3).

Segundo afirma, a paisagem descrita e as águas límpidas constituem a riqueza dos campos, tornando as condições climáticas salubres, influenciando diretamente a saúde de seus habitantes, pois “respirando um ar puro, sempre galopando pelos pastos, ocupados em laçar ou arrebanhar animais, os habitantes dos campos gerais desfrutam de excelente saúde, sendo numerosos entre eles os homens de idade avançada” (p. 3).

De acordo com Nabinger, a introdução do gado pelos jesuítas nas regiões de planalto do sul do Brasil causou um distúrbio na floresta de araucária e tornou mais frequente uma vegetação secundária. Além disso, a pecuária afetou diretamente a vegetação, que sofreu ao longo dos séculos modificações devido às

transferências de criatório de gado, pois a remoção da biomassa e o pisoteio controlam o avanço de espécies florestais, cujos indivíduos jovens são incapazes de rebrotar (1998, p. 23).

Desta forma, entre os principais fatores que definem a vegetação campestre sul brasileira, a pecuária tornou-se principal fonte mantenedora ou transformadora das características fisionômicas e ecológicas dos campos. Defende ainda o referido autor que a criação de gado no sul do Brasil geralmente ocorre com pastejo contínuo e extensivo, ocorrendo ainda de forma excessiva, e assim,

O pastejo excessivo resulta em diminuição na cobertura do solo e em riscos de erosão, além da substituição de espécies forrageiras produtivas por espécies que são menos produtivas e de menor qualidade [...]. Por outro lado, uma pressão de pastejo extremamente baixa pode resultar na dominância de gramíneas altas de baixo valor nutritivo ou de arbustos e outras espécies de baixa qualidade forrageira (p. 30).

E continua, em sua argumentação, que, para um campo ser sustentável é necessário alcançar um balanço entre a produção forrageira, a diversidade de espécies e a preservação do solo.

Tudo isso vem a corroborar com as palavras de Alfred W. Crosby segundo o qual a conquista ibérica e a conseqüente introdução de plantas e animais foram responsáveis pela criação de enormes áreas de solo alterado, ao afirmar que:

Florestas foram arrasadas para fornecer madeira e combustível e para abrir caminho a novos empreendimentos. Rebanhos florescentes de animais do Velho Mundo pastavam e excediam-se pastando nas áreas de relva e invadiam a floresta; e os campos cultivados das declinantes populações ameríndias reverteram ao estado de natureza cujas plantas mais agressivas eram agora imigrantes exóticos (p. 138).

No que respeita à utilização dos campos do sul brasileiro, Barbosa (1978, p. 93) os historiciza argumentando que “iniciou-se com mais intensidade a partir de 1701, quando uma proibição real forçou a transferência dos criatórios para uma distância de no mínimo dez léguas das lavouras de cana-de-açúcar”. Esta transferência foi responsável, em parte, pelos conflitos estabelecidos entre a Coroa Portuguesa e Espanhola e os Jesuítas. Estes, já ocupavam a região desde os

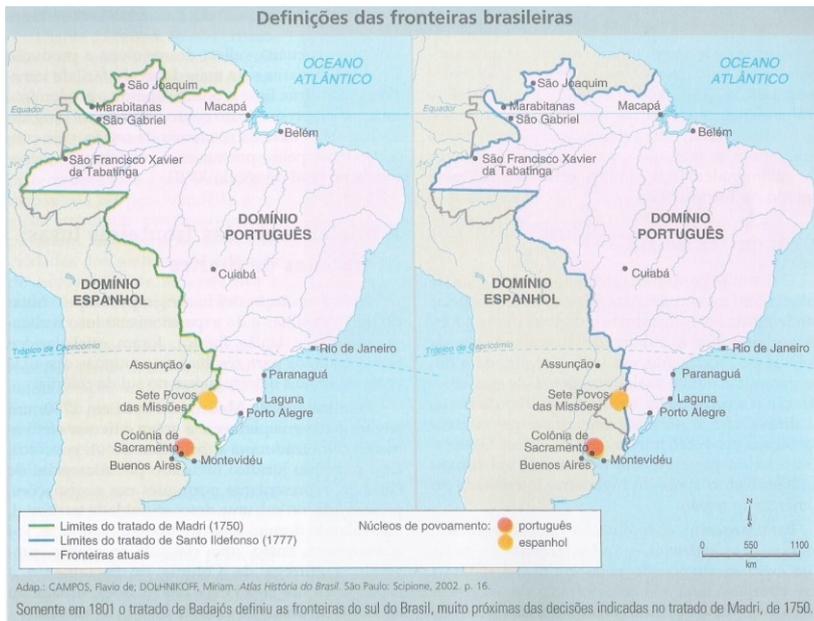
primeiros anos da colonização, objetivando catequizar a população indígena e estabelecendo princípios culturais, sociais e religiosos europeus em território colonial. Formaram reduções independentes, através da organização do trabalho agrícola e da criação de rebanhos de gado solto, possibilitando reservas para suas estâncias. Em 1688, quando os Portugueses fundam Laguna, tem-se início as atividades comerciais com a Colônia do Sacramento, e esta atividade passou a ser objeto de disputa entre diversos setores sociais.

Neste sentido, a questão de limites e fronteiras entre as Coroas Portuguesa e Espanhola acentuam as tensões existentes naquele território. Primeiramente o Tratado de Madri estabelecia, em 1750, uma permuta entre a Colônia do Sacramento, dos portugueses, e os Sete Povos das Missões, dos espanhóis. Mas em consequência dos conflitos um novo tratado foi assinado em 1777. Era o Tratado de Santo Idelfonso, que devolveu o território dos Sete Povos para os espanhóis. A partir dele, os limites de fronteira ficaram estabelecidos na região que hoje compreende Santa Vitória do Palmar e o Chuí, sendo que nesta área de fronteira se criou os “Campos Neutrais”, ou seja, um espaço a ser respeitado pelas duas Coroas.

De acordo com Osvaldo André Oliveira, o processo de colonização gradativamente expulsou os indígenas que ocupavam estas terras, desenvolvendo a exploração mercantilista através do apresamento e da comercialização das cabeças de gado xucro existentes no território (2010. p. 7).

Somente em 1801 que a questão dos limites territoriais entre as duas Coroas foram estabelecidos, através do Tratado de Badajós, que retomou a divisão estabelecida em 1750. O mapa abaixo (Figura 2) identifica as transformações ocorridas através destes tratados, que foram basicamente no extremo sudoeste do país, o que nos faria perder boa parte do atual pampa.

Figura 2 – Fronteiras brasileiras em meados do séc. XVIII.



Fonte: Atlas Histórico do Brasil. São Paulo: Scipione, 2002, p. 16.

Com a chegada dos bandeirantes, os jesuítas se retiraram deste território, levando os nativos para a outra margem do Rio Uruguai, deixando rebanhos de gado xucro que formaram as “Vacarias del Mar”. A Vacaria do Mar estava num território que pertencia ao Rei de Espanha, pois a partir de 1640, com o termino da União da Coroa Ibérica, o suposto Tratado de Tordesilhas voltava à tona. Todavia o território era administrado pelos padres da Companhia de Jesus.

Fugindo de espanhóis e portugueses, o padre jesuíta Lauro Nunes fundou, em 1702, a “Vacaria dos Pinhais”, transferindo a atividade pecuária para os campos de cima da serra, e moldando as bases da economia regional neste território. Assim, os primeiros rebanhos de gado desenvolveram-se no sul do Brasil através dos rebanhos transferidos pelos Jesuítas das Vacarias del Mar (Pampa Gaúcha) para os campos de Cima da Serra, formando as Vacarias Del Piñar, protegidos ao norte e nordeste pelos Aparados da Serra e ao oeste, sudoeste e sul pelo Mato Castelhana e o Mato Português. Segundo Julio Quevedo “preação de gado” foi objeto de atenção de diferentes grupos sociais para comercialização do couro:

Neste período, a carne não era considerada um bem econômico, sendo consumida no local aquela necessária à subsistência por ocasião do abate

e a restante deixada apodrecer. A chamada Preia de Gado Alçado, para a comercialização do couro movimentou o extremo sul, atraindo as atenções para a região que se tornou conhecida pela sua riqueza pecuária (QUEVEDO, 1991, p. 27).

De acordo com Walter Piazza o gado alçado xucro “encontrado nos campos de Cima da Serra, deu início a um processo socioeconômico de recíprocos interesses entre os “lagunistas” e os estancieiros que se firmavam nos campos nativos do continente do Rio Grande. Isto, em função da necessidade de alimentos nas áreas de mineração do Brasil Central, iniciando-se o primeiro projeto de abertura de um caminho que ligasse as “vacarias” aos campos gerais de Curitiba” (1982, p. 76).

Ainda segundo o mesmo autor, a partir da abertura do caminho do sul e da então decisão do Governador da Capitania de São Paulo de fundar uma povoação no “Sertão de Curitiba” em 1776, por razões estratégicas dentro do contexto do relacionamento luso-espanhol, houve um esvaziamento econômico da vila de Laguna, de modo que se abriu um caminho acompanhando o curso do rio Tubarão em direção à vila fundada por Correia Pinto (PIAZZA, p. 78). Deste modo, o povoamento do Planalto acelerou-se, num processo de ocupação marcado por “invernadas”, “pousos” e “estâncias”, e posteriormente através da concessão de sesmarias.<sup>2</sup>

A história da criação de gado tem, portanto, como referencial geográfico inicial, o caminho aberto por Sousa Faria, conhecido como Caminho dos Conventos (Figura 3), que saindo de Araranguá, penetrava nos campos de Cima da Serra e São Joaquim, seguindo em direção à Sorocaba, em São Paulo:

---

<sup>2</sup> Não se esquecendo que a própria concessão da Coroa para Correia Pinto se tratava de imensa sesmaria.

Figura 3 – Caminho dos Conventos.



Fonte: EHLKE, 1989. Produção de Imagem: Renata DUZZIONI.

Aqui vale destacar as características geográficas dos campos de cima da serra. Como o próprio nome sugere, os Campos de Cima da Serra são campos de altitude, que formam mosaicos com a Floresta de Araucária (Figura 4). Segundo Pillar et. al. (2009, p. 15), estes campos são encontrados especialmente nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e são diferenciados em Campo Limpo - onde prevalecem as gramíneas e herbáceas, e Campo Sujo - onde, além das

gramíneas e herbáceas, há presença de vegetação arbustiva (NABINGER, 1998, p. 15).

Assim como outras áreas de campos subtropicais do sul do Brasil a vegetação desta região é constituída em forma de mosaico campo-floresta, que em áreas menos degradadas ainda apresenta-se com certo aspecto natural. A Floresta de Araucária é fator marcante na paisagem regional, intercalando-se com as matas, que representam a adaptação da mata atlântica ao clima subtropical mais temperado. Estudos científicos evidenciam que a região campestre sul brasileira durante boa parte quaternário foi a paisagem dominante, e que o advento de condições climáticas mais úmidas propiciou a expansão da floresta, começando a partir da migração de matas de galeria ao longo dos rios (PILLAR, 2009, p. 32).

Figura 4 – Mosaico de campos de altitude com presença de araucárias.



Fonte: Arquivo Fotográfico da Biblioteca da EPAGRI de Lages.

Esta região, quando da introdução do gado pelos jesuítas no século XVII, possuía animais pastadores da fauna nativa, caracterizados por seu pequeno porte, especialmente veados, capivaras e antas. Desta maneira, o impacto causado pelo gado solto na região, levou a intensa transformação da flora nativa, uma vez que este procurava refúgio nas áreas florestais, tornando mais frequente a formação de uma vegetação secundária. Isto porque a pecuária extensiva afeta diretamente a vegetação através da remoção da biomassa e pisoteio que controlam o avanço de certas espécies florestais como a floresta de Araucária, cujos indivíduos jovens são

incapazes de rebrotar (PILLAR, 2009, p. 33). Além disso, a própria intervenção antrópica, seja por ameríndios ou colonos, influenciou diretamente na distribuição das áreas de florestas e de pastoreio no Planalto catarinense (DORST, 1973, p. 11).

Após expulsos os jesuítas, os rebanhos de gado sem dono ficaram entregues à própria sorte, até que luso-açorianos provenientes de Laguna adonaram-se deles e instalaram as suas estâncias nos Campos de Cima da Serra (COSTA, 1980, p. 1463). O território que hoje compreende os campos de Lages e de Curitibanos passou a ganhar importância a partir da definição dos limites e fronteiras no período colonial. Segundo Licurgo Costa (1980), os portugueses, após garantirem São Francisco, Ilha de Santa Catarina e Laguna, iniciaram a colonização das terras de Viamão, tornando necessária a abertura de caminhos terrestres, criando áreas de abastecimento de tropas de mulas, cavalos e gado vacum, para o abastecimento de São Paulo, Minas e mesmo o norte da colônia. (p. 31). Desde então, seguiram-se várias tentativas de abrir uma rota de comunicação estável entre o interior e as áreas de produção.

Por volta de 1730 já havia cerca de 200.000 reses nas chapadas da Vacaria e extremo sul de Lages, o que torna oportuno destacar que o povoamento do Planalto Catarinense e a atividade criatória de gado não são obrigatoriamente desenvolvimentos paralelos à atividade do tropeirismo. Isto porque o tropeirismo do século XVIII, responsável pela abertura de estradas e caminhos que passaram a ligar o planalto ao litoral, teve na mula a principal mercadoria que os tropeiros comercializavam para as áreas de mineração, servindo de transporte para manter a principal economia da colônia portuguesa na América (ELHKE, 1989, p. 103).

Entretanto, esta atividade permitiu a abertura de inúmeras rotas de comércio, que posteriormente foram utilizadas na comercialização de bovinos, suínos e produtos agrícolas no Brasil Meridional, além de se tornarem referenciais para os estabelecimentos de propriedades rurais e povoados.

Neste mesmo período, o atual estado do Paraná, e também o de Santa Catarina, pertenciam à capitania, e depois província, do atual estado de São Paulo, sendo Curitiba o ponto mais avançado da jurisdição paulista nestes territórios, até

que se fundasse Lages. Daí a razão dos campos situados ao sul tornarem-se conhecidos por “campos curitibanos” ou “dos curitibanos”.<sup>3</sup>

Além das dificuldades de transpor a Serra Geral, o percurso do Caminho dos Conventos quase dobrava a distância a ser percorrida, tornando economicamente inviável as longas viagens para comercialização de gado. Por isso, em 1731, Christóvão Pereira de Abreu, tropeiro de mulas e de gado bovino, iniciou, por ordem do Governador de São Paulo, a ratificação deste caminho (p. 33).

Isto se fez através de um desvio, que alterou o curso da Estrada dos Conventos, atravessando o Rio Pelotas, chegando aos campos de Lages, seguindo em direção aos campos de Curitiba e, por fim, a Sorocaba. Em 1740, este mesmo tropeiro, então com a patente de Coronel, alterou novamente o traçado, abandonando em Lages o antigo caminho e, rumando diretamente para o sul, atravessando o Rio Pelotas e entrando nos campos de Vacaria (p. 34). Assim, os campos de Lages, situados mais ou menos a meio caminho entre Sorocaba e seus fornecedores de cavalgaduras, tornou-se, com o passar do tempo, um ponto de invernagem de tropas, um lugar onde os tropeiros ficavam por longos meses, descansando seus animais, refazendo-os para a etapa final, até que ganhassem peso para a continuidade do trajeto até Sorocaba (p. 36).

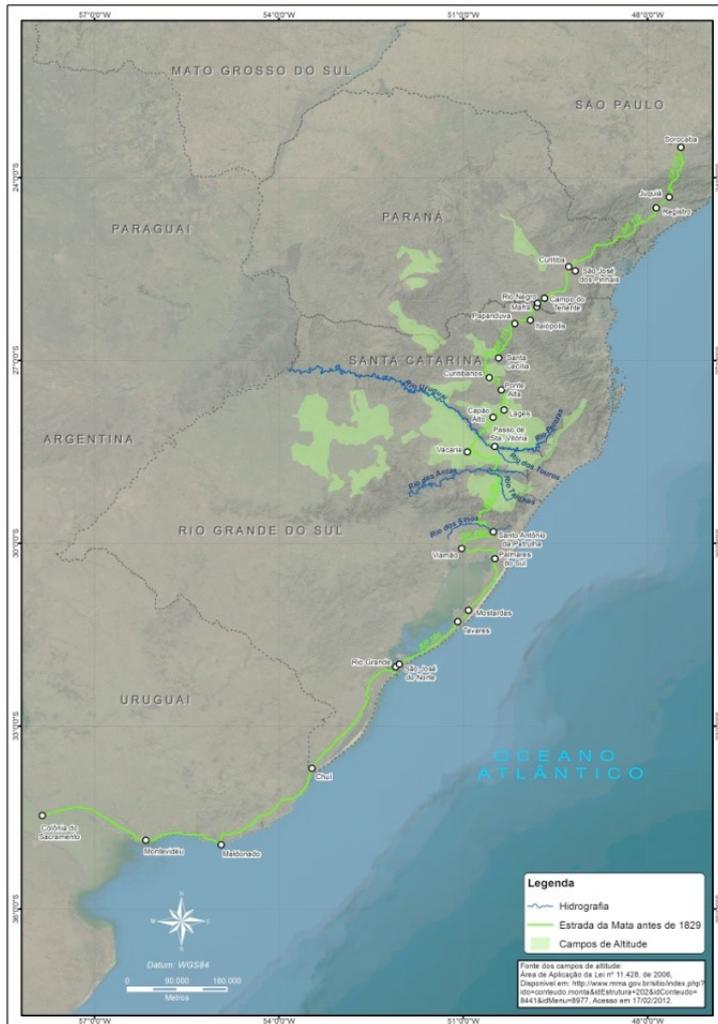
Segundo Vieira, o transporte do gado na fase inicial de comercialização com a região de mineração tinha como obstáculo a transposição da Serra do Mar e as escarpas do Planalto, a Serra Geral, que apareciam como um paredão, com aspecto essencialmente rebarbado e penhascoso, que a tornava, aí, de penosa ou impossível acessibilidade [...]. Os preadores lagunistas dominaram, porém, todos esses obstáculos. Em 1728, foi aberta uma nova estrada – a estrada do “Araranguá” (VIANNA, 1952, p. 97).

Este novo caminho tomou várias denominações: Estrada Real, Estrada do “Certão”, ou Estrada da Mata (Figura 5), como aqui a retrataremos. Possibilitou a concessão de inúmeras sesmarias, que a partir do século XIX passaram a figurar como patrimônio de grandes figuras patriarcais e de grande influência política e econômica – os ricos fazendeiros (ELHKE, 1989, p. 112).

---

<sup>3</sup> Possivelmente, pela mesma razão, a existência do lugar, hoje município, de Curitibanos.

Figura 5 – Estrada da Mata.



Fonte: EHLKE, 1989. Produção de Imagem: Renata DUZZIONI.

Ao chegarem à cima da serra avistavam “campos e pastos admiráveis, e neles imensidade de gado, tirados das campanhas da nova colônia, e lançados naqueles sítios pelos Tapes das Aldeias dos padres jesuítas no ano de 1712” (QUEIROZ, 1996, em GOULART, 1961, p. 13). Lages, e toda a região dos Campos de Cima da Serra passam a fortalecer a atuação da corrente de ocupação do Planalto. Esta mudança, permanecendo Lages como ponto de passagem obrigatório, agora não mais ligado ao litoral, mas sim ao planalto e planícies rio-grandenses, imporá uma preocupação de cunho estratégico, que resultará na sua efetivação como Vila em 1771.

Ao observarmos as figuras nº 3 e 5 vemos que os trajetos não só seguiam os cursos dos rios quanto se aproveitavam das áreas de campos naturais. Não obstante, os elementos naturais passam a adquirir valor relativo à importância que possuem na manutenção de um sistema (SANTOS, 1986, p. 19). Neste sentido, compreende-se que o espaço impõe possibilidades de atuação ou aproveitamento que influenciam sobre determinados domínios morfoclimáticos e fitogeográficos. Do mesmo modo, as estruturas econômicas e suas transformações em longo prazo permitem também compreender a importância e o papel do ambiente natural em sociedades diversas. Para Milton Santos (1986), o que distingue as épocas históricas é justamente a mudança de papel, ou seja, o valor relativo dos elementos de um sistema.

De acordo com Licurgo Costa o nome “Campos de Lages” foi uma denominação utilizada a partir de 1741 para diferenciar uma parte do território ao sul do “Sertão de Curitiba”, diverso na conformação, com matas e pastagens (p. 18). Isso sugere que, antes mesmo da fundação da Vila por Correia Pinto, essa denominação já era usual.

O autor cita a relação de alguns tropeiros e fazendeiros existentes nos campos de Lages na fase anterior à fundação da vila:

[...] Confirmam, pois, depoimentos escritos e a tradição oral que o fundador encontrou alguns fazendeiros nos Campos de Lages e criminosos foragidos da justiça [...] É sabido que, para estimular o povoamento, a ocupação do interior da colônia, o governo concedia privilégios especiais aos que se fixavam no lugar: Não ser preso nem processado por dívidas contraídas anteriormente, e concessão de terras [...] (p. 15).

Neste sentido, Lages e seu entorno, devido à abundância de campos nativos, possibilitou que aos poucos estes se transformassem em centros de produção pecuária e referência no abastecimento de rebanhos para outras regiões da província e mesmo Colônia/Império.

A fundação da Vila de Lages ocorreu em 1771 por ordem do então Governador da Capitania de São Paulo. Segundo Licurgo Costa, as maiores dificuldades encontradas já estavam relacionadas às disputas por liderança política entre os fazendeiros da região, que incluía Antônio Correia Pinto e o Governador de Viamão, José Custódio de Sá e Faria:

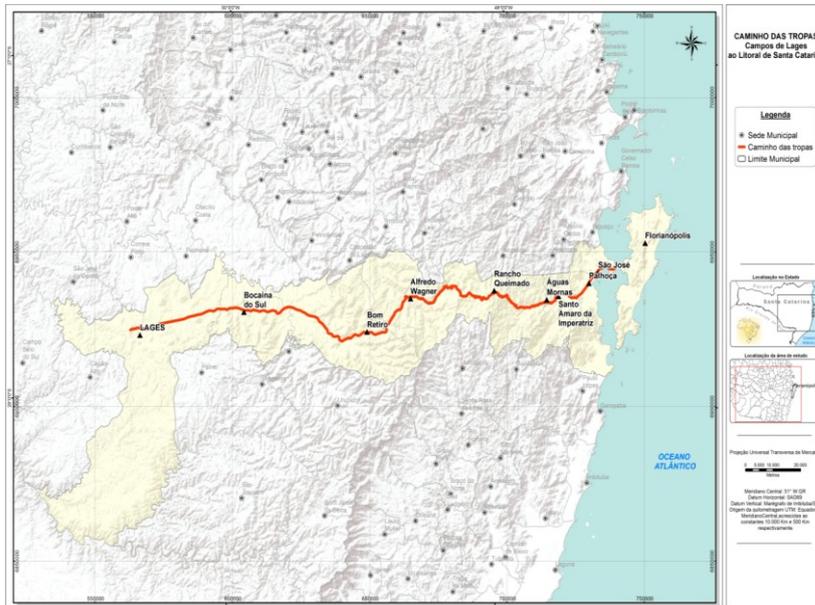
[...] De fato, não havia transcorrido dois meses de sua chegada aos Campos das Lagens, apenas iniciara a construção da póvoa e já recebia dele a intimação para não prosseguir nas obras, visto que [...] as terras até o Rio Canoas pertenciam a Viamão. Na verdade, a jurisdição de São Paulo nunca fora estabelecida com precisão em tantas terras Portuguesas, e por outro lado, a José Custódio pouco importaria algumas léguas quadradas a mais ou a menos num território que também ainda permanecia com seus limites indefinidos, mas Correia Pinto sabia muito bem porque o Governador do Viamão se movimentou tão rapidamente contra a iniciativa do Morgado de Matheus. Era ele vítima da atuação, junto a José Custódio, de um velho inimigo, dono de fazendas nos campos das Lagens e nos do Viamão, o capitão Pedro da Silva Chaves, tropeiro de muitas posses, que por largos anos, ao que se sabe, também fez agiotagem, emprestando dinheiro a juros elevados. No Viamão, onde Correia Pinto teve fazenda antes de se fixar em Lages, foram vizinhos os dois tropeiros e, diz a tradição, que se inimizaram, sobretudo, disputando a liderança na região [...] (p. 81).

Esta questão só foi solucionada em 1780, quando por decisão Real foi dado ganho de causa à Capitania de São Paulo. No entanto, somente em 1787 deu-se a ligação de Lages à Ilha de Santa Catarina, completando o que o historiador Licurgo Costa chamou de “insipiente rede de comunicações” para o desenvolvimento da Vila de Lages:

Com Sorocaba, via Curitiba; com Viamão pela Vacaria; com o Porto de Laguna, por Tubarão, mais ou menos o mesmo traçado do caminho dos Conventos, e, finalmente com a Vila de Nossa Senhora do Desterro. [...] Certamente o Governo da Colônia tinha em Lages um centro de irradiação de recursos e providências (p. 37).

O projeto de ligação de Lages à antiga Desterro (Figura 6) iniciou-se efetivamente em 1787, encabeçado por Antônio José da Costa. Segundo Cyro Ehke, o bandeirante partiu em 11 de janeiro da Freguesia de São José, contígua a Ilha de Santa Catarina, passando pelo rio Itajaí Mirim e chegando ao campo que deu o nome de “Boa Vista”, de onde avistava a entrada da Serra Geral. Prosseguiu por “morros e serras”, atravessando “varjarias e pinheirais”, atingindo o rio Canoas e chegando ao ponto de passagem do gado do “Caminho do Sertão”, alcançando Lages em 8 de agosto de 1787, de onde seguiu para a Vila de Laguna, pela antiga Estrada dos Conventos (p. 102).

Figura 6 – Abertura do caminho Lages – Desterro.



Fonte: COSTA, L. Produção: DUZZIONI.

As estratégias adotadas para a abertura de estradas e caminhos que integrassem o Planalto Serrano Catarinense às áreas de comercialização de produtos implicaram na descoberta e no conhecimento das condições ambientais, tais como clima, flora, fauna, relevo, hidrografia, haja vista a diversidade de paisagens presentes nos espaços de percurso das tropas e de interligação entre os lugares. O que gerou diferentes rotas, caminhos e passagens, tanto no sentido sul-norte, quanto no sentido planalto-litoral, o que pode ser percebido na Figura 7.

Figura 7 – Rotas, caminhos e passagens – sec. XVIII-XIX.



Fonte: Renata Duzzioni.

Aluisio de Almeida afirma que a abertura destas estradas e caminhos era tratada pelos paulistas com o termo “descortinar”, ou seja, cortar o mato e abrir passagem em qualquer lugar (p. 25). E assim a palavra “tropa” também possuía sentido muito importante para o período:

A primitiva acepção da palavra tropa é a de rebanho, multidão, seja de homens, seja de animais [...]. Os lexicógrafos rio-grandenses ainda anotam que tropa, tanto pode ser de cavalos, bois, muares, como até de porcos, acrescentando a tudo isso a ideia de rebanhos em marcha para a feira ou o matadouro. Em marcha, está aí o ponto importante (op.cit., p. 37).

Em relação ao deslocamento das tropas, os rios representavam uma barreira física a ser transposta, ao mesmo tempo em que representava uma barreira natural de proteção territorial e também a fonte de sobrevivência de homens e animais. Assim, os locais de travessia destes rios eram chamados de “passos”, ou seja, pontos mais adequados para passagem. Geralmente este lugar é caracterizado por vaus ou espraçados dos rios, por serem os locais mais propícios para serem cruzados (IPHAM, p. 46). E nestes mesmos lugares a Coroa portuguesa estabelecia

os pontos de registros de cobrança de impostos sobre cada animal e a conseqüente instalação de alguns povoados (IPHAM-RS, p. 13).

O Passo de Santa Vitória, na localidade da Coxilha Rica (Lages), além de ser o ponto de travessia de tropeiros Bom Jesus (RS) para Lages (SC), funcionou também como posto de cobrança, além de funções variadas, como arrecadação de tributos sobre produtos e animais, e controle do trânsito de pessoas, evitando a passagem de desertores (IPHAM-RS, p. 18).

Pesquisas apontam que o Registro de Santa Vitória tenha sido fundado em 1772 e mantido suas atividades até 1776, quando foi desativado e suas funções transferidas para o registro de São Jorge das Lages, junto ao rio Canoas, na única estrada de acesso a São Paulo, para que controlasse a entrada e saída de mantimentos. No entanto, o registro de Santa Vitória foi reativado em 1782 e permaneceu ativo até 1848, sendo sua localização referencia para passagem e travessia no rio Pelotas nos séculos seguintes (op. cit., p. 19).

Figura 8 – Passo de Santa Vitória, Coxilha Rica. Lages.



Fonte: BAMPI Editora. Disponível em: <http://bampieditora.com.br/>

Em outras palavras, busca-se delimitar Desta forma, a instalação do caminho das tropas delimitou o território de ocupação do planalto sul brasileiro, estabelecendo relações históricas de utilização dos recursos e moldando as relações socioeconômicas nele estabelecidas.

Segundo a análise da estrutura demográfica, social e econômica da Vila de Lages entre 1798 e 1808, há um significativo aumento do número de agregados nas propriedades, o que pode ser explicado pela charqueadas, e também pela procura de carne bovina pelos habitantes do litoral da Província de Santa Catarina (LISANTI, 2000). Como consequência direta, as ricas propriedades do Planalto exploravam o trabalhador pobre, tornando a região uma mescla de elementos humanos de origem étnica variada: Em menor número o branco rico, que era proprietário de terras e o político local; ademais, escravos, negros forros, índios e brancos pobres que viviam em torno do seu senhor, que estabelecia uma relação paternalista onde um relacionamento supostamente familiar atenuava as diferenças sociais entre senhores e servos (EHLKE, 1973).

No que diz respeito à localização das Feiras e a fundação do Registro de Animais junto aos rios, Aluisio de Almeida explica que o rio significava o ponto de referencia que separava o contribuinte e o governo recebedor, e que as feiras representavam muito mais que a oferta e a procura de animais para negociação, afirmando que:

Enquanto as tropas passavam de sul a norte, os sorocabanos não tropeiros negociavam suas obras manufaturadas com os compradores e os vendedores de animais ao mesmo tempo: Rédeas, baixeiros de lã, coxonilhos, arreios e seus pertences, pano de algodão, artigos de prata e ouro. E ao mesmo tempo, mascates do Rio de Janeiro e São Paulo traziam toda sorte de bugigangas (p. 39).

A partir da abertura destas rotas de comercialização os Campos Naturais de Lages passaram a ter valorizadas suas pastagens, integrando um sistema econômico regional que revela outras variantes na pesquisa referente ao processo de formação sócio-espacial do Planalto Catarinense, como utilização de mão de obra, transporte, capacidade alimentar por número de rebanho, e também o sistema de exploração empregado, além das transformações do espaço, que de acordo com Milton Santos:

O espaço é resultado de uma interação entre o homem e a natureza bruta [...] e deve ser considerado como um conjunto indissociável, de que participam de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais

e objetos sociais e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento (SANTOS, 2008, p. 28).

A ocupação daquela parte do território catarinense também obedeceu ao contexto da concessão de sesmarias, um sistema de apropriação do solo que consistia na distribuição de grandes extensões de terras com a justificativa da expansão da agricultura e aplicação de recursos particulares, fomentando a produção com mão de obra familiar, escrava (PIAZZA, p.81) e também servil (Peluso Jr, 1991).

Por outro lado, considerando os documentos, e análises de diferentes autores, fica evidenciado que os paulistas requerentes de sesmarias que povoaram o Planalto conheciam as possibilidades dos campos de Lages para o desenvolvimento da pecuária, pois, na estrada dos Conventos, aberta em 1730 passava gado e mulas do Rio Grande do Sul para São Paulo, atendendo as exigências da mineração. Assim, confirma-se o prestígio social e econômico dos requerentes destas sesmarias, que deram origem, portanto, às primeiras fazendas de criação do Planalto Serrano Catarinense ainda no século XVIII, mesmo período que marca o início do ciclo econômico das atividades tropeiras como projeto de ocupação do espaço, que, segundo Cyro Ehlke (1973, p. 125), foi o fator preponderante de unidade e desenvolvimento econômico nacional. Uma vez que este espaço foi organizado a partir das necessidades da atividade econômica e o sistema de produção empregado. Neste mesmo período, a região dos campos nativos de Lages tornou-se, além de espaço de passagem, um ponto de paragem para a recuperação de tropas que lá encontravam pasto abundante.

Desta forma, antes mesmo da colonização da região conhecida como “Sertão das Lagens”, havia rebanhos de um gado “xucro” forjado por seleção natural em campos abertos, sem divisas, e com pouca interferência humana (MARTINS, 2009, p. 16). Ademais, durante a colonização da região no século XVIII, os colonizadores trouxeram consigo animais descendentes de raças portuguesas – o chamado “gado vicentista”, que já havia sofrido mestiçagem e, formaram tipos locais, cruzados com animais remanescentes das Missões. Esse cruzamento deu origem ao chamado gado Crioulo (in CAMARGO, conforme MARTINS, 2008).

Gradativamente Lages tornou-se um importante mercado de animais, conforme percebido nas afirmações de Aluisio de Almeida:

Em Lages havia principalmente invernadas, isto é, cresciam tropas adquiridas no Rio Grande do Sul para serem vendidas aos compradores do centro, ou passavam meses e até um ano as que se reuniam nas estâncias de ambas as margens do Uruguai, aprendendo a comer sal e esperando o momento da longa caminhada [...] Lages, portanto, forma importantes mercados de animais (1981, p. 110).

Assim, a organização do espaço para esta finalidade foi marcada, neste mesmo período, pela construção das taipas,<sup>4</sup> através, em grande medida, por mão de obra escrava, negra ou indígena. Sua existência evitava que os animais das tropas se dispersassem no campo, se misturassem ao rebanho existente nas fazendas, ou se perdessem. O mesmo material era utilizado muitas vezes para delimitar os espaços e locais de trabalho, como a sede da fazenda, galpões e mangueiras. A divisão de espaços demarca fisicamente os espaços sociais, de trabalho e de lazer destas propriedades.

Segundo a pesquisa realizada para o diagnóstico do patrimônio arqueológico, histórico-cultural, paleontológico e de educação patrimonial na área destinada ao aproveitamento hidrelétrico da Usina Hidrelétrica Pai Querê, estas estruturas que formam as taipas do Planalto Serrano Catarinense foram construídas com formas e acabamentos diferenciados, e não necessariamente conectados entre si, o que sugere a

construção baseada em mão-de-obra de particulares, por proprietários de terras às margens do caminho, onde e como melhor fossem, em áreas que não tivessem barreiras naturais, como rios, encostas íngremes, etc. (HERBERTS, 2012, p. 44).

Também vale ressaltar que não há registros oficiais sobre a construção dos corredores, o que reforça a inexistência de um planejamento integrado na sua construção (op. cit., p. 45). No entanto, trata-se de construções próprias do século XVIII, que imprimiram na paisagem as características da utilização do espaço (Figura 8). Neste sentido, as arqueólogas Luciana Ribeiro e Tânia Tomazia afirmam que:

---

<sup>4</sup> A taipa corresponde a muros construídos com pedras dispostos de forma paralela, separando propriedades ou, na forma de corredores, evitando que o gado em trânsito se disperse pelos campos.

As taipas representam um traço cultural marcado pelo conhecimento das condições ambientais dos locais, pois foi um espaço pensado também no sentido das escolhas realizadas de traçado e a necessidade ou não de construir corredores ou outras estruturas. Houve uma reflexão sobre onde instalar, como e por que construir. Havia muitas circunstâncias a serem observadas: Inclinação do terreno, existência de hidrografias, tipo de solo, grau de erosão e a proximidade dos recursos como água e pastagem, ou pontos de pouso (p. 55).

Figura 9 – Taipas. No detalhe, corredores construídos nos campos da “Coxilha Rica”- Lages.



Fonte: <http://www.lagesdiario.com.br>. Acesso em 09/08/2012.

Ainda sobre a mão de obra empregada para esta finalidade, Octacílio Schuler Sobrinho afirma que são construções que evidenciam o conhecimento e o trabalho do homem caboclo - “homem de aspecto rude, magro, mascarador de fumo [...] mas de olho apurado e com uma sensibilidade dimensional fantástica, pois ao colocar a pedra seguinte, olha para as demais deixadas pelo aprendiz e vai direto àquela que permite um encaixe adequado” (p. 1).

Este mesmo historiador, ao descrever as origens do homem da Guerra do Condestado, afirma que o caboclo é a representação nativa e miscigenada, que não possui identidade étnica, mas que se encontra em várias regiões do Brasil, pois rompeu obstáculos geográficos, povoando montes, vales e horizontes (p.14). Especialmente na região do Planalto Serrano Catarinense seus hábitos culturais são diversificados, deixando traços de sua cultura na paisagem.

Da mesma forma, se percebe traços da cultura negra e cabocla na formação social e espacial de territórios campestres a partir da construção das taipas. As primeiras fazendas de criação formaram-se a partir da construção de uma hierarquia social baseada na obtenção da propriedade de terras e escravos. De um lado se comercializava o produto da terra – o gado engordado nos vastos campos naturais – e de outro, a propriedade se mantinha através da posse e perpetuação do status formado conforme as condições naturais pertinentes no território.

Das corredeiras dos rios nasceram os primeiros traços de caminhos pelos quais essa nova classe social – os ricos fazendeiros – se desenvolveu e se tornou representativa no estado. E os taapeiros se constituíram como importante segmento social que marcou parte da mão de obra dos campos na passagem do século XIX para o XX no sul do Brasil. Perderam seu valor histórico a partir da introdução de técnicas europeias impreterivelmente ligadas à expansão da Revolução Industrial na Europa e no Mundo. No entanto, excluídos da posse de terras e tropas, o modo de viver do caboclo também se adaptou às necessidades do setor primário da economia. A dificuldade de mobilidade social e a necessidade de produção de alimentos destinados à subsistência caracterizaram a agricultura cabocla. Schuler Sobrinho relata que:

[...] Dentro desta metáfora de produção, vemos o homem da cor do pinhão plantando o milho, embora em escala pequena, com o qual tratava parcialmente os animais, pois a natureza obrigava-os quanto ao sustento; fazia do milho a quirera e a canjica, dois dos principais alimentos que adicionados ao feijão, constituía a base de carboidrato da alimentação. Abatia o suíno que criava em torno de sua choupana e dele tirava a banha e a carne que, acrescida à carne bovina, inteirava a proteína [...]. A carne bovina era transformada em charque e igualmente armazenada. Tiravam leite, cujo excedente era colocado em chifres que chamavam de guampas, o qual se transformava em coalhada. Criavam aves e mantinham um pequeno quintal no qual cultivavam a salsa, a cebolinha e couve. O sal e a farinha provinham de serra abaixo, onde levavam tropas, bovinos, eqüinos e muares, e abasteciam-se com os alimentos já referidos, incluindo-se tecidos, equipamentos agrícolas, armas e munições. Contudo, um item muito importante da alimentação era o pinhão, que durante a safra era consumido cozido ou sapecado, e na entressafra, sapecado e convertido em farinha com o uso do pilão (p .178).

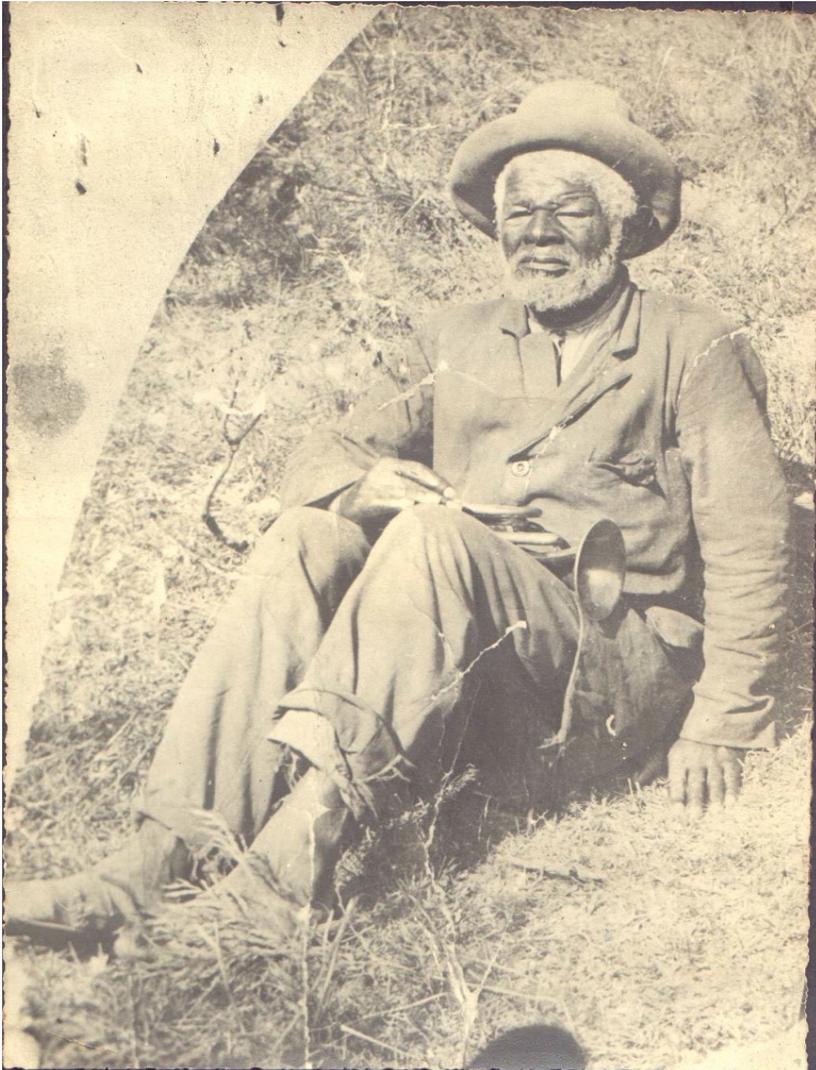
Indalécio Arruda, em seu livro “Revivendo o Passado”, evidencia o trabalho de caboclos que sobreviviam desta produção em pequena escala também na forma de comércio:

Diante do velho mercado municipal no último dia da semana [...]. As mercadorias, que pouco passavam de charque, carne de porco, toucinho e galinhas, pinhão e outras frutas da época, farinha de beijú, rapadura, etc; eram, em sua maior parte, conduzidas em cargueiros. A não ser os produtos pecuários, quase todos os demais gêneros permaneciam nas vasilhas em que eram transportadas e que ficavam estendidas pelo chão, sem a menor preocupação com a higiene alimentar.

No geral, as cargas trazidas à feira pertenciam a caboclos de instrução rudimentar, quando não completamente analfabetos, mas, sem dúvida nenhuma, homens ativos e de grande inteligência, não se deixando lograr com meia conversa e fazendo contas de seus negócios com uma facilidade de causar surpresa (ARRUDA, p. 22).

Neste sentido, o caboclo pode ser analisado como a representação miscigenada de atores sociais invisibilizados no processo de ocupação do território. Indígenas e negros foram segregados na composição política, econômica, social e cultural do Planalto Serrano Catarinense, o que se explica em parte pela ideologia de branqueamento do século XX, que previa a elaboração de uma ideia de nação brasileira mais branca, desconsiderando as heterogeneidades, inferiorizando e marginalizando, sobretudo, ex-escravos (ARRUDA, 1972, p. 56).

Figura 10 – Antônio Inácio de Oliveira, ex-escravo. Lages, 1930.



Fonte: Arquivo Fotográfico. Museu Thiago de Castro.

A formação desta sociedade escravista marca o latifúndio e a pecuária extensiva como sistema econômico predominante no desenvolvimento da economia regional. A povoação por fazendeiros na segunda metade do século XVIII – os sesmeiros – propiciou gradativamente a formação de núcleos populacionais, pois traziam consigo suas famílias, animais e a mão de obra escrava.

Pensando a paisagem como um elemento da relação histórica entre os homens e a natureza, o período entre os primeiros da colonização e o século XVIII pode ser visto como de configuração e organização do espaço com a finalidade de

desenvolver uma estrutura produtiva baseada na utilização das áreas de pastagens naturais, o que torna as condições ambientais determinantes deste sistema.

Aluisio de Almeida (1981) resume, de certo modo, a estrutura social das primeiras décadas de ocupação dos campos do Planalto Catarinense, afirmando:

O maior fazendeiro de Lages tirava 110 mulas para marcar, pois, nasciam anualmente outras 100 ou mais. Precisava ter outras tantas éguas e alguns reprodutores [...] Por quanto a prenhes e o aleitamento levavam dois anos. Havia em Lages tropa arreada conduzindo cargas do litoral pela mata da serra. Havia tropas de animais xucros. Havia quem comprasse para ganhar. Peões, capatazes das tropas e da fazenda, mulatos, escravos libertos. O mestiço, proprietário da fazenda, coisa rara, e talvez então só possível nas zonas de pecuária. O homem rico que morava no Rio de Janeiro e tinha seus escravos peões dirigindo a fazenda ali em Lages... A origem paulista do povoamento de Lages é fato histórico conhecido, mas os estudos genealógicos comprovam o fato. Além disso estas famílias de paulistas, andejos por natureza, entrelaçam-se as de todo o Planalto que acaba em Lages, e com o multiplicar das gerações ofício e o instinto da tropeiragem tornam-se um fundo hereditário, facilitando as qualidades adquiridas (p. 126).

Neste sentido, o tropeirismo também foi responsável pela caracterização da estrutura social das primeiras vilas e cidades do Planalto Serrano Catarinense. A partir da abertura de estradas, paulistas e lagunenses fundaram as primeiras fazendas e estâncias de criação, antes mesmo da fundação da Vila de Lages por Correia Pinto (COSTA, p. 15). Aluisio de Almeida afirma que o bandeirante paulista soube “aclimatar-se” a uma situação de vida ainda primitiva, selvagem, que para devassarem o interior do país, contavam como o bugre com os recursos da fauna e da flora selvagem (p. 152).

Estima-se que no período de fundação de Lages, a população era de aproximadamente 400 habitantes, entre livres e escravos, economicamente dependentes dos tributos das tropas de mulas, cavalos e gado bovino, que vinham do sul e se dirigiam à Sorocaba (op. cit., p. 91). Além do couro que também era comercializado, o autor afirma que uma das formas de aumentar a fonte de renda da região foi através do arrendamento dos “Pousos” dos tropeiros, que frequentemente precisavam se estabelecer por meses nas invernadas ao redor da vila, para o descanso e engorda das tropas. Ou seja, a transformação de terras devolutas em propriedade privada demonstra a gradativa transformação da organização socioeconômica dos Campos de Cima da Serra.

O fim da escravidão, o declínio do tropeirismo e o avanço das técnicas de produção provocaram, a partir do século XIX, um processo de transição econômica, que proporcionou uma nova percepção da paisagem, ao mesmo tempo em que redefine as relações sociais e a habitação humana, além de impulsionar a construção e a reconstrução de territórios.

Há uma alteração destas variáveis, à medida que a ocupação e a organização social da região sofrem alterações relativas à densidade populacional e ao cercamento de propriedades que delimitam o espaço do rebanho por propriedade. Neste sentido, vale a compreensão de como as mudanças relativas ao sistema de produção alteraram também a organização das fazendas tradicionais de criação.

No desenvolvimento da atividade pecuária parecem definir-se dois tipos de fazendeiros: aqueles que aderiram às ideias modernizantes, e outros que permaneceram com as técnicas tradicionais de criação. Portanto, o processo de desenvolvimento econômico local não foi homogêneo, tornando importante compreender a formação da sociedade rural lageana como fator preponderante, uma vez que as aspirações de classe e a vocação política estão diretamente relacionadas à posse de terras e gado.

A partir da segunda metade do século XVIII, Lages e os campos do Planalto Catarinense transformaram-se em fronteira de expansão da pecuária paranaense e gaúcha. Com o desenvolvimento do Ciclo do Tropeirismo, famílias oriundas do Rio Grande do Sul passaram a ocupar as vilas que se formavam em torno das paragens de gado (FLORIANI, 2007, p. 60).

Marcelo M.A. Bogaciovas, ao estudar as antigas propriedades rurais de Lages desde antes de 1771 (data em que Lages foi elevada à categoria de Vila da Capitania de São Paulo) até o ano de 1820 (quando passou a pertencer definitivamente ao atual Estado de Santa Catarina), afirma a necessidade de levar em consideração que, tratase de um período em que não havia legislação específica sobre a concessão de terras no Brasil, de forma que sua expansão geográfica foi marcada por grande arbitrariedade no que tange a ocupação de territórios (BOGACIOVAS, 2009, p. 15).

De acordo com a pesquisa realizada pelo historiador, após a morte do Capitão-Mor Antônio Correa Pinto de Macedo, em 1783, a Vila de Lages passou por um período de decadência devido a discussão sucessória e ao abandono de parte dos moradores, temerosos de ataques indígenas ou uma iminente invasão espanhola (op. cit., p. 16).

Nas análises sobre os levantamentos estatísticos do mesmo período, a relação de ocupação por habitantes de Lages do ano de 1798 apresenta o número total de 17 fazendeiros de criar animais. Entre eles, figura como uma das maiores fazendas do período, a de propriedade do Capitão-Mor Correa Pinto (Figura 11).

Figura 11 – Fazenda Cruz de Malta, casa de Correia Pinto.



Fonte: Arquivo Fotográfico. Museu Thiago de Castro.

Ao definir o latifúndio como uma extensa propriedade em mãos de uma única pessoa, Marcelo Bogaciovass afirma que poucas propriedades de Lages podiam ser consideradas como tal, comparando-se à média das grandes fazendas paulistas do mesmo período (BOGACIOVAS, p. 25). Para tanto, o autor analisa a dimensão das propriedades rurais em alqueires paulistas, que correspondem a 24.200m<sup>2</sup>.

Em sua análise, o autor lista um total de dez sesmarias concedidas pelo Governador da Capitania na época da Fundação da Vila. Destas, em 1818, relacionaram-se as propriedades conforme a variação de dimensão das fazendas



ocupação territorial do planalto catarinense. Suas pastagens foram destinadas às interações de tropas que ali chegavam exaustas e debilitadas pelas inúmeras e longas jornadas, deixando em segundo plano a criação de bovinos para o abate, até a segunda metade do século XIX, quando o bovino crioulo, que foi, por longo tempo, o principal esteio da bovinocultura das regiões do Planalto Catarinense (MARTINS, 2008), passou a ser cruzado com animais de raças européias e zebuínas.

Assim, o tropeirismo se tornou responsável pela expansão das áreas de criação no sul, introduzindo matrizes e reprodutores de raças diversas e modificando os parâmetros de criação nos campos nativos do sul do país até o início do século XX (EHLKE, 1989, p. 98).

Esta formação social permite discutir a transformação socioeconômica do Planalto Catarinense entre os séculos XIX e XX a partir de uma estrutura que Ignácio Rangel chama de “ciclo longo”, por fazer parte de uma conjuntura econômica que, assim como no restante do Brasil, é extremamente sensível aos acontecimentos internacionais que permitem um estudo mais completo das mudanças estruturais as quais a sociedade foi exposta. Dentre os indicadores de longa duração trabalhados por Rangel, merece destaque a influência de países mais desenvolvidos em taxas de importação e exportação, que atuam como um centro dinâmico, atraindo ou repelindo economias periféricas, onde se engendram e se propagam inovações tecnológicas e substituição de técnicas (RANGEL, 1981). Aqui vale pensar que o aumento do controle do poder político e a industrialização na Europa durante o século XIX fez por intensificar a demanda por matéria-prima e produtos agrícolas das colônias e ex-colônias, o que tornou países como o Brasil grandes produtores de safras, dificultando, até certo ponto, o desenvolvimento de uma economia capitalista industrial (PONTING, 1995).

Desta forma, podemos analisar a transição do século XIX para o século XX no Planalto Catarinense como um período de permanência de antigas estruturas sociais e de introdução de novos métodos produtivos num mesmo espaço natural; uma vez que o surgimento de um novo modo de produção depende de uma relação de superação e crise do modo produtivo anterior (DOBB, 1987).

## 2.2 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DOS CAMPOS DE LAGES PÓS-CICLO ECONÔMICO DO TROPEIRISMO

Comenta Licurgo Costa que os primeiros exemplares de bovinos trazidos pela expedição de Martin Afonso de Souza eram espécies de “chifres longos e curtos”, uma raça que nunca se distinguiu pela produção de carne, mas tinha outras qualidades que compensavam, como a resistência, a adaptação a campos rústicos, muito diversos do seu habitat de origem, e ainda a vantagem, graças aos grandes e pontudos chifres, de poder defender-se dos tigres, onças, cachorros do mato, etc., que infestavam as matas e campos americanos (1980, p. 1477). De acordo com o mesmo autor um dos aspectos mais interessantes da criação do gado selvagem é a consangüinidade num rebanho bovino em que, durante quase trezentos anos, os reprodutores possuíam laços de parentesco (p. 1454); o que para alguns significou a formação de uma raça desenvolvida por seleção natural, e para outros, significou a degeneração da qualidade do gado existente nos campos naturais de Lages. Além disso, nas primeiras décadas de formação do que ele chama de indústria pecuária no Planalto Serrano Catarinense, a forma de utilização dos campos não permitia a expansão da atividade:

A quase totalidade das terras era realenga, o gado também, e a ausência de divisas fazia-o errante na busca de alimentação. Se o inverno castigava o pasto tornando-o inapto a ser usado, o gado ia mudando de paragens, à procura do que comer, em campos ou no mato, muito mais extensos e abrigados que os atuais. Mas com o correr dos anos, e o conseqüente povoamento, favorecido pelas concessões de terras devolutas ou por compras de áreas já cedidas a outros tropeiros, pouco a pouco transformados em fazendeiros, cuidavam de cercar, com os meios possíveis, ou melhor, delimitar as terras de sua propriedade. E veio a determinação de 1862, de que ninguém podia ter em seus campos lotação superior à que eles suportassem, visando, evidentemente, limitar os abusos daqueles que tendo áreas para 200 ou 300 cabeças, nelas punham o dobro [...]. (COSTA, 1980. p. 1467).

A consolidação destas unidades produtivas como áreas de criação obedecem a lógica de um mercado local. O autor afirma que a estrutura da pecuária lageana deixou muito a desejar, considerando que:

[...] A estrutura agrária da região ficou amarrada por seu isolamento [...] Estamos ainda frente a um tipo de pecuária extensiva, de baixo rendimento e que está a exigir mudanças profundas na mentalidade dos responsáveis por ela. Mas devemos acrescentar que foi o poder público o maior culpado pela situação. Tendo mantida a área praticamente isolada dos centros de consumo – até algumas décadas atrás Lages era ligada a Florianópolis, Porto Alegre e Curitiba por estradas de cargueiros - Não lhes proporcionou nem mesmo estímulo para progredir. Como desenvolver suas criações de bovinos, porcinos e ovinos se a venda dos produtos era quase impraticável? (p.1504).

Assim se consolidaram as primeiras fazendas como unidades produtivas no Planalto Serrano Catarinense. Ele ainda descreve como era a organização das fazendas lageanas nas primeiras décadas da fundação da Vila:

No começo não havia divisão, por cerca ou taipa entre os campos dos diversos proprietários. As divisas eram estabelecidas nas escrituras e, a não ser pequenos poteiros e piquetes em torno da sede, não havia mais cercas que as naturais, isto é, um grande rio ou banhado, sangas, e raramente valões abertos pelos proprietários, em geral com doze palmos de fundo por dez de largura. Nos lugares sem rios, grotas ou banhados, as divisões eram indicadas por marcas ou palanques de cem em cem metros ou mais, conforme as conveniências. Na época viajava-se por toda a região sem precisar abrir sequer uma porteira (p. 1470).

Para o autor, entre os fatores que dificultaram o desenvolvimento da pecuária na região conta justamente os obstáculos para o fechamento das propriedades:

O arame, a principio liso e depois farpado, começou a ser empregado nos países mais adiantados (Argentina e Uruguai) – aqui na América – por estancieiros ingleses, por volta de 1850. Nesta época, em Lages, as divisas entre as fazendas eram, como já vimos, na medida do possível, as naturais [...] Taipas e valões sempre foram divisas caras. Ocorria então que nas épocas de secas, com os rios dando vau, banhados sem água, etc., o gado de uma propriedade invadia a dos vizinhos [...] (p. 1480).

Outro problema atribuído à falta de desenvolvimento da pecuária lageana foi a carência de sal, que de acordo com o mesmo autor, foi uma das maiores dificuldades desde a fundação da Vila, sobretudo porque a distância dos centros distribuidores encarecia demasiadamente o produto:

Imagine-se o produto levado para Laguna em pequenas sumacas, para dali ser transportado para Lages, por quanto chegaria ao destino? Mas não havia outro recurso [...] Durante o século XIX, mesmo com as estradas de cargueiros abertas para o Rio Grande, sobretudo Torres, a situação, embora tenha melhorado, nunca chegou a ser satisfatória [...] Os fazendeiros do fim

do século passado às primeiras décadas do atual, mandavam suas tropas uma ou duas vezes no ano, a princípio a Torres, depois Palhoça e Desterro, buscar sal e mantimentos (p. 1521).

No entanto, devemos compreender que ao longo dos séculos, a estrutura da propriedade da terra passará por modificações. Neste sentido, o próprio Licurgo Costa (1980) estabelece uma comparação entre a formação dos latifúndios no Rio Grande do Sul e em Lages a partir da concessão de terras durante o Primeiro Reinado no Brasil:

As estâncias imensas se multiplicaram no território riograndense e uma “quadra de sesmaria”- 1724 hectares ou 17 “milhões de campo”, não era nada para a fome dos pioneiros [...] Em 1813 os menores proprietários tinham umas quatro léguas quadradas (cerca de 150 “milhões de campo”) e os maiores atingiam a centenas de léguas, isto é, acima de 3.000 a 4.000 “milhões”! [...] Com concessões mais modestas (Lages) e com compras de terras vizinhas, eram muitos os fazendeiros que chegaram a possuir centenas de milhões de campos. Mas as vendas e as partilhas foram fazendo desaparecer os imensos latifúndios [...] (p. 1479).

Em relação aos hábitos diários ligados à pecuária nos campos gerais, o viajante francês Auguste Saint-Hilaire, ao desenvolver sobre sua viagem a Curitiba e Santa Catarina em 1820, assim descreve:

Ali não se cuida de outra coisa senão a criação de gado [...] os meninos aprendem desde a mais tenra idade a atirar o laço, a formar rodeio e a correr atrás dos cavalos e bois. Vi alguns que não tinham mais do que três ou quatro anos e já sabiam girar o laço acima da cabeça e lançá-lo com grande destreza (1978, p. 3).

O referido viajante vai além, tecendo comentário no sentido de que a natureza da região teria forçado seus habitantes a uma postura preguiçosa em relação às atividades produtivas, ao considerar que:

A criação de gado exige poucos cuidados, e os que se dedicam a ela só trabalham em determinadas épocas. Além do mais, este tipo de trabalho chega a ser quase um divertimento. Galopar pelas vastas campinas, atirar o laço, arrebanhar o gado e leva-lo para um local determinado constituem para os jovens atividades que tornam detestável qualquer trabalho sedentário, e nos momentos em que não estão montados a cavalo, eles geralmente descansam [...] ainda que não se constitua nenhuma vergonha trabalhar, não deixa de ser verdade que ali, como no resto do Brasil, todo

mundo trabalha o menos possível. A vida dos que são muito pobres difere pouco da dos índios selvagens. Eles só plantam o estritamente necessário para o sustento da família e passam meses inteiros embrenhados nas matas caçando animais selvagens; armam suas tendas no meio do mato e se alimentam da caça que abatem (op. cit., p. 5).

Isto certamente retrata uma visão eurocêntrica em relação à região planáltica catarinense que, além de não observar a realidade sócio-cultural regional, composta por relações sociais e de produção internalizadas, em boa parte, em modos de produção pré-capitalistas, é fortemente preconceituosa, principalmente por ampliá-la à realidade nacional.

Por sua vez, o Projeto de Conservação e uso Sustentável da Diversidade Brasileira (PROBIO; MMA, 1996), conduziu as pesquisas para formulação de inventários florísticos e faunísticos dos campos do planalto sul brasileiro que estão inseridos no bioma da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Como resultados foram listados 1161 espécies, das quais 107 são endêmicas e 76 ameaçadas de extinção. Sabe-se que a intensificação da produção pecuária em algum momento levou ao aumento das áreas de pastagens cultivadas. Nabinger (2000) afirma que, apesar da alta produtividade e potencial forrageiro de muitas espécies nativas, elas não são exploradas comercialmente, aumentando a introdução de espécies exóticas.

Originariamente, havia um tradicional sistema de formação das pastagens, assim descrito por Saint-Hilaire (1820):

Os fazendeiros ateiam fogo aos pastos para que o gado encontre, no tenro capim que brota da queimada, um alimento não só saboroso quanto nutritivo [...] dividem seus pastos em várias partes; as quais vão ateando fogo por etapas, a fim de que os cavalos e o gado disponham sempre de capim novo para comer [...] não se ateia fogo em pastos que não tenham pelo menos um ano, tendo sido observado que, quanto mais velho o capim, maior é o vigor com que ele brota. O capim novo é chamado de verde, o velho de macega; o primeiro forma uma relva rasteira, o outro atinge quase a altura dos nossos campos [...] Três dias após a queima não se nota nenhum verde no pasto, mas ao fim de uma semana o gado já encontra o que comer. Os pastos que são queimados com muita frequência ou pisoteados constantemente pelos animais tornam-se cansados e as gramíneas começam a rariar, sendo substituídas por ervas de outras famílias e principalmente por subarbustos (op. cit., p. 9).

Vale ressaltar que o conhecimento dos recursos naturais e do seu funcionamento é que vai definir a utilização racional e a conservação da biodiversidade existente. De acordo com Ilsi Boldrini, o aumento populacional e a

entrada de animais domésticos como o gado bovino modificaram a fisionomia da região, suprimindo os campos nativos preexistentes (BOLDRINI, In: PILLAR, et. al. 2009. p. 65).

De acordo com Behling et.al., a frequência da utilização do fogo impediu a expansão florestal de 1500 a 1935, concluindo-se que este foi um importante fator controlador da dinâmica e estabilidade dos mosaicos de campo e floresta com Araucárias, bem como dos limites entre estes dois tipos de vegetação nos Campos de Cima da Serra. Ainda segundo os mesmos autores:

A principal atividade dos colonos europeus na região, ou seja, a pecuária extensiva afeta diretamente a vegetação através da remoção da biomassa e do pisoteio. Ações como essas controlam o avanço de certas espécies florestais, cujos indivíduos jovens são incapazes de rebrotar, e afetam a intensidade e frequência de fogo pela alteração na acumulação de biomassa inflamável (op. cit., p. 23).

Neste sentido, percebe-se que a utilização das queimadas e o contínuo processo econômico da pecuária extensiva foram responsáveis pela manutenção da paisagem em forma de mosaico campo floresta, característica das regiões de planaltos serranos brasileiros, apesar de estudos revelarem a conseqüente redução da diversidade vegetal nos campos (BEHLING& PILLAR, 2007. In: PILLAR, et. al., 2009, p. 24).

Assim, algumas pesquisas analisam a criação de gado no sul do Brasil através do pastejo extensivo e contínuo, estabelecendo prós e contras na manutenção da atividade, além de propor medidas sustentáveis para o desenvolvimento econômico da pecuária, obedecendo a um regime de pastejo sustentável, que alcance um balanço entre produção forrageira, diversidade de espécies e preservação do solo, levando em consideração que:

O pastejo excessivo resulta em diminuição na cobertura do solo e em riscos de erosão, além de substituição de espécies forrageiras produtivas por espécies que são menos produtivas e de menor qualidade, ou até na perda completa de boas espécies forrageiras. Por outro lado, uma pressão de pastejo extremamente baixa pode resultar na dominância de gramíneas altas de baixo valor nutritivo ou de arbustos e outras espécies de baixa qualidade forrageira (NABINGER, 2000. In: PILLAR, et. al., 2009, p. 30).

Partindo da afirmativa de que a análise científica decompõe as paisagens em seus elementos e que a ciência geográfica aprecia-os em seu conjunto (Peluso Jr. 1991, p. 67), considera-se o depoimento do viajante francês Avé-Lallemant, em sua viagem pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo em 1858, de extrema importância para compreender como se desenvolve economicamente os campos de Lages a partir da utilização dos campos nativos para pecuária extensiva:

Em Lages, sem embargo, deixam todo o gado em campo aberto. No Planalto de Santa Catarina ninguém concebeu a ideia demasiado civilizada de um estábulo ou forragem para o inverno. Nenhuma proteção no campo, nenhum talo fresco nas pastagens encontram os pobres animais. Retiram-se para as moitas e florestas e lá passam o tempo frio, até que volta a primavera e os bichos esqueléticos podem pastar de novo sob os cativos raios de sol (AVÉ-LALLEMANT, 1858, p. 80).

Segundo Ulisses de Arruda Córdova (2004, p. 37), pelo menos 50% dos campos naturais de Santa Catarina são utilizados com pecuária bovina extensiva. Para o autor, o melhoramento e o manejo das pastagens naturais do Planalto Serrano Catarinense justificam-se porque a produtividade dos campos naturais é muito baixa e por isso estão ameaçados de serem substituídos por lavouras [...] e/ou reflorestamento. Por outro lado, nessa área ocorrem diversas espécies endêmicas, a maioria desconhecida, mas com potencial a ser utilizada em programas de melhoramento genético ou para fins medicinais. Alternativas de uso têm sido propostas em vários trabalhos empíricos ou de pesquisa, mas, poucos produtores as adotaram. Nos últimos anos, porém, o melhoramento do campo nativo está se consolidando como uma das opções para viabilização econômica e preservação destes agroecossistemas, através da superação do principal entrave para o desenvolvimento da pecuária na região, que é o déficit alimentar dos rebanhos nos períodos críticos.

Neste mesmo sentido, Eduardo Cotrim (1913, p. 13) ao propor um manual de desenvolvimento de uma fazenda moderna para criadores de bovinos no Brasil afirmava que, a condição fundamental na organização de uma boa fazenda de criar é a escolha do campo e de suas condições naturais. Desta maneira, o autor faz uma diferenciação no que considera modo extensivo e intensivo de criação:

Diz-se que nossa criação se faz de modo extensivo, mas não é precisamente isso que se observa no Brasil: O regime mais comum é

verdadeiramente selvagem. Eu compreendo que o criador procure melhorar suas pastagens, dividi-las e limitá-las por cercas, conhecer pelo menos seus animais, fazer uma seleção mesmo ligeira entre eles, expurgando o pior e melhorando o resto com a introdução de bons reprodutores – a isso eu chamaria de criação extensiva, porque a intensiva exigiria a aplicação direta de processos científicos, colocando os animais em condições especiais de abrigo e de alimentação; mas ao que se pratica no nosso país e sobretudo no sertão, onde o criador não sabe quantos animais possui, nem onde pastam e nem quando possa encontrá-los, só se subordinando à prática de verdadeira selvageria. (COTRIM, 1913, p.08).

Ressalte-se que a forma de utilização do solo envolve instituições econômicas, sociais e culturais, que para o geógrafo determina o aspecto da paisagem agrária. (Weibel, 1979, p. 318), Estas questões são por ele analisadas como um conjunto de atividades econômicas que marcam o sistema primitivo pelo qual se estabeleceu a economia pecuária em diversas regiões do mundo, afirmando que:

Nos campos, o homem pode desde o princípio manter e explorar o gado. O penoso trabalho do desbaste que tanto dificulta e onera a agricultura nas terras de mata para formar pastos e caminhos, não se torna necessário (...). Como em tal sistema, naturalmente, apenas as pastagens melhores são utilizadas, ficando abandonadas as áreas piores, torna-se o mesmo pouco econômico para o país. (op.cit., p.43).

Considerando a escassez populacional e a dificuldade na demarcação da propriedade privada no período que antecedeu a formação das primeiras estâncias de criação no sul do Brasil, a forma de atividade segundo a qual se faz a criação justifica a extensão das propriedades e, segundo o autor, é responsável também pelo pouco aproveitamento dos rebanhos:

Em virtude do pastoreio inteiramente livre, a difusão das doenças processa-se facilmente, animais são perdidos ou roubados e o gado estranho penetra e pasta nos terrenos da fazenda. Uma criação racional é inteiramente impossível, uma vez que o gado de diferentes idades e diferentes sexos vive em promiscuidade, cruzando-se arbitrariamente. (op.cit., p.44).

Enfatizando a grande propriedade de pecuária extensiva como uma unidade de produção, devemos compreender sua organização interna, a dinâmica de seu funcionamento e suas perspectivas em termos de capacidade de reprodução e ampliação da sua capacidade pastoril.

Os mecanismos de apropriação de riqueza e utilização dos recursos ambientais disponíveis no Planalto Catarinense ligavam diretamente a criação de gado ao processo de concentração da terra, fator que, segundo José Sidnei Gonçalves consolidou-se a partir da Lei de Terras em 1850, momento em que a pecuária produziu uma valorização da terra similar ao das lavouras nas principais regiões brasileiras. (Dossiê questão agrária e agricultura, 2012, p.27).

Assim, como bem especifica Waibel (1979, p. 38), a forma de desenvolvimento da atividade pecuária, determinada geralmente pelo emprego de trabalho e capital, distinguiu comumente as formas de atividade extensivas e intensivas, moldando os aspectos de uma paisagem conforme sua organização espacial a partir do condicionamento da função econômica.

Victor Peluso Júnior elaborou um estudo que demonstra a importância da compreensão das formações sociais para compreender as transformações econômicas no Planalto Catarinense:

A população que nos séculos XVIII e XIX não possuía propriedade, somente nas fazendas encontrava trabalho. Neste período o gado pouco valor tinha, pois sua criação objetivava quase que exclusivamente o couro. O trabalho, quase que intermitente exigia a união íntima entre as duas classes, e assim, na região de pequena densidade de população, a participação no uso da propriedade permitiu ter à mão o operário no momento preciso. (1991.p.109).

Assim também se pode compreender as novas relações sociais estabelecidas a partir da divisão da propriedade, esclarecidas por este mesmo autor:

O processo de sucessão da propriedade exerce decisiva influência sobre os grupos fixados nas fazendas. Outrora, estas eram extensões consideráveis, e quando divididas eram ainda suficientes para abrigarem as famílias que se originavam dos agregados antigos. Modernamente a situação alterou-se. As grandes fazendas desapareceram, e poucas delas são reconstituídas (...) Os descendentes dos agregados são forçados a procurarem terra em outras zonas, e poucas são as fazendas em que estes rebentos dos antigos servidores rurais encontram lugar (...) (op.cit., p.111).

Tal processo de ocupação territorial e humana levanta dúvidas quanto ao desenvolvimento, no país, de um sistema feudal ou capitalista. Na análise de Manuel Diegues Júnior (1960, p. 85):

Capitalista, inteira e exclusivamente não foi nem poderia ser. No fundo a organização foi tipicamente feudal (...) Uma situação decadente, em plena

transformação, de formas feudais arcaicas (...) Um sistema de vida que surgiu aqui no Brasil, onde as raízes feudais deram novas árvores e novos frutos. O que levou a desmanchar a marca quase feudal da organização das fazendas foi justamente as transformações decorrentes das adaptações e acomodações que o contato com a nova terra impôs. (p.85).

Quanto à região pecuária do planalto sul-brasileiro e especificamente do Planalto Serrano Catarinense, Peluso Jr (op. cit., p.111) evidencia claramente sobre a figura do agregado e sua condição servil, assim como Vieira (2009, p. 01) evidencia “o nascimento de uma formação social-mercantil” no planalto.<sup>5</sup>

Não obstante, a constituição de diferentes modos de produção em um mesmo espaço geográfico demonstra que o desenvolvimento da pecuária do Planalto Catarinense reproduziu relações sociais com diferentes linguagens no modo de produção. Milton Santos analisa este processo como o resultado de uma modernização diferenciadora, capaz de gerar diferentes circuitos econômicos, apesar de possuírem a mesma origem, o mesmo conjunto de causas e serem interligados. (SANTOS, 1977.p.27).

Noutra perspectiva, Guilherme dos Santos Floriani (2007), ao analisar o uso do solo e a história florestal nos campos de Lages no século XX, discute as transições ocorridas nas escrituras de imóveis deste período. Apesar de a pecuária ser apontada como a principal atividade econômica da região até o surgimento da exploração econômica da araucária a partir de 1940, existe registros de que o uso da terra era, desde os primórdios, mais diversificada, apresentando nas escrituras de compra e venda “partes de terras lavradas e de pastagens”, motivada pela diversidade de recursos de subsistência da região. (FLORIANI, p.71).

Desde o fim da escravidão, a mão de obra tornava-se mais cara, em parte pela viabilização do uso agrícola de áreas florestais devolutas, de modo que a manutenção da estrutura física da fazenda também passou por modificações, ao passo que uma pessoa não produz mais do que dois ou quatro metros de taipas por dia, e novos tipos de isolamento passaram a ser utilizados (op.cit., p.72) como a cerca de arame farpado, que exemplifica parte das dificuldades encontradas pelos

---

<sup>5</sup> Interessantes análises dessa relação com o feudalismo podem ser vistas em Ignácio Rangel, Alberto Passos Guimarães, Nelson Werneck Sodré, entre outros autores.

fazendeiros em aumentar ou modernizar o sistema produtivo.<sup>6</sup> Ainda segundo o mesmo autor, o desenvolvimento das pequenas serrarias permitia que o resíduo das toras, as costaneiras, fossem utilizadas em cercas e construções simples, diante do custo do arame farpado.

Portanto, a grande propriedade pastoril, analisada sob o ponto de vista da unidade de produção, deve ser compreendida desde sua organização interna, sua dinâmica de funcionamento e suas perspectivas em termos de capacidade de reprodução e ampliação da atividade pastoril.

Considerando certa evolução da economia pecuária através do objetivo da produção e da organização do espaço para esta finalidade, Orlando Valverde (1964, p.37) assim a caracteriza:

Na formação das vacarias instituía-se uma economia de coleta baseada no latifúndio de pecuária extensiva de gado mestiço, transportando animais vivos, utilizando pastagens naturais com queimadas periódicas e “pastos não divididos”. Nas fazendas, estâncias e internadas institui-se a pecuária extensiva e pasto dividido em grandes e médias propriedades com objetivo de comercializar a carne, utilizando pastos plantados e ainda as raças mestiças. As cabanhas têm sua economia voltada para a pecuária intensiva, em pequenas e médias propriedades que investem em cultivo de forrageiras, mantendo o gado estabulado, e se utilizando de técnicas de seleção para produção de reprodutores.

Por sua vez, Licurgo Costa (1980, p. 56) chama a atenção para o caráter restrito do espaço latifundiário do Planalto Catarinense, se comparado à monocultura da criação extensiva do estado do Rio Grande do Sul, que mesmo sofrendo a pressão das técnicas modernizantes dos seus vizinhos do Prata não perdeu seu caráter extensivo, pois este está ligado a fatores socioeconômicos como:

A importância adquirida pelo latifúndio como base do poder econômico e político; o papel secundário da pecuária na política econômica nacional, o que desestimulava sua transformação em atividade de caráter intensivo; e a crença de que a pecuária, sendo menos vulnerável às oscilações climáticas da região, teria maior garantia de rentabilidade.

---

<sup>6</sup> “O arame farpado não se popularizou rapidamente, era comercializado em 1924 por 45\$000 o rolo de 400 metros. Este seria também o custo mínimo para uma cerca de 100 metros com quatro fios. Comparando com os preços praticados para o gado e para grãos, a base de 200\$000 a rês e \$140 o quilo do milho amarelo, temos a proporção da produção de um boi comercializado em quatro anos para fazer 200 metros de cerca, enquanto são necessários dois alqueires (com 600 metros) de cerca para criar este animal”. (Floriani, op.cit., p.73).

Neste sentido, partindo da característica do isolamento geográfico da pecuária do Planalto Catarinense, percebe-se que sua articulação se dá de forma dependente do próprio capital local. Argumenta neste sentido Aluisio de Almeida, considerando que Lages teria se tornado, desde cedo, mercado de animais, com uma pequena feira:

Entre as cochilhas e os campos gerais houve uma região de mata virgem, de 30 a 50 léguas, na Serra do Mar, no atual estado de Santa Catarina. Os tropeiros tinham que tanger à pressa sua tropa nesta floresta deserta, sem pasto, onde os animais perdiam a gordura adquirida em Lages, que ficava no limite da mata e do campo, e em cima da serra, que aí começava a descer para os pampas. Em Lages havia principalmente invernadas, isto é, cresciam tropas adquiridas no Rio Grande do Sul para serem vendidas aos compradores do centro (...) Lages, portanto, em Santa Catarina, e Lapa, no Paraná, foram mercados de animais (...).(1981, p.10).

Não obstante, o tropeirismo ganha expressividade ao fazer a ligação entre o sul e as áreas mineradoras, bem como também os diferentes percursos entre litoral e planalto. Mas, não existem muitos registros sobre a formação dos primeiros latifúndios em Lages antes de sua fundação por Correia Pinto. No entanto, sabe-se que desde a abertura do caminho dos Conventos (1728-1730), tropeiros foram seduzidos pela facilidade de conseguir vastas extensões de terras. Desta forma, Licurgo Costa, através de pesquisas em registros paroquiais, cartórios, e no arquivo da Casa Matheus, lista alguns tropeiros, com suas respectivas famílias, que se instalaram em Lages, acompanhado o fundador Correia Pinto.<sup>7</sup>

Por sua vez, Aluisio de Almeida (1981) considera imprescindível compreender quem é a figura do tropeiro e o “corpo social” que envolve a pecuária desde os seus primórdios:

(...) os tropeiros sujeitavam-se a caminhar dentro do município levando cargas da fazenda à vila e vice versa (...) Mas seu habitat comum era as grandes viagens, jornadas de cem léguas e mais., a condução do açúcar para as regiões de pecuária, de sal para o interior, etc. Esses “arrieiros” chamemo-los assim, existem em todo o Brasil, são o sangue mesmo de

---

<sup>7</sup> O primeiro deles – fazendeiro numero um de Lages – foi o Tenente Bento Soares da Motta provavelmente chegaram na mesma época, isto é, no começo da década de 1830, Francisco Carvalho e Bento Pereira, também tropeiros e, depois, fazendeiros (...) acompanhando o fundador, seriam eles: Manoel Rodrigues de Athayde, Balthazar Rodrigues de Oliveira, Caetano Saldanha, Antonio Teixeira Pinto Policarpo, Joaquim de Oliveira, Antonio Rodrigues de Oliveira e Marcelino Pereira do Lago. p. 52.

nosso corpo social. Se é possível que certas zonas nunca tenham visto um lote de bestas xucras vindas do sul, todas viram bestas arreadas e seu condutor (p. 113).

Assim, descreve como tropeiro o dono das tropas, tanto pobres, pequenos sitianteiros, quanto grandes fazendeiros que se inserem no sistema capitalista de negociação. (op. cit., p. 113).<sup>8</sup>

Resumindo o exposto neste item, no desenvolvimento da economia pastoril, podem-se perceber as relações de classe preexistentes e os interesses locais e nacionais que combinam a necessidade de novas forças produtivas com antigas formas de dominação e apropriação do uso da terra, de forma que os estudos regionais evidenciam o desenvolvimento desigual do sistema capitalista, uma vez que certas categorias sociais podem ter uma relação particular com a região devido a seus interesses econômicos. (Dulog, Costa, 1980, p. 22). Assim, de acordo com Cyro Ehlke (1973), o período áureo do tropeirismo foi atingido no último quartel do século XIX, entrando em seu ocaso, lentamente, a partir de 1920. Este período pode ser observado como o período em que os latifúndios passaram por mudanças significativas em relação à estrutura e produção, substituindo a criação primitiva por modelos europeus considerados economicamente mais vantajosos.

Assim, projetos de modernização da pecuária passaram a caracterizar as ações de políticas públicas, desencadeando novos processos produtivos e novas relações econômicas ligadas à pecuária e a utilização dos campos do Planalto Catarinense.

### 2.3 PESQUISA AGROPECUÁRIA NO BRASIL E A EVOLUÇÃO DA CRIAÇÃO EM CAMPOS NATIVOS DO PLANALTO CATARINENSE

Segundo pesquisas realizadas pelo Centro de Ciências Agroveterinárias da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, de Lages, pela EMBRAPA - Centro Nacional de Pesquisa de Recursos Genéticos e Biotecnologia, e pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, os bons resultados obtidos com os

---

<sup>8</sup> O conceito de tropeiro modifica-se segundo o período histórico e as características regionais. De acordo com Ruy Ruben Ruchel (2000, p. 39), basicamente existiram duas espécies de tropeirismo. Aquele de tropas semoventes, quando se trata de gado em pé conduzido do centro criador ao centro consumidor; e o Tropeirismo da tropa de cargueiros, quando animais (mulas e burros) transportam no lombo as mercadorias. Assim, nos séculos XVII, XVIII, XIX e XX, segundo vários historiadores, podem-se analisar a importância desta atividade econômica para as regiões de criação e produção.

cruzamentos favoreceram as importações de reprodutores de outras raças, causando o desaparecimento quase que total dos bovinos Crioulos. (MARTINS, entrevista concedida em 2010).

Cabe ressaltar que a produção de forrageiras também é responsável pela transformação da economia de um sistema natural ou “primitivo” para um modo de criação voltado ao mercado mais especializado. Até o começo do século XIX o gado era criado de forma extensiva, sem estabulação, silagem ou melhoria dos pastos. Para tornar o capim mais tenro faziam-se queimadas periódicas, e, com a introdução de novas raças de gado para o Planalto Catarinense, introduziram-se também várias espécies de gramíneas da África. (VALVERDE, p.244).

É a partir deste momento que a pecuária no Planalto catarinense adquire novo sentido. Isto porque a introdução de raças européias tem o objetivo de atender ao mercado capitalista interno e externo, num momento em que aumenta a demanda de carne pelo mercado consumidor. Porém, a razão desta prosperidade permaneceu por muito tempo na coexistência de outras formas econômicas e de uma organização social correspondente a elas. (PELUSO, 1991.p.83). Aqui há que se ressaltar o aumento do controle do poder político e a industrialização na Europa durante o século XIX, que fez por intensificar a demanda por matéria-prima e produtos agrícolas nas colônias, o que tornou países como o Brasil grandes produtores de safras, dificultando, até certo ponto, o desenvolvimento de uma economia capitalista industrial. (PONTING, 1995p. 43).

Segundo Moraes, no Brasil o contexto histórico destas transformações torna-se latentes a partir da crise do Regime Monárquico e o limiar do regime Republicano:

A crise do regime monárquico e o limiar do período republicano trouxe um novo padrão de acumulação a ser delineado na economia nacional (...). No que tange a construção de uma identidade política unitária (...) o Brasil poderia ser qualificado como um Estado Constitucional que buscava operar de forma razoavelmente centralizada num território dotado de um conjunto de unidades regionais diferenciadas (...). (MORAES, 2009.p.122).

O fim da escravidão, o declínio do tropeirismo e o avanço das técnicas de produção provocaram, a partir do século XIX, um processo de transição econômica, que proporcionou uma nova percepção da paisagem, ao mesmo tempo em que

redefine as relações sociais e a relação humana com a paisagem, além de impulsionar a construção e reconstrução de territórios.

Gilmar Arruda afirma que, o processo de construção de territórios é sempre conflituoso, pois envolve a competição com outras populações e outras concepções territoriais, que são concretamente formas diferenciadas de apropriação e representação do ambiente natural. (ARRUDA, 2008). Neste sentido, a partir do século XIX, intensificou-se na região dos campos de Lages a necessidade de aprimorar as técnicas de produção, com o objetivo de equiparar a economia e a sociedade aos moldes do desenvolvimento europeu.

No estado de Santa Catarina há de se estabelecer um panorama de dificuldades para a instalação de uma instituição voltada à pesquisa rural. A baixa produtividade das pastagens do sul do Brasil refletiu-se em um manejo insustentável, uma vez que a produção limitada de biomassa ao longo do inverno resulta no sobrepastejo durante este período, com grandes perdas de peso do gado sob manejo inapropriado. Além disso, segundo Lucy Woellner dos Santos, a região sul do Brasil estava distante da capital federal e da massa crítica disponível; e especialmente no estado de Santa Catarina predominava a policultura e o regime de pequena propriedade, e uma pauta de exportação que tendia à diversificação. (SANTOS, p.154). Segundo afirma:

Isto em contraste com o modelo de agricultura prevalecente naquele momento no país (século XIX), onde nas grandes regiões exportadoras, predominava a monocultura, e em que o dinamismo da economia como um todo estava em função principalmente da cultura do café (op.cit., p.154).

A dinamização da economia do Planalto Catarinense tem sua gênese marcada pela criação da Estação Experimental de Lages, em que a pesquisa, divulgação e implantação de novas tecnologias permitiram remodelar as relações de produção, de modo a tornar-se referência nos projetos de sustentabilidade técnico-produtiva, concretizando as formas dinâmicas de cooperação entre as organizações públicas e o desenvolvimento econômico da sociedade civil.

Neste sentido, a história da estação experimental de Lages confunde-se com a própria história das atividades de pesquisa agrícola no Brasil e no estado de Santa Catarina; de maneira que alguns aspectos anteriores à própria gênese da estação são de crucial importância para compreender a maneira pela qual o ambiente é fator

condicionante na formação sócio-espacial e econômica do Planalto Serrano Catarinense.

Desta forma, o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder (SOUZA, 2007. p. 78), estabelecidos a partir de políticas públicas adotadas para o desenvolvimento rural do estado de Santa Catarina, e que foram gradativamente moldadas pelas condições socioambientais predominantes na geografia regional.

Conseqüentemente, compreender o processo de transformação socioeconômica da região serrana a partir das inovações proporcionadas pelo incentivo à pesquisa e pelas novas tecnologias adotadas pela estação experimental requer, também, analisar as mudanças e permanências na vida social dos trabalhadores e proprietários rurais da região, de forma que esta análise permita-nos caracterizar as novas relações geradas a partir da configuração de uma nova estrutura econômica, baseada no planejamento e na gestão de novas formas de desenvolvimento agrário comprometidas com a sustentabilidade agrícola, econômica e socioambiental.

Neste sentido, o modelo adotado para a implantação de instituições de pesquisa agrícola no Brasil obedeceu ao modelo instituído na Alemanha, em que o desenvolvimento de instituições de pesquisa agrícola sustentadas pelo governo pressupunha o estabelecimento de um clima social e político que considerava a ciência e a tecnologia como instrumentos de crescimento econômico, e seu processo como uma responsabilidade importante para o Estado. (HAYAMI E RUTTAN, apud SANTOS, 1998 p.27).

Segundo Lucy Santos, no Brasil do século XIX, após a transferência da Corte Portuguesa para o país, é que começaram a se estabelecer algumas instituições com atividades mais sistemáticas de pesquisa; no entanto, estas atividades ainda eram organizadas conforme as ideias de ciência e tecnologia européias, sendo produzidas por europeus atraídos por condições oferecidas pelo Imperador, com apoio de alguns brasileiros formados no exterior. (op.cit., p.42).

Desta forma, o contexto da criação de Estações Experimentais voltadas ao desenvolvimento rural no Brasil através da assistência a produtores para a formação

ou idealização dos principais eventos (feiras agropecuárias), tem na geração e importação de tecnologias o marco histórico do aprofundamento dos conhecimentos relativos à economia rural. No entanto, não houve preocupação por parte das políticas públicas em capacitarem profissionais para atuar neste sentido.

Não obstante, chama a atenção Bernal (1969) para o fato de que o desenvolvimento da ciência na Europa, entre os séculos XVIII e XIX, ao contrário dos séculos anteriores, tinha claro interesse em estudar as formas de utilização dos recursos naturais pensando em modificá-lo; relação que caracteriza um modo estritamente capitalista na relação ciência e natureza. (BERNAL, apud SANTOS, 1998, p.29). No entanto, esta forma de desenvolvimento foi responsável pelo incentivo ao desenvolvimento de pesquisas pela iniciativa privada, que estava diretamente associada à indústria nascente, à reforma política e ao liberalismo.

Na Europa a iniciativa privada coordenou a pesquisa agrícola até que a expansão dos programas de pesquisa e os custos cada vez maiores desta atividade promoveram a utilização de recursos governamentais em forma de financiamento e posteriormente custeamento integral, como exemplo da Estação Experimental de Rothamsted, na Inglaterra. (RUTTAN, apud SANTOS, 1998.p.38).

Contudo, o mesmo não aconteceu na Alemanha, em que os estados (marks) passaram a financiar diversas instituições de pesquisa na área agrícola, com objetivo de buscar soluções científicas para os problemas agrícolas dos estados alemães. A primeira instituição de pesquisa sustentada pelo governo foi a Estação Experimental de Möckern, na Saxônia, em 1852. Sua criação foi iniciativa dos fazendeiros desta região, mediante a qual o governo assegurou uma doação anual para a sua manutenção. (SANTOS, 1998. p.38).

A assimilação e a concepção de novos paradigmas no Brasil encontraram sua principal barreira, nos discursos regionalistas, em que as relações entre as pessoas e as classes são tomadas como relações entre lugares. (MORAES, 1996. p. 102). Desta forma, o regionalismo torna-se um grande instrumento de separação e diferenciação, dispersando as concepções nacionais através do seccionamento do território. (op.cit., p.101), motivo pelo qual a concepção de território une ou divide sujeitos políticos.

Sendo o território um elemento de identidade (MORAES, 1996. p. 96), considera-se o século XIX como um período falho no que tange a existência de uma

política de desenvolvimento científico e tecnológico, que tivesse por objetivo o fortalecimento e a capacitação de pesquisadores, que ajudassem a superar o subdesenvolvimento econômico, em parte agravado pelo período de crise do sistema escravista mercantil, em decorrência das flutuações de preço dos principais produtos exportados. Os “Imperiais Institutos de Agricultura” foram criados por D. Pedro II evidenciando as determinações sociopolíticas e econômicas da época. (SANTOS, 1998. p. 46). Entre estas determinações destaca-se a substituição de mão de obra por meio de máquinas e instrumentos “apropriados”, a aquisição de melhores sementes e renovos de plantas, e o melhoramento de raças de animais úteis, promovendo a generalização das melhores espécies. (Silva apud Santos, 1998, p.46). Além disso, os objetivos destes institutos previam a exposição anual dos produtos (...) animando-a por meio de prêmios e facilitando seu transporte e venda. (op.cit., p.47).

No Brasil, o advento da República permite transformações na base da economia, formulando um novo padrão de acumulação. A abolição da escravatura e a Revolução Industrial trazem à tona ideias que enriquecem a reflexão social brasileira. A imigração, a urbanização e a industrialização avançam exponencialmente nas primeiras décadas do século XX. (Moraes, 2009. p, 123). Desta forma, podemos analisar a transição do século XIX para o século XX no Planalto Catarinense como um período de permanência de antigas estruturas sociais e de introdução de novos métodos produtivos num mesmo espaço natural; uma vez que a formação de um novo modo de produção depende de uma relação de superação e crise do modo produtivo anterior. (DOBB, 1987.p.17).

No entanto, estas eram medidas voltadas aos pólos econômicos da época, onde geralmente concentrava-se a economia de exportação. Para Lucy Santos:

Nos primórdios da pesquisa agrícola no Brasil as iniciativas de organizar a pesquisa fora do eixo econômico do século XIX (São Paulo e Rio de Janeiro) não são reconhecidas ou citadas na literatura. Contudo, mais ou menos representativas, dotadas de maior ou menor infraestrutura e com resultados de maior ou menor impacto, certamente devem ter existido muitas entidades criadas pelos governos estaduais. (SANTOS, 1998.p.52).

Desta forma, a economia catarinense, assim como outras regiões brasileiras, desenvolveu-se influenciada, em seu sistema produtivo, pelos altos e baixos da economia nacional, e sempre numa posição periférica da economia, o que explica, em parte, a necessidade de alterar o sistema tradicional de criação nos campos do Planalto Serrano Catarinense. Isto porque há uma necessidade na evolução das sociedades de buscar as inter-relações regionais e nacionais, as instituições políticas, e outras variáveis externas e internas que influenciam na estabilidade de uma região. (DORST, 1973, p.35). Neste sentido, podemos compreender o papel das instituições no desenvolvimento social e as mudanças promovidas na configuração regional.

A necessidade de orientações tecnológicas para o desenvolvimento econômico de Santa Catarina é um dos motivos pelos quais se explica a vinda de especialistas que passaram a coordenar os projetos de melhoramento da agropecuária catarinense, sendo estes os responsáveis pela introdução de raças de animais que deveriam ser importadas, além da vegetação adequada ao clima e ao tipo de solo da região.

Sabe-se que a primeira Estação Experimental do estado de Santa Catarina foi instalada na então colônia de Rio dos Cedros, em Blumenau (Estação Agrônômica de Rio dos Cedros). Esta estação baseou-se no modelo europeu, sob influência colonizadora de alemães e italianos que buscavam em seus projetos de desenvolvimento criar condições para que os imigrantes se tornassem cidadãos livres e proprietários de terras nas quais poderiam cultivar e progredir. (SANTOS, 1998. p. 80).

Os motivos que levaram à escolha da colônia localizada em Blumenau foram a necessidade de proporcionar maior incentivo e progresso à colônia italiana ali instalada, além de inferir que:

O positivismo e o paradigma cientificista que predominavam na Europa do século XIX e que marcaram a formação de líderes com representatividade na região, como o Governador Hercílio Luz, levaram-nos a conceber ou adaptar soluções européias para os problemas da Província. Estas ideologias, portanto, podem ser vistas como elementos que contribuíram para a decisão de criar a Estação Experimental. (Santos, 1998, p.109).

Ainda segundo a autora, a instalação da primeira Estação em Rio dos Cedros explica-se em virtude das influências políticas e da cultura de exportação do

fumo, de modo a estudar um fato particular: “A doença do tabaco” e buscar uma “variedade resistente”. (op. cit., p.109).

Este quadro explica em parte uma formação sócio-espacial baseada numa relação com forças políticas e econômicas externas, de onde mais frequentemente lhes provém o impulso, sendo esta, no entender desta mesma autora:

A base mesma, em que a explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar o espaço com o qual o grupo se confronta (...). Trata-se de fato de uma categoria de formação, econômica, social e espacial, mais do que uma simples formação econômica e social. (SANTOS, 1986. p. 82).

Acrescenta ainda a autora que o advento da República transforma o pólo dinâmico da economia brasileira e marca o início das atividades científicas para maior conhecimento do meio ambiente para atividades econômicas de exploração mineral e vegetal. (op.cit., p. 43).

Como a Estação era o único estabelecimento agrícola de Santa Catarina, suas contribuições não poderiam limitar-se aos estudos locais, cuidando, nos limites de seus recursos, de toda a lavoura do estado. (ROSSI, apud SANTOS, 1998. p. 109). Neste sentido, observa-se que a partir de 1902 é maior o interesse das políticas públicas em “criar mais instituições congêneres, em pontos que a experiência indicar mais convenientes” (SANTA CATHARINA, 1902, p. 18).

Poucos anos depois, em 1904, o Vice-Governador do estado, Vidal José de Oliveira Ramos Júnior, pede ao Congresso Representativo a transferência da Estação de Rio dos Cedros para próximo da capital ou suas imediações, de modo que pudesse satisfazer os fins para o qual foi criada. (SANTA CATHARINA, 1904 a., p.31).<sup>9</sup> 11. Como conseqüência desta política, a Lei nº 642 do Congresso autorizava o poder executivo a criar mais dois Campos de Demonstração destinados a servir os municípios do sul e da região serrana catarinense. A partir de então, o Decreto Estadual nº 238 de 24 de março de 1905 cria um Campo de Demonstração e um

---

<sup>9</sup> Segundo Lucy Santos (1998, p. 145) “Havia naquela época um evidente propósito do Governo Estadual de ampliar a estrutura de prestação de serviços na área agrônômica, especialmente com atividades de observação, acompanhamento, avaliação, introdução de espécies animais e vegetais, e de fomento e orientação técnica aos agricultores”. (SANTOS, 1998.p.145).

Posto Zootécnico no município de Lages, os quais em janeiro de 1907 foram transferidos à municipalidade de Lages. (SANTA CATHARINA, 1907 a).

Estas unidades sofreram, desde sua criação, diversas alterações de função, denominação, estrutura e transferência de administração, entre os poderes municipal, estadual e federal; além de problemas de prioridades e ênfases oscilantes na distribuição das atividades de pesquisa, em conformidade com as demais atividades de extensão e fomento entre a área vegetal e animal. (SANTOS, 1998, p.149).

Assim, podemos compreender o papel das instituições no desenvolvimento social e as mudanças promovidas na configuração regional tal qual a importância da Estação Experimental para o desenvolvimento agrário do planalto serrano catarinense.

A necessidade de orientações tecnológicas para o desenvolvimento econômico de Santa Catarina é um dos motivos pelos quais se explica a vinda de especialistas que passaram a coordenar os projetos de melhoramento da agropecuária catarinense, sendo estes os responsáveis pela introdução de raças de animais que deveriam ser importadas, além da vegetação adequada ao clima e ao tipo de solo da região.

Assim, pode-se analisar que, o avanço das relações capitalistas de produção permitiu, por longo tempo, a manutenção do sistema de criação extensiva, mesmo que o índice de concentração de terras não configurasse o que, em outras regiões do Brasil entende-se por latifúndio. Neste sentido, vale lembrar que os conceitos e categorias empregados para definir as unidades de medida das propriedades rurais possuem peculiaridades regionais. De acordo com Sônia Regina Paulino e Vera Mariza H. de Miranda Costa (1992), além do alqueire paulista empregado para medir as propriedades do Planalto Catarinense (24.200 m<sup>TM</sup>), outras medidas definem o latifúndio no Brasil, como em Minas Gerais e Goiás, onde o alqueire equivale a 48.400 m<sup>TM</sup> (o dobro da unidade paulista), e o norte brasileiro que estabelece a medida do alqueire em 27.225m<sup>2</sup>. (op.cit., p.05).

Tomando o conceito de latifúndio como a dimensão de área agricultável que exceda em seiscentas vezes a área média dos imóveis rurais em suas respectivas zonas, segundo o Estatuto da Terra, podemos afirmar que foi, antes da extensão

das terras, a atividade extensiva de gado que definiu a característica da economia e das propriedades do Planalto Catarinense.

Desta forma, as peculiaridades do desenvolvimento pastoril definiram as classes sociais da região, de forma que muitos desafios técnicos e políticos estiveram ligados ao processo de modernização da pecuária, uma vez que este processo implicou inevitavelmente em novas organizações econômicas e instituições governamentais.

Assim também a relação entre a cultura regional e os recursos naturais passa a partir de então por um processo de reconstrução, conforme a inclusão de novos recursos econômicos, resultando em áreas de conflito referentes às reações de como o progresso passou a interferir nas relações de produção.

Em síntese, podemos compreender que, as transformações gradativas nas técnicas de criação não viabilizaram uma total transformação produtiva do espaço, por uma série de fatores conjugados, relacionados à forma, função e aplicabilidade dos processos de modernização.

Além disso, no Planalto Catarinense, a produção pecuária estabelece a lógica da demarcação de territórios, que por sua vez, adquirem valor de cultura. (TUAN, Yi- Fu. 1930, p. 02).

Assim, as combinações físicas, biológicas e humanas são responsáveis, também, pela organização de estruturas políticas, que motivam projetos de desenvolvimento baseados em novos entendimentos sobre a espacialidade regional e sua função econômica. Apesar disso, sua utilização aparece sempre associada ao monopólio da terra, mesmo após a diversificação produtiva no século XIX. Isto se deve, em parte, ao papel simbólico das estruturas de classe, que permaneceram como referencial espacial e, mesmo adaptadas às novas tecnologias, mantiveram sua organização fundamentada na legitimação do poder exercido pela classe proprietária, estabelecendo uma dialética no que tange às transformações das estruturas e a manutenção dos padrões sociais.

Estas questões permitem compreender melhor como a paisagem geográfica modifica-se conforme o conjunto de interesses humanos, e ao mesmo tempo, revela permanências ligadas a diferentes perspectivas sociais sobre a utilização do espaço.

### **3 CAMPO DE DEMONSTRAÇÃO E POSTO ZOOTÉCNICO DE LAGES: POLÍTICAS PÚBLICAS, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, RECONFIGURAÇÃO DA ECONOMIA REGIONAL**

De acordo com Giddens (1944) o processo de modernização das atividades produtivas e a expansão do capitalismo industrial, também acarretaram em riscos sociais, políticos e econômicos próprios das desigualdades sociais, sendo seus impactos refletidos em instituições políticas, espaços públicos e privados.

Neste sentido, as transformações no modo de produção e ampliação das atividades incidem na atuação das organizações, ou ainda, nas organizações políticas e econômicas que embasam as relações sociais.

No âmbito da pesquisa agrícola no Brasil, as medidas modernizantes estavam voltadas aos polos econômicos da época, onde geralmente concentrava-se a economia de exportação. Mas a necessidade de orientações tecnológicas para o desenvolvimento econômico das províncias, incluindo a de Santa Catarina, resultará em novas concepções sobre a relação entre a terra e o homem. O sistema produtivo ganhou nova perspectiva e esse é um dos motivos pelos quais se explica a vinda de especialistas que passaram a coordenar os projetos de melhoramento da agropecuária catarinense, sendo estes responsáveis pela introdução de raças de animais importadas, além de vegetação adequada ao clima e ao tipo de solo da região, no caso, o Planalto Serrano Catarinense.

O desenvolvimento do capitalismo abriu caminho para a paulatina transformação das estruturas agrárias brasileiras. Assim, o desenvolvimento de forças produtivas influenciou profundamente nas decisões do poder político brasileiro. Em Santa Catarina, de acordo com Lucy Santos, os motivos que levaram à escolha da colônia localizada em Blumenau foram a necessidade de proporcionar maior incentivo e progresso, além de inferir que:

O positivismo e o paradigma cientificista que predominavam na Europa do século XIX e que marcaram a formação de líderes com representatividade na região, como o Governador Hercílio Luz, levaram-nos a conceber ou adaptar soluções européias para os problemas da Província. Estas ideologias, portanto, podem ser vistas como elementos que contribuíram para a decisão de criar a Estação Experimental. (op.cit., p.109).

Este quadro denota, em parte, uma formação sócio-espacial baseada em relações com presença de forças políticas e econômicas externas, de onde, mais frequentemente, lhes provém o impulso, sendo esta, no que chama a atenção Santos (1986):

A base mesma, em que a explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar o espaço com o qual o grupo se confronta (...). Trata-se de fato de uma categoria de formação, econômica, social e espacial, mais do que uma simples formação econômica e social (SANTOS, 1986, p.82).

Apesar de todos os obstáculos, a história da Estação Agrícola de Rio dos Cedros se constitui no único elo entre o período inicial das atividades de pesquisa agrícola em Santa Catarina e o período delineado a partir da década de 1930, na qual se verifica o ingresso e a presença determinante do Governo Federal, estruturando os projetos de pesquisa e experimentação agrícolas no estado. O estudo de caso sobre a atuação da referida Estação demonstra que ciência e tecnologia não constituíam prioridades reais das políticas adotadas no país, sendo os primeiros institutos de pesquisa no Brasil criados com propósitos “utilitários” (SANTOS, 1998, p.150).

Neste sentido, a formação econômica e social do Planalto Serrano Catarinense é indissociável das políticas de desenvolvimento adotadas por uma sociedade historicamente determinada, onde se define a natureza exata da diversidade e da natureza específica das relações econômicas e sociais que a caracterizam (GODELIER, 1971, p.81).

Desta forma, a criação da Estação Agrônômica do Estado de Santa Catarina, pela Lei Estadual nº 166 de 29 de setembro de 1895, permitiu de certa forma a ampliação de seus objetivos, contemplando e incentivando a pesquisa em um grande leque de produtos, incluindo, entre outros, grãos, frutíferas, forrageiras, atividades florestais e atividades alternativas [...] (SANTOS 1998, p.159); de modo a combinar formas, funções, estruturas e processos que expandissem o capitalismo na direção das políticas de planejamento, resultando na necessidade de aprofundar a discussão do paradigma da formação social (MARTINS, 2010, p.206).

Neste sentido, a criação da Estação Experimental e do Posto Zootécnico de Lages desencadearam transformações tanto na qualidade dos rebanhos, quanto na cultura de forrageiras, reorganizando a atividade pastoril no Planalto Catarinense.

De acordo com os relatórios encaminhados pelo Posto Zootécnico desde a sua fundação em 1913, também fazia parte da finalidade básica de sua atuação, além do melhoramento pastoril e aclimatação de raças, inserirem métodos de trabalho que pudessem racionalizar as atividades do homem no campo pela adoção de sistemas que tornassem a exploração pastoril mais econômica e lucrativa ao proprietário rural.

Figura 13 – Sede do Posto Zootécnico e Estação Experimental de Lages. Morro do Posto.



Fonte: Arquivo Fotográfico Epagri- Lages.

É possível compreender que a manutenção da atividade pecuária no Planalto Catarinense depende de múltiplas determinações, simbolizadas em fatores predisponentes como a substituição das taipas por cercas de arame farpado, a construção de piquetes e estábulos de confinamento de gado, a utilização de vacinas e a criação dos banheiros, a utilização de insumos para a melhoria da qualidade do gado, transformando a estrutura econômica das fazendas.

Além de inferir sobre a história da utilização e transformação dos campos no Planalto Serrano Catarinense e o desenvolvimento da pecuária na região, a criação do Posto Zootécnico e da Estação Experimental de Lages, tiveram muita importância na disseminação de projetos de desenvolvimento regional, permitindo maior conhecimento sobre o potencial produtivo. Todos os projetos desenvolvidos desde então absorveram as tecnologias desconhecidas no Brasil até a criação da Estação

Experimental de Rio dos Cedros, como a disseminação do arado e de diversas espécies vegetais (SANTOS, 1998, p.124).

Assim, a própria história da Estação Experimental de Lages colabora para o entendimento do universo socioeconômico da região serrana, atuando diretamente nos projetos de desenvolvimento da pecuária e modernização dos modos de produção.

Segundo Licurgo Costa (1980, p. 01) este período coincide com o que o Governo e alguns fazendeiros “menos retrógrados” começam, muito timidamente, a importar touros, num momento em que a “Raça Bovina Brasileira” havia chegado a tal ponto de declínio geral que parecia irrecuperável.

Pode-se perceber a evolução da economia pecuária através dos objetivos da produção e da organização do espaço para esta finalidade ao longo do tempo. Se o bovino Crioulo foi, por um longo período, o principal esteio da bovinocultura do Planalto Catarinense, a partir do final do século XIX, esses bovinos passaram a ser cruzados com animais de raças europeias e zebuínas. Por conseguinte, a modernização da pecuária tem sua origem na substituição das velhas tropas de bovinos, por novas raças europeias e indianas (Valverde, op. cit., p.251). De tal modo que o velho sistema das vacarias foi, ao longo do século XX, sendo substituído por outros sistemas pastoris, conforme evidencia este mesmo autor:

Enquanto na formação das Vacarias instituiu-se uma economia de coleta baseada no latifúndio e na pecuária extensiva de gado mestiço, utilizando pastagens naturais e coletivas para engorde de animais que seriam comercializados [...] a criação das primeiras fazendas e estâncias caracterizou também a origem da propriedade privada da terra, com objetivo de comercializar carne, utilizando para isso pastos plantados e cruzamento de diferentes raças [...] (VALVERDE, p.256).

Cabe aqui ressaltar que a grande propriedade pastoril não figurava nos projetos de desenvolvimento econômico para o estado de Santa Catarina. Mas com a criação de instituições de desenvolvimento, como a Estação Experimental e o Campo de Demonstração, algumas medidas foram tomadas e bem sucedidas na região.

É possível compreender que a manutenção da atividade pecuária no Planalto Catarinense depende de múltiplas determinações, simbolizadas em fatores predisponentes, como já descritos em capítulo anterior. Entre estes fatores, o Posto Zootécnico exerceu profunda influencia na disseminação de métodos de criação, como a construção de piquetes e estábulos para o confinamento do gado, a utilização de vacinas contra diversas doenças, a criação de banheiros sanitários e a utilização de insumos para a melhoria da qualidade do gado, que gradativamente transformou e estrutura produtiva de muitas fazendas.

Entre os melhoramentos necessários para a evolução do sistema de criação, o investimento em pastagens é preocupação fundamental de criadores como Nicolau Athanassof, para o qual o pastoreio livre é indispensável:

Quando se trata de criação, ninguém contesta hoje que a estada do gado no pasto, ao ar livre, se torna um fator preponderante de importância tal, que devemos considerá-la como indispensável, caso se pretenda levar a operação a bom termo. Com efeito, percorrendo as publicações mais antigas sobre as raças bovinas, nota-se que em outros tempos encontravam-se as melhores raças e mais produtivas, sempre em regiões pastoris onde havia, em abundância, ricas pastagens. É, pois, devido à estada prolongada nos pastos, desde a primeira idade, que as raças melhoradas conservam até hoje a robustez e vitalidade extraordinárias, apesar de seu grande aperfeiçoamento zootécnico [...] (ATHANASSOF, p.115).

Desta forma, ao mesmo tempo em que os campos de Lages possuíam vantagens em relação à exploração de seus recursos naturais, havia limitações no processo de modernização das estruturas produtivas, marcando mudanças e permanências na organização da economia pastoril do planalto.

Neste sentido, Licurgo Costa (1982, p. 1455) afirma que a causa da degeneração do gado nativo no Planalto Catarinense deve-se à consanguinidade dos cruzamentos e à falta de métodos de controle e produção animal. Para ele, esta foi uma questão clara de abandono das formas de desenvolvimento da pecuária.

Embora se diga que a pecuária determinou a ocupação do espaço territorial, Floriani analisa que há no Planalto Catarinense uma combinação de ecossistemas que permitiu a criação de diferentes animais:

As florestas podem ter potencializado a criação de equinos e asininos durante o auge da venda de muares. Mas o hábito de pastejo dos "cavalares", como se generalizava na época, é diferente dos bovinos. Enquanto vacas e bois têm predileção por capins altos produzidos em

campo aberto, os equinos possuem dentes que permitem se alimentar de cascas de árvores presentes nas áreas florestais das quais o gado não se alimenta (FLORIANI, 2007, p.59).

Ao descrever as formas de criação no Planalto Catarinense, Víctor Peluso Junior ressalta a importância que possuía, no século XIX, o sistema de “migração estival” do gado, que consistia no deslocamento dos rebanhos para as áreas florestadas, onde passavam o inverno:

A migração estival é executada por criadores cujos campos não sustentam os rebanhos. No inverno, as propriedades mantêm mal o gado, que definha com a falta de grama [...] O arrendamento de boas invernações é dispendioso, restando-lhes a costa da serra, da qual os proprietários preferem manter o gado afastado no período da engorda (PELUSO JR, 1991, p.143).

Assim, fortes mudanças na vegetação ocorreram, lentamente, através da criação de animais, de maneira que, continuamente as florestas foram convertidas em roçados e áreas de lavoura:

[...] A estimativa do uso de florestas para conversão em roçados pode ser feito fazendo-se a conta da produtividade de roçados de milho com feijão, e tendo as demandas individuais anuais de alimentação para 825 pessoas (estimativa da população de Lages em 1796), consumindo 400 quilos de farinha, sendo 50 quilos utilizados para cevar animais domésticos, e uma produção de 2,5 mil quilos de milho por alqueire, eram necessários 148 alqueires de florestas anualmente. Para cada 5,5 novos habitantes, era preciso desmatar uma nova área de 10 mil metros (op.cit., p.61).

Neste sentido, outras atividades também absorveram o espaço florestado e a mão de obra das fazendas do planalto, à sombra da atividade pastoril, como a extração de erva-mate, que se tornou uma categoria econômica da região somente em meados do século XIX. (SANTOS, 1973, p.60).

Neste mesmo sentido deve-se considerar o impacto da introdução de outros animais domésticos no Planalto Serrano Catarinense, que contribuíram para que as áreas de floresta adquirissem novo valor a partir do século XIX:

Porcos, galinhas, ovelhas, cabras, que junto com os bovinos, equinos, asininos e muars, possibilitaram o fornecimento de carne sem aumento da mão de obra nem ampliação das pastagens, pois aproveitavam recursos

desperdiçados pelo gado bovino [...] gradativamente, suínos eram introduzidos, ou escapando de cercados, espalhando-se pelas matas de toda a região, como ocorrera com o gado 300 anos antes; varas multiplicaram-se rapidamente pelos matos da região, ocupando e desalojando o nicho ecológico de animais nativos (p. 66).

Estas formas de atividade tiveram pouca relevância nos registros econômicos da época, apesar de seus reflexos no ambiente e na vida de uma população que junto com as florestas exerciam práticas de cultivo e criação de animais para subsistência, uma vez que as elites agrárias não obtinham ganhos econômicos. (p.67).

Para Nilo Ferreira Romero, é preciso abandonar a ideia de um estado natural de equilíbrio da flora das pastagens, pois se trata de uma concepção teórica que supõe acharem-se as forças naturais em um estado de equilíbrio que não venha perturbar nem o homem e nem o animal.

Todavia, o desenvolvimento de projetos modernizantes para a pecuária nos campos do Planalto Serrano Catarinense permitiu pesquisas relacionadas ao maior potencial produtivo regional. Este período coincide com o processo que Peluso Júnior chama de “evolução da paisagem cultural”, que decorre do aumento de terras ocupadas pela lavoura, por parte da população que não dispõe de campos para criação de gado (op.cit., p.153).

Esta coexistência de formas econômicas diversificadas evidencia a importância de um novo sujeito social, o arrendatário. De acordo com o mesmo autor:

Uma parte dos rendeiros são antigos agregados de fazendas que, devido à agricultura se foram afastando socialmente do grupo originário [...] Outra parte é de lavradores de origem italiana vindos das colônias do litoral catarinense. Uns e outros pagam ao fazendeiro as rendas do uso da terra, constituindo nisso suas relações com a fazenda. (p.111).

De acordo com José Maria de Arruda Filho a agricultura serrana é pobre em termos de produtividade; isto porque o modo mais rápido de se obter terras férteis seria com a utilização de adubo químico, só utilizado por quem possuía certos recursos financeiros, além de ser uma prática que exige, conjuntamente, a adubação orgânica para a mesma finalidade. Assim, o autor descreve como na propriedade de seu pai preparava-se a terra para plantação de alfafa, destinada ao gado bovino e aos porcos:

Enquanto dois lenhadores iam derrubando árvores para lenha, o autor destas linhas ia puxando em uma carreta as galhadas verdes para o terreno onde iria ser plantada a alfafa. Quando a galhada secou e a folhagem caiu, aquela foi retirada para um lado, misturado osso cozido de autoclave de charqueada e virada a terra com arado. Próximo havia um samambaiá alto, que roçamos e puxamos para cima da terra lavrada, pondo em seguida toda a galhada que havíamos retirado, por cima. Puzemos-lhe fogo e após gradeamos. Fizemos valetas, que as enchemos de estrume, cobrindo-as com um pouco de terra. Por cima da terra da valeta estendemos um varão de pinheiro nele batendo com um macete em todo o seu comprimento e na cama dele plantamos sementes de alfafa, cobrindo-as com um pouco de pó de estrume. Passados três anos, abrimos valetas ao lado das carreiras de alfafa e enchemos de estrume misturado com cal. Esse quartel era de 40 por 15 metros e deu muitos bons cortes durante seis anos. (ARRUDA, 1972, p.49).

Além da alfafa, o autor menciona a produção de milho, batata, trigo e aveia, em sistema intercalado de cultura ou rotacional, aproveitando a adubagem da terra. (op.cit., p.50). No entanto, estas eram lavouras destinadas ao abastecimento da população local, ou complementar à alimentação do gado. O comércio destas produções era limitado às necessidades locais.

Mas este processo de reorganização do espaço produtivo, ainda que em escalas diminutas, também foi responsável pela reconfiguração de uma nova classe produtora, com objetivo de adotar medidas convenientes para a economia local.

De acordo com Waldemar Raythe, engenheiro agrônomo da Confederação Paulista de Criadores de Bovinos na década de 1930, as associações de criadores deveriam ser criadas para intermediar os assuntos pertinentes regionalmente nos programas de ensino das escolas agrícolas e dos estabelecimentos oficiais (Fazendas Modelo, Postos Zootécnicos e Estações Experimentais); propondo medidas capazes de proporcionarem maior eficiência nos serviços. (p.22).

Para o autor, outros requisitos referentes à melhoria da produção regional podem ser preenchidos pelo trabalho das Associações de Criadores:

Contacto permanente e effectivo com autoridades federaes e estaduais, de maneira que possam ser colhidas todas as vantagens emanentes de sua acção;  
 Intermediar as relações entre os produtores e os indivíduos ou corporações, que com eles tiverem trasacções de qualquer natureza;  
 Presença de um profissional ou pessoa competente, encarregada da direcção technica;

Admissão de formas de premiar os rebanhos em exposição de produtos municipais;  
Aumentar e fixar o valor da produção, segundo plano previamente traçado, que satisfaça as condições dominantes no momento e que possa ser alcançado e etapas sucessivas. (p.22).

Por sua vez, Hilda Sabato (1989, p.167), ao caracterizar as estâncias argentinas no século XIX, traduz o processo de transformação da atividade pastoril como responsável pela transição de um processo de criação primitiva, para um processo organizado que pode ser analisado em quatro etapas: A primeira, caracterizada pelo cruzamento de exemplares europeus com vacas crioulas; a consequente melhoria das condições físicas das propriedades com objetivo de melhorar a qualidade da criação; a difusão da cerca de alambrado e a utilização de técnicas de manejo dos rebanhos; e a diversificação gradual da produção em resposta às novas demandas de lã, carne de ovelha e gado vacum.

Vale ressaltar que estas transformações, válidas também para o Planalto Serrano Catarinense, ocorreram gradualmente em algumas fazendas, de acordo com os recursos disponíveis nas propriedades, que permitiram a substituição de equipamentos e compra de insumos. De acordo com a referida autora, este processo pode identificar as direções seguidas pela acumulação de capital na empresa pastoril (op.cit., p.168).

Ao contrário da trajetória da criação de gado e da formação das primeiras fazendas de criação em Buenos Aires, que respondiam à demanda do mercado mundial de artigos que poderiam ser comercializados no Rio da Prata, expandindo o comércio direto da região, o planalto catarinense manteve sua produção voltada ao mercado nacional, ainda assim numa estrutura deficitária em termos de emprego de capitais e escoamento de produção.

O pioneirismo no cruzamento de raças europeias, bem como na utilização ou difusão de técnicas de criação e manejo, pode ser associado aos projetos de fomento na área da pecuária extensiva, levando-se em conta que a partir do século XIX a maior parte dos fazendeiros dos campos de Lages passou a converter suas propriedades em estabelecimentos de produção mista, investindo capital em outras atividades.

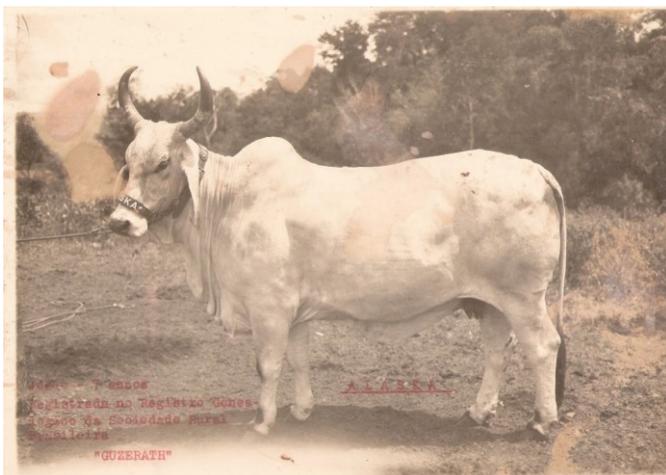
A partir do terceiro quartel do século XIX, mesmo com a decadência da mineração, o gado bovino e equino continuou sendo requisitado pelos mercados

paulistas e mineiros, atendendo as demandas das fazendas de café. Neste mesmo período, as fazendas dos campos de Lages, Campos Novos e Curitibaos proliferaram-se e adquiriram boa estrutura.

Peluso Junior (op.cit., p.112) analisa que estas diferentes formas econômicas não são contabilizadas nos lucros provenientes da terra, uma vez que o fazendeiro recebe seu pagamento em espécie, ao contrário das transações realizadas a partir da comercialização de gado. No entanto, a história da Estação Experimental incentivou o desenvolvimento de projetos que modernizassem o campo como área de produção. Entre eles, no setor agrícola da serra catarinense, foi a introdução, no município de Lages, de árvores frutíferas, através da distribuição de mudas enraizadas, de várias espécies européias, procedentes da França, Alemanha e alguma coisa da Argentina e Uruguai (EPAGRI, 1980).

O incentivo à introdução de novas raças ganhou força após a avaliação dos primeiros cruzamentos. Segundo Costa (1980, p.102), o produto meio-sangue do cruzamento de zebu com o caracu ou com o franqueiro chegava, em média, a 500 quilos aos cinco anos, enquanto o crioulo da mesma idade atingia apenas 350 quilos. Ainda segundo o mesmo autor, a primeira contribuição para o cruzamento do “gado crioulo” data de 1895, quando o Sr. João Quintino Teixeira vendeu aos fazendeiros lageanos uma tropa de zebus (Figura 14).

Figura 14 – Exemplar da raça Guzerá.



Fonte: Arquivo Documental Epagri-Lages.

Cita o criador José Maria de Arruda filho (1972, p. 18) que o aparecimento do gado Zebu na região serrana catarinense antecedeu a criação do Posto Zootécnico, sendo a tábua de salvação dos que “embarcaram na canoa furada das raças finas” sem o devido melhoramento dos campos.

No entanto, muitas foram as discussões referentes à importação de diferentes raças do Gado Zebu para o Planalto. Cita Licurgo Costa (1980, p. 1489) que na exposição de Gado realizada em Florianópolis em 1905, alguns fazendeiros lageanos foram bem classificados com o cruzamento das raças, aumentando o lote de gado comprado do triângulo mineiro para esta finalidade. (p.1489).

Neste mesmo sentido, o autor, ao analisar as formas de desenvolvimento regional ligadas à pecuária no Planalto, afirma que o cruzamento de raças crioulas com animais importados não significou, em curto prazo, a solução para os problemas referentes à expansão da atividade:

Apesar do avanço extraordinário do sistema de comunicações e transportes, a vinda de reprodutores tem sido muito lenta e, ainda hoje, quem vive de pecuária em Lages, como no resto do Brasil, pode ver a todo o momento, no boi que compra para invernar ou gado que cria, a força residual daquela consanguinidade que marcou a degeneração das raças americanas, oriundas de um gado ibérico já de si impuro, abastardado. (1980, p.1455).

Entre 1900 e 1910 chegaram os primeiros touros e vacas de raça “Holandesa” e “Simenthal”, importados pelo Sr. José Maria Antunes Ramos. Vale ressaltar que em 1907, pelo decreto nº 309 de 02 de janeiro, o campo de Demonstração de Lages foi transferido para a administração do município. Nesta fase, além da introdução de lotes de touros holandeses procedentes de São Paulo e do Uruguai, o campo recebeu carneiros da raça “Lincoln” para reprodutores (...). Também dispôs o estabelecimento de um reprodutor eqüino de raça “Árabe”, que deixou grande produção no município (figura nº 15) (COSTA 1980, p.111).

Figura 15 – Exemplar da raça Árabe.



Fonte: Arquivo Documental Epagri-Lages.

Porém este período é fortemente marcado pela proliferação dos cruzamentos com touros zebus. Entre os diversos criadores da região destacou-se neste processo o Sr. José Atanásio Lemos, que trouxe raças como “Nelore”, “Gyr” e, uma raça formada em Minas Gerais – “Indubrasil” (EPAGRI, p.04).

Na seção zootécnica havia inicialmente apenas um reprodutor “Hereford” puro, e um pouco mais tarde, um touro “Holstein” e uma novilha “Hereford”, comprados na Argentina e chegados a Lages em junho de 1905, mesmo ano em que o Governo adquiriu para a unidade um touro Zebu, da raça “Guzerá” (COSTA 1980, p.99).

Além destas raças, a raça “Hereford” (figura nº 16), procedente da Inglaterra e introduzida inicialmente nas fazendas dos coronéis Belisário e Vidal Ramos, respectivamente, Morrinhos e Paiquerê, de onde se espalharam pelos Campos da

Coxilha Rica, antes de abranger toda a região. Os primeiros exemplares eram originários de São Paulo, Argentina e Uruguai. (EPAGRI, 1980, p.04.).

Figura 16 – Exemplar de touro da raça Hereford.



Fonte: Arquivo Documental Epagri-Lages.

Estes dados evidenciam que havia uma pré-disponibilidade de alguns criadores da região de Lages em introduzir diferentes raças de bovinos, ovinos e eqüinos, tomando, por exemplo, outras regiões do país que, já neste período expandiam seus rebanhos para atender as necessidades do mercado. Desta forma, a segunda década do século XX evidencia profundas mudanças e preocupações, tanto do Governo do estado quanto das políticas públicas federais em relação à atuação das Estações Agronômicas.

No entanto, registros como o de José Maria de Arruda Filho, fazendeiro dos campos de Lages e autor do livro “Coisas do Passado”, analisa este período sob a perspectiva da capacidade de suporte do gado nos campos nativos do Planalto Serrano Catarinense. De acordo com o fazendeiro, a preocupação com a qualidade do gado resultou na diminuição da carne e o respectivo aumento do preço, exaltando as qualidades de animais bovinos e cavalares da região:

Bichos deste tipo e desta saúde estão se acabando! Hoje por aqui cuida-se muito em qualidade. Mas...e a quantidade? Este é o grande problema que não estamos prevenindo. As grandes fazendas dividiram-se e subdividiram-se. O consumo de carne multiplica-se pelo crescimento populacional. Multiplicam-se os mercados. E a nossa fonte produtora, ao invés de aumentar, diminui (p.01).

De acordo com José Sidnei Gonçalves, a preocupação com os mecanismos de apropriação de riqueza e utilização dos recursos ambientais disponíveis, possui sentido político e econômico do capitalismo, estabelecendo que a condição do proprietário é próprio de quem acumula, argumentando assim que:

A pecuária produziu um processo de valorização da terra similar ao das lavouras nas principais regiões brasileiras [...] o fato de a terra ter se caracterizado como uma “mercadoria”, cuja valorização garante ganhos ao detentor da propriedade nos médio e longo prazos, traz duas consequências que devem ser exploradas. A primeira é que a concentração da propriedade da terra corresponde à concentração da riqueza em geral. No entanto, o processo de divisão dos latifúndios resultou em novas formas de espacialização dos modos de produção, através da implementação de técnicas e tecnologias responsáveis pela formação de um novo mercado comercial, com vistas à expansão da atividade, ou manutenção do seu pioneirismo econômico regional (GONÇALVES. p.27).

Com a criação do Ministério da Agricultura em 1908 foram selecionadas áreas prioritárias para a implantação de estabelecimentos pioneiros, visando o melhoramento pastoril nas áreas onde eram criados animais comuns, considerados de “baixo valor zootécnico”. (EPAGRI, 1980). Através deste projeto foram criados no sul do país três estabelecimentos deste gênero, sendo um em Bagé/RS, um em Ponta Grossa/PR e um nos campos de Lages/SC.

Em documento entregue ao Congresso Representativo em 1911, o Governador Vidal Ramos relata a instalação do Campo de Demonstração e do Posto Zootécnico de Lages:

[...] Foram providos aquelle de grande quantidade de mudas e sementes de hortaliças, cereaes gramíneas nacionais e exóticas que tiveram larga e fecunda experimentação e divulgação, sobretudo uma rica colecção de árvores fructíferas e de ornamentação adquiridas em Buenos Ayres, em Montevideo e posteriormente em Orleans, na França, que se adaptaram de modo admirável, principalmente as européias e japonesas: uvas, maçãs, kakis, peras, pecegos, ameixas, cerejas, figos, nozes, abricots e outras, constituindo hoje o mais rico e variado pomar do Estado em plena e abundante fructificação, sendo alli rarissimas as pragas que atacam as searas e vinhedos. E o Posto Zootécnico, de alguns reprodutores bovinos das raças Hereford e Holstein, de varões da raça Berkshire e de um começo de rebanho de ovino de raça Lincoln. O estabelecimento tem boa casa, estrebarias, galpões, celeiros, estrumeiras e alguns aparelhos agrários [...]. Este estabelecimento situado a dois quilômetros da cidade de

Lages, que é servida por estrada de rodagem, embora sem o desenvolvimento que lhe não pode dar o Governo do Estado e agora o município a cujo cargo está, tem prestado, nos seus dous ramos, importantes serviços à agricultura e a indústria pastoril da zona serrana, sendo notório o gosto e inteligência que revela parte de nossa população pelos assumptos agropecuários (SANTA CATHARINA, 1991.p.50-51).

Relatadas as condições de seus estabelecimentos e as realizações do governo do estado, e argumentando com as dificuldades “quer em numerário, quer em pessoal apto” para ampliar suas funções, o Governador finaliza sua carta oferecendo ao Ministério toda a sua estrutura e solicitando os benefícios concedidos a outros estados, instituindo, na Estação Agronômica de Florianópolis, uma Escola Prática de Agricultura e a transferência, para o Governo Federal, do Campo de Demonstração e do Posto Zootécnico de Lages. (op.cit., p.52).

Estas fontes levam a pressupor que a introdução de diferentes raças era um fato já conhecido e praticado por fazendeiros mais abastados da região. No entanto, sua disseminação se dá a partir da atuação do Posto Zootécnico, através de políticas públicas que transferiam a responsabilidade de administração entre as esferas municipal, estadual e federal.

De acordo com Gastal, os esforços pioneiros durante os primórdios da República não proporcionaram uma evolução contínua da pesquisa, em nível Federal, uma vez que a modernização da agricultura não constituía um objeto relevante das políticas governamentais naquela época. (GASTAL, apud SANTOS, 1998.p. 77).

Em relatório apresentado ao Ministro da Agricultura, Indústria e Comercio em 1912, o Diretor da Estação Experimental de Ponta Grossa, José Soares Pereira Júnior, justifica a necessidade de ampliar as experiências relativas à introdução de novas raças de bovinos, sem, contudo investir em muitas variações e sim, aprofundar o estudo de suas qualidades, e principalmente seus pontos frágeis:

[...] Se tal commettimento torna-se difficil, quando trabalhamos com uma raça só, como pretender fazê-lo sobre sólidas bases, em se tratando de várias raças, quando ellas divergem tanto entre si? Será, pois, sempre mais acertado e judicioso tomar aquella que nos parecer mais adequada aos nossos meios e fins e concentrar na mesma todo nosso esforço. Justamente foi a falta de critério observado na escolha das raças que deveriam contribuir para o nosso progresso pastoril, que determinou o verdadeiro cahos em que está vivendo a maioria dos creadores brasileiros. Certo não se poderá exigir delles experiências prolongadas e custosas, porque isto ser-lhes-ia penoso e muitas vezes trar- lhes-ia o insucesso financeiro,

barreira esta que poucos, muito poucos, podem resistir, mas ao menos que presida a escolha um certo bom censo, sem nunca deixarem-se levar pela simples aparência ao reproductor, desdenhando por completo, de investigar se o seu meio e os seus recursos forrageiros permitem obter um produto semelhante, e muito principalmente as vantagens que se desejam explorar. Sem estes requisitos, será muitas vezes mais prudente estacionar, do que correr uma aventura [...] (EPAGRI, 1964, p.03).

Para esta finalidade foi criado o Posto Zootécnico Federal de Lages pelo Decreto Lei n.9.513 de 03/04/1912, sendo nomeado seu primeiro Diretor o Dr. Charles Vincent, zootecnista de nacionalidade Belga, ex-professor na Escola Agrícola de Piracicaba/SP e ex-diretor de uma fazenda federal no Mato Grosso. (op.cit., p.02).

Segundo Licurgo Costa (1980, p.09), a finalidade básica do estabelecimento, único no estado, era realizar pesquisas sobre a aclimação de diversas raças de bovinos, equinos, ovinos e porcinos, que deveriam ser cruzadas com o produto crioulo.

Para tanto, foram cedidos, por prazos determinados aos criadores, alguns reprodutores de raças selecionadas, assim como máquinas agrícolas (Figura n. 17); ao mesmo tempo em que a instituição desenvolveu serviços de orientação em relação à formação de pastagens, combate às moléstias que afetavam o gado e pragas do campo.

Assim, além do incentivo à introdução de novas raças e novas espécies de plantas forrageiras, o Posto Zootécnico também passou a ser responsável pela distribuição de insumos agrícolas e empréstimos de maquinários para melhoramento das áreas de criação das fazendas do Planalto Catarinense.

Figura 17 – Maquinário agrícola de propriedade do Posto Zootécnico de Lages.



Fonte: Arquivo Documental Epagri-Lages.

Neste sentido, a paisagem manifesta a historicidade do desenvolvimento humano, associando objetos fixados ao solo e geneticamente datados. (MORAES, 1996. p.15). Há uma maior agregação do valor do trabalho ao solo, de forma que as intervenções técnicas são produtos de projetos elaborados com base no incentivo à introdução de outras espécies forrageiras, por razão econômica, em prol de um modelo econômico que transformasse o latifúndio pastoril do Planalto Catarinense conforme o padrão das estruturas capitalistas da época.

No entanto, há de se refletir sobre os fatores adversos a este processo, uma vez que a modernização da pecuária e de suas estruturas produtivas não foi percebida da mesma forma por todos os proprietários rurais, desenvolvendo-se duas formas de criação num mesmo espaço. Aquelas que permaneceram extensivamente em campos nativos, e aquelas que substituíram os campos nativos pelas pastagens plantadas e o gado comum pelos cruzamentos com raças europeias

Segundo relatórios, o ano de 1913 ocorreu a construção de edifícios e alguns melhoramentos territoriais, como o estabelecimento de cercas, construção de currais, uma pocilga provisória, estrumeiras para adubação de lavouras, abertura de estradas, destoca , etc.

Já em 1914, foram construídos dois galpões provisórios, e foi o primeiro ano de vida efetiva do Posto. Além do patrimônio do Campo de Demonstração o Posto recebeu, por resolução de 19/06/1912, da Superintendência Municipal, uma área de terras devolutas de cerca de 1.200.000 m<sup>2</sup> e adquiriu outros terrenos no distrito de São José do Cerrito, junto ao Rio Amola-Faca. (EPAGRI, 1913, p.03).

De acordo com o relatório expedido neste período, a fase de expansão do Posto Zootécnico marca, por um lado, a necessidade de atender a satisfação dos rebanhos adquiridos, pois a sede não possuía abrigos e alimentação suficientes, sendo então necessário recorrer a abrigos naturais – capões, capoeiras e matas – onde o gado melhor suportaria o inverno. E por outro lado afirma-se a constatação de um problema de interesse geral, uma vez que a maioria das grandes fazendas da época não dispunha de recursos materiais para construção de abrigos ou aquisição de produtos já melhorados pelo Posto Zootécnico.

No entanto, José Maria de Arruda Filho relata com incredulidade as medidas inovadoras divulgadas pelo então Diretor do Posto Zootécnico, Charles Vincent, citando a “praga da forrageira” então disseminada na região:

Ele deixou uma planta que nem as saúvas acabam com ela: Um espinho verde que se multiplica pelas sementes e raízes. Está indo por toda parte, e onde vai não admite concorrência. É uma praga (...).  
Certa vez fomos com ele à sua fazenda no Cerrito. Lá estavam alguns homens de enxadas em punho, em pleno campo aberto, batendo a terra. Perguntamos-lhe para que era aquilo e respondeu-nos que era um campo artificial. Indagamos que espécie de capim iria plantar, ao que respondeu-nos: Urka. Falamos-lhe da cerca e ele explicou que não era necessário. Rimos. E rimos muito porque tínhamos bastante experiência e sabíamos que sem cerca nada se conseguiria. Nada lhe dissemos, todavia. Afinal, o professor era ele! Passado mais ou menos um ano, fomos ao Posto e lhe perguntamos: Como vai o seu campo artificial? Ele desconversou, dizendo que em virtude de morar muito longe, não pôde atendê-lo e por isso não deu resultado. (ARRUDA, 2008, p.15).

Assim, os discursos empreendidos neste período evidenciam que a produção do espaço econômico sugere, além das transformações técnicas, uma transformação, ainda que simbólica, das relações de poder, que comportam as condições pelas quais o território passa a ser repensado (SOUZA, 2013, p.42).

Ainda segundo o relatório do Posto Zootécnico, a chamada “Invernada do Amola-Faca” (figura nº 18) sempre serviu de suporte para as atividades do Posto, sendo utilizada como recurso de inverno para a manutenção dos rebanhos, e também como área de produção de grão e forragens para alimentação dos animais como o milho e a aveia, além de possuir reserva florestal de onde se extraía o material necessário à manutenção, custeio e reconstrução de benfeitorias da Fazenda, inclusive cercas, pontes e pontilhões. (p.06).

Figura 18 – Campo Amola-Faca, pertencente à Estação Experimental.



Fonte: Arquivo Documental Epagri-Lages.

O relatório do Diretor do Posto enviado ao Ministério da Agricultura considera que o melhoramento das condições zootécnicas preconizava o gado flamengo lhe parecia mais indicado para cumprir o papel de “raça melhoradora e substituidora” do gado de Lages. (op.cit., p.04). Com relação aos eqüinos, considerava os animais crioulos uma excelente base para a produção de cavalo militar. Neste mesmo ano cita e entrada no estabelecimento, para cruzamento, de 251 éguas, 94 vacas e oito cabras. (op.cit., p.04).

Ainda no mesmo relatório são descritos os ensaios de aclimatação e seleção de várias espécies forrageiras nacionais e exóticas, tendo para este fim estabelecido um “campo de experiências” para o estudo do valor agrônômico e bromatológico, além da seleção de capins nativos resistentes às geadas.<sup>10</sup>

Este processo de investimentos em melhoramento animal e na qualidade das pastagens parece ser descontínuo quando confrontado com outras fontes de pesquisa. Em 1914, O Ministério da agricultura elaborou uma sinopse do censo pecuário da república brasileira, com resultados provisórios dos anos de 1912 e 1913, do número de cabeças de gado por espécie. A carta preliminar anexada ao relatório afirmava que as circunstâncias que motivaram esta análise referem-se à acusação feita à Diretoria de Estatística do Ministério da Agricultura da falta de publicações oficiais dos diversos ramos da indústria nacional. No entanto, de acordo

---

<sup>10</sup> Segundo o Diretor do Posto Zootécnico, foram introduzidas espécies de gramíneas e leguminosas como o azevém, capim timóteo, capim lanudo, agrostis, datilis, bromus, festuca ovina, chlorisvirgata, festuca rubra, cynosurus, trevo doce, cornichão, nabos, favas e aveia (op.cit., p.04).

com o Diretor do então Serviço de Estatística, Doutor Francisco Bernardino Silva, a pesquisa não foi efetuada devido ao decreto 7.931 de 1910, que além do recenseamento geral da população projetada para 1911, estabeleceu que se procedesse a uma investigação dos elementos econômicos do país, de modo que se aplicaram os recursos de pessoal para esta finalidade (p.07).

No entanto, o decreto 8.720 de maio de 1911 suspendeu a investigação, de maneira que o então diretor afirmou buscar uma alternativa, sendo esta o recenseamento das indústrias sujeitas aos impostos de consumo.

Assim, de acordo com a Diretoria do Serviço de Estatística da República, na impossibilidade de proceder a um recenseamento direto, pela inquirição individual de cada lavrador ou criador, conforme o previsto em 1911, se recorreu a outro meio de investigação que pudesse aproximar-se ao máximo possível de determinados aspectos das explorações agropecuárias, decidindo-se então averiguar somente o número de animais existentes, segundo as diversas espécies por regiões e estados brasileiros. (p.09).

Este mesmo relatório menciona a dificuldade na sua conclusão, devido às dificuldades de comunicação entre as diretorias estaduais e os municípios, e também de pessoas capazes de prestar os serviços para esta finalidade. Acusa ainda muitos criadores de sonegação de informações, devido ao medo da criação de impostos:

[...] O que se tem em vista, com a realização desta importantíssima operação estatística, cujas vantagens não conhecerá o mais superficial espírito, é obter um poderoso elemento de propaganda do Brasil no estrangeiro, e também uma base sólida, pelo conhecimento exacto das zonas patoris, para medidas futuras de grande alcance, que irão favorecer enormemente a todos os cidadãos que se dedicam à indústria pecuária. Todavia, tão patriótica tentativa vae infelizmente sendo mal interpretada e tem sido um pouco desajudada por alguns governos municipaes para quem apellára, confiantemente, esta directoria. Assim é que a falta das informações solicitadas a todas as municipalidades da União, quando não é devida a extravio da correspondência pelo correio ou a uma desatenção lamentável por diversos textos legislativos (...) cujas disposições visam facultar a esta Directoria os meios de que carece para a realização do seu vasto programa de aparelho informador das condições, recursos e necessidades do organismo nacional, impondo a todas as autoridades, quaesquer que sejam, e mesmo a particulares, o nobre dever de, em solicitude, atenderem ás solicitações que por ella forem feitas (...). é devida a falta de informações, proveniente de uma má compreensão dos intuitos do

Governo Federal, fazendo ver erradamente, na presente tentativa, oculta intenção de sobrecarregar a indústria pecuária de novos impostos. (p.11).

De acordo com os dados apresentados, entre 1912 e 1913 foram expedidos 3921 boletins para que fossem preenchidos com os dados referentes à pecuária, e recebidos apenas 1750. (p.11). Estas dificuldades foram colocadas em relatório como resultado de um descrédito em relação à atuação do Ministério da Agricultura:

Ora, o vosso esclarecido espirito bem há de compreender o nenhum fundamento de taes desconfianças. Agora justamente que se creou um grande departamento na administração federal, o Ministério da Agricultura, com o fim exclusivo de amparar, proteger e facilitar o desenvolvimento das industrias agrícolas, não é que se haveria de instituir, absurda e illogicamente, um imposto qualquer, que viria piorar as condições, já de si tão precárias, das nossas cousas agrícolas, como perfeitamente o reconhecem os órgãos do Governo. Pois si o Ministério da agricultura oferece gratuitamente aos interessados os serviços de inspecção e defesa agrícolas, de veterinária, de ensino das profissões rurais; si gratuitamente distribue sementes e plantas , introduz reprodutores de raça; si estabelece subvenções de toda rodem, prêmios de animação a agricultores e criadores, funda campos de demonstração e fazendas modelos; si providencia sobre as pragas e epizootias, enviando vacinas, organizando commissões de erradicação – Si tudo isso faz este grande Departamento da administração Federal a bem do desenvolvimento agrícola e pastoril do paiz, iria agora despropositadamente crear um novo imposto, prejudicando e desfazendo assim o resultado de tão árduos esforços? (p.12).

Diante das dificuldades apresentadas, designaram-se, além da municipalidade, as Inspetorias Agrícolas para o trabalho de obtenção de dados sobre a pecuária regional. Os dados estatísticos foram apresentados em duas etapas. A primeira apresenta o total da população pecuária em confronto com a área e o número de habitantes de cada unidade da federação. E a segunda registra o resultado por município, quanto ao estado equivalente e por distritos, em relação ao Distrito Federal:

Figura 19 – Fotografia da Tabela “População pecuária em confronto com a área e o número de habitantes para as unidades da Federação em 1914”.

The table is a detailed statistical report from 1914, titled 'População pecuária em confronto com a área e o número de habitantes para as diversas Unidades da Federação em 1914'. It is divided into several main sections: 'ESTADOS E TERRITÓRIOS' (States and Territories), 'ÁREA' (Area), 'POPULAÇÃO' (Population), 'POPULAÇÃO PECUÁRIA' (Livestock Population), 'TOTAL DE HABITANTES' (Total Population), and 'DIFERENCIAIS POR BELA' (Differences by State). The table lists 27 Brazilian states and territories, including Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, and others. Each entry provides data on area (in km²), total population, and various types of livestock (cattle, horses, mules, etc.). The table is presented in a grid format with multiple columns for each category, and it includes a total row at the bottom.

Fonte: Ministério da Agricultura, Industria e Comercio, 1914.p.37.

Analisando a tabela número 1, pode-se perceber que o estado de Santa Catarina possui um percentual de criação por área e número de habitantes bastante reduzido, principalmente em comparação com os estados do rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo, além de outros estados que não configuravam nas relações econômicas regionais do Planalto Serrano Catarinense deste período.

De acordo com Caio Prado Júnior, o consumo avultado de carne desde o período colonial explica a propulsão da criação pecuária em diversas regiões brasileiras. (JUNIOR, 2008, p.185).

Analisando a trajetória da criação de gado no Brasil meridional, o autor afirma que a exportação de gado em pé no século XIX não se constituía na principal atividade regional, pois o número aproximado de 10 a 12.000 cabeças destinavam-se apenas às capitânicas de Santa Catarina e Curitiba; sendo o principal negócio ainda a produção de couros para exportação. (op.cit., p.203).

Neste sentido, Caio Prado Junior atribui maior organização do que veio a se chamar de indústria pecuária, no processamento do charque como produto de exportação. (op.cit., p.203). No entanto, no Planalto Catarinense, as charqueadas destinavam-se ao comercio nacional, ou atendendo as demandas regionais, não acompanhando, desde o século XIX, o modelo agroexportador empreendido pelo Rio Grande do Sul ou pelos países vizinhos do Rio da Prata, especialmente porque

as discussões referentes à organização produtiva da pecuária ainda mantinha-se nos padrões coloniais.

A tabela 2 apresenta dos dados estatísticos referentes à produção pecuária por municípios no estado de Santa Catarina. Sua análise permite constatar que, regionalmente, a pecuária dos municípios que integram o Planalto Serrano Catarinense possui importante percentual de produção para o estado. A quase totalidade do gado que povoava os campos gerais e os campos de Lages especificamente, até o fim do século XIX, era o gado Crioulo, que muitos chamavam de gado selvagem e consideravam um gado inferior, por resultarem de muitos cruzamentos com o mesmo gado primitivo, sendo degenerado pela consangüinidade.

Em todas as fontes oficiais da administração pública encontram-se projetos e definições sobre experimentos em campo nativo, com a coleta e catalogação das principais espécies regionais, para testes de lotação de campos. No entanto, são poucas ou quase nulas as fontes referentes aos estudos sobre a importância do cruzamento de raças com o gado crioulo de forma a intensificar as adaptações ao clima e à pastagem nativa.

Figura 20 – Fotografia da Tabela “População pecuária no Estado de Santa Catarina em 1914”.

CENSO PECUARIO							
População pecuária por circunscrições administrativas							
XIX — ESTADO DE SANTA CATHARINA							
Número da tabela	MUNICIPIOS	POPULAÇÃO PECUARIA (Número de cabeças)					
		Bovinos	Equinos	Adiutivos outras	Caprinos	Ovinos	Suínos
1	Araucária	4.200	4.000	230	200	2.000	20.000
2	Blumenau	5.000	4.000	450	500	2.000	10.000
3	Brussum	25.000	20.000	200	250	2.000	50.000
4	Brussum	4.000	3.000	150	100	450	8.700
5	Canoinha	1.400	1.500	100	100	500	6.000
6	Campos de Lages	5.000	4.000	200	200	2.000	20.000
7	Campos de Lages	40.000	3.200	4.000	400	1.000	80.000
8	Condellina	7.000	6.000	2.000	200	500	22.000
9	Curitibanos	14.000	8.200	3.000	300	8.200	22.000
10	Florianópolis	3.000	700	200	200	20	4.200
11	Geopelia	5.000	3.000	400	400	200	20.000
12	Imbuizinho	4.200	450	2.200	230	200	15.000
13	Itajaí	6.000	5.500	30	100	100	5.200
14	Jaguaripe	6.000	4.000	200	2.000	8.000	10.000
15	Joaquim	9.000	4.000	50	100	120	20.000
16	Lages	250.000	20.000	12.000	200	10.000	12.000
17	Lages	10.000	8.200	400	200	100	50
18	Nova Tejo	3.000	2.000	40	200	50	5.000
19	Pelotas	8.500	3.000	4.000	1.000	2.000	20.000
20	Pinheiro	2.200	1.500	50	450	200	4.200
21	Porto Belo	400	300	10	100	50	1.000
22	São João	5.000	5.000	200	400	200	10.000
23	São José	2.000	400	10	100	50	200
24	São José de Costa Rica	55.000	20.000	8.000	40	4.000	2.200
25	São José	6.000	4.200	800	400	100	4.000
26	Tubarão	7.000	1.200	300	250	20	2.000
27	Tubarão	40.000	2.000	4.000	1.000	1.000	20.000
28	Urussatuba	12.000	2.200	500	2.200	500	22.000
TOTAL		511.000	147.000	42.200	73.000	28.220	200.000

Fonte: Ministério da Agricultura, Industria e Comercio, 1914.p.47.

Segundo Mariante (apud Martins, p. 15), o Crioulo Lageano foi gradativamente sendo substituído por raças exóticas, selecionadas em países

desenvolvidos. No entanto, sua adaptação ao Planalto Catarinense, uma das regiões mais frias do Brasil, fez com que este animal apresentasse um desempenho insuperável nessa região. Ao que consta, este fato não foi levado em consideração pelas políticas de desenvolvimento regional. Todavia, pesquisas já anteriormente referidas da EMBRAPA/UFSC apontam que os bons resultados obtidos com os cruzamentos favoreceram as importações de reprodutores de outras raças, causando o desaparecimento quase que total dos bovinos crioulos. (MARTINS, entrevista concedida, 2010).

Para muitos criadores da região serrana catarinense, as raças consideradas crioulas são todas aquelas adaptadas ao ambiente natural, através de gradativa seleção. Assim, além dos exemplares crioulos bovinos, o planalto serrano catarinense também possuía exemplares eqüinos e suínos.

O cavalo crioulo era então considerado excelente animal para trabalho nas fazendas, e compreendido como uma raça primitiva da América do Sul. De acordo com a Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Crioulos, este animal descende dos cavalos Andaluzes e Rocines, ambos da Península Ibérica, que se espalharam pela América durante todo o século XVI, especialmente a partir de 1535, quando a expedição de Pedro Mendonza desembarcou no Rio da Prata para fundar Buenos Aires. (ABCCC - Associação Brasileira de Criadores de Cavalo Crioulo).<sup>11</sup>

No estado de Santa Catarina, registros apontam que o navegador Cabeza de Vaca aportou com 46 dos 50 cavalos que partiram da Espanha. Atravessando o território brasileiro até o Paraguai, e depois se disseminando na Argentina até o Rio da Prata, alguns destes animais foram perdidos ou abandonados, formando uma raça selvagem, originada por seleção natural. Então, a partir do século XIX os fazendeiros passaram a criá-los em suas fazendas (ABCCC, op.cit.). No século XX, assim como as demais raças, surgiram, as primeiras Associações para fomento comercial da raça.

Mesmo com a introdução de reprodutores de outras raças, especialmente animais de carreira como o cavalo árabe, e de tração como o percheron, o cavalo crioulo (figura nº 19) adquiriu tamanha importância para as fazendas de criação do

---

<sup>11</sup> Disponível em [www.abccc.com.br](http://www.abccc.com.br).

planalto que passou a ser exaltado como um dos símbolos da cultura regional, caracterizado por sua resistência e robustez, apesar de possuir estatura menor que seus antecedentes ibero-americanos.

Figura 21 – Cavalos Crioulos de propriedade da família Arruda.



Fonte: disponível em <http://arrudafamilias.blogspot.com.br>.

Quanto à criação de suínos, foram introduzidos no Brasil na época do descobrimento (CAVALCANTI, 2000). O ambiente e as formas de criação destes animais deram origem a raças locais ou naturalizadas com o passar dos séculos. A raça naturalizada mais comum nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina chama-se “Moura”, que nos municípios de Lages, São Joaquim e Curitibanos passou a ser popularmente chamada de “porco arsado” (SOLLERO, 2006.p.07). De acordo com pesquisas na área de conservação genética de raças naturalizadas, este animal é capaz de sobreviver às condições mais adversas, geralmente sendo criado à solta. (op.cit., p.08).

José Maria de Arruda Filho relata que os porcos eram criados em volta das casas durante o verão, grameando e recebendo soro de leite; e no inverno iam para as matas comer pinhões.<sup>12</sup> Em relação ao sistema empregado pelo Diretor do Posto Zootécnico de Lages, ao estabelecer técnicas de substituição do gado nativo, este autor elabora uma tensa crítica:

---

<sup>12</sup> “Esses porcos eram crioulos, pretos, meio pelados e de orelhas grandes. Era uma raça que temos há cerca de cinquenta anos. Quem quiser criar porcos, antes de tudo, deve cuidar de produzir alimentos para eles [...] Porcos grandes, próximos de casa, e sem ração farta se transformam em animais daninhos e até mesmo perigosos. Dão em comer galinhas, patos, marrecos, cordeiros [...] Investem inclusive contra crianças”. (Arruda F<sup>o</sup>, 1964,p.48).

A finalidade do Posto, diziam, era o melhoramento do gado nativo [...] Contudo não traçou o Sr. Charles Vincent um plano neste sentido. Rumou para a Argentina sem mesmo conhecer uma fazenda daqui – de onde trouxe um lote de reses flamengo-belgas, portanto gado de sua terra natal. Com esse gado ele iniciou a tarefa de transformar o gado crioulo em gado flamengo-belga, pelo processo de cruzamento contínuo. Entusiasmaram-se os criadores com os filhos destes touros com vacas crioulas [...] As reses mais pesadas que sabemos eram mestiças. Nos matadouros, os novilhos meio-sangue são mais pesados que os puros. Mas do ¾ em diante, o pelo foi se tornando comprido e os carrapatos e bernes surgiram em quantidades atterradoras. Vieram os banheiros que resolveram em parte o problema, matando os carrapatos no corpo da rês [...] mas ninguém agora, até que se saiba, conseguiu limpar os seus campos de carrapatos e bernes a custa de banhos. Ao passo que esses gados iam ganhando em sangue, iam perdendo em rusticidade, tamanho e peso. Como criadores que fomos [...] sabemos que só esses fatores acima eram motivos de sobra para que a direção do Posto tivesse retrocedido e cuidado do numeroso rebanho existente, com tantos méritos e pequenos defeitos, tão fáceis de corrigir com a colaboração de todos (ARRUDA, 1964, p.13).

No mesmo sentido, discute o desgaste provocado pela falta de adaptação ao meio, tanto em relação ao gado importado, quanto em relação aos campos nativos e às condições ambientais da região. Para ele, houve descuido quanto à análise da composição geográfica dos campos de Lages, como também dos pastos nativos, principalmente aqueles que sobreviviam e alimentavam o gado no inverno:

O homem do campo conhece por denominação popular: grama lageana, mimoso, roxinho, rabo de lobo, capim limão, grama de forquilha, etc., todos de verão. As variedades de inverno, que também não são poucas, são assim chamadas: capim de cobrir casa, flechilha, serenado, jôio, capim de cachorro, capim de cavalo, etc. [...] Desconhecemos, contudo, seu valor como alimento, mas sabemos que não morre com as geadas, e que é de grande rendimento, vicejando em terras pobres, fatos que, por si sós, tornam muito importante ( op.cit., p.07).

Vale ressaltar que a produção de forrageiras também é responsável pela transformação da economia, de um sistema natural ou “primitivo” para um modo de criação voltado ao mercado mais especializado. Até boa parte do século XIX o gado era criado de forma extensiva, sem estabulação, silagem ou melhoria dos pastos, ocorrendo apenas as queimadas periódicas. Com a introdução de novas raças de gado no Planalto Catarinense, foi também introduzido várias espécies de gramíneas da África (VALVERDE,1964.p.244).

Em relatório expedido em 1916, O diretor do Posto, Charles Vincent relata o sucesso com a obtenção de uma variedade de aveia mais precoce e resistente que a inicial. No entanto, enfatiza os trabalhos de seleção de variedades envolvendo a cultura do arroz, devido a importância deste na alimentação da população, a distância dos centros de produção e o alto preço no mercado, julgando ser uma cultura prioritária para a região, assim como também a produção de feijão. Segundo o relatório, a partir da utilização de variedades usadas no litoral, que não completavam o ciclo devido ao clima da região, foram selecionadas e multiplicadas plantas individuais que eram exceção no stand. (op.cit., 03).

Além destas, foram testadas cultivares de arroz (figura nº 20) do Rio Grande do Sul e algumas importadas da França, duas destas reconhecidas pela adaptação à altitude e baixa temperatura, sendo a espécie “Bertoni” a que apresentou melhores resultados. O Diretor então demonstrou grande expectativa quanto aos resultados deste ensaio, que julgava carecer ainda de alguns anos de trabalho para o alcance de uma conclusão definitiva (EPAGRI, 1916, p.03).

Figura 22 – Campo de Demonstração de Lages: Cultivares de espécies selecionadas de arroz.



Fonte: Arquivo Documental Epagri-Lages.

Naquele mesmo ano passaram a ser distribuídas sementes de forrageiras em pequenas quantidades, devido ao grande número de pedidos, sendo que os fazendeiros iniciavam o plantio de pastagens, especialmente o capim lanudo. (op.cit., p.04). O relatório aponta para a coleta de 1500 kg de sementes para autoconsumo e distribuição. Esta área, além de abastecer todo o gado de raça e de serviço, em forragem verde, proporcionava o preparo de 101.000 kg de feno diversos (EPAGRI, op.cit., p.05).

Ao se propor descrever a economia pastoril dos campos de Lages, ARRUDA (1964, p. 09) afirma a importância da implantação do capim *Bromus* através da experiência, e posterior distribuição de sementes:

[...] Havíamos notado que uma variedade crescia muito e era muito procurada pelos animais [...] Um capim muito alto parecido com o “*Bromuserectus*” que tínhamos visto em um livro. O resultado do exame veio, mas só com a designação do nome “*Bromusbrachyantera*”(o que achamos parecido) [...] Nesse tempo resolvemos deixar um pedaço de campo para usa-lo exclusivamente no inverno, ponde nele as rezes magras, ameaçadas de morrer [...] tudo o que sabíamos a respeito do *Bromus* era devido as nossas observações. Agora já não acontece o mesmo, pois que andou por aqui um cidadão Inglês muito entendido no assunto que deu a seguinte resposta ao sr. João Pedro Arruda quando lhe perguntou qual o capim aconselhado para o cultivo nesta zona durante o inverno: Nem sei o que lhe dizer, uma vez que já tem o *Bromus*, que é o melhor do mundo”.

Para o autor, o pasto então plantado permitia o funcionamento de um sistema de rotação do gado durante os meses de inverno, até meados do mês de setembro, quando a pastagem nativa voltava a crescer:

Reservamos então metade do potreiro da Fazenda, uns trezentos mil metros quadrados [...] abrigados do vento gélido dos Andes. Ao lado deste, na parte de cima, ficavam as lavouras abandonadas dos tempos dos escravos. Erguemos taipas e roçamos vassourais, plantamos milho, feijão, batatas e abóboras [...] Compramos dez sacos de sementes de “*Urka*”, capim russo que não morre no inverno e as semeamos em fins de fevereiro, em seguida a retirada do feijão, por baixo do milho. Por falta de sementes, no primeiro ano, plantamos tudo misturado: aveia, trigo, centeio, cevada e *urka*. De *bromus* plantamos somente um pequeno quartel para sementes. Passados dois anos já colhíamos alguns sacos desta variedade. (op.cit., p.09).

Além de inferir sobre o preparo dos piquetes para a manutenção e engorda do gado, a obra de Arruda Filho aponta um parâmetro de como algumas áreas de campo serviam à finalidades diversas, de acordo com as condições específicas da propriedade, sendo possível determinar questões de ordem natural e social responsáveis pela singularidade da produção regional, uma vez que outras variedades de pasto foram utilizadas pelos fazendeiros locais, exigindo variadas formas de preparo e uso do solo, de acordo com o número de rezes a serem distribuídas:

Também plantamos “*Bromus unioloides*” em terra mais adubada, pois este é mais exigente. O adubo era orgânico. Não se conhecia por aqui, ao tempo, o adubo químico. A parte plantada era de dez hectares mais ou menos, nem toda arável. Tinha trechos com pedras, árvores e com capim alto pelo meio. Aí, nesses lugares, era só lançada a semente de *Bromus brachyanthera* que nascia e prosperava. Essa plantação era repartida em quatro e usada pelo processo rotativo. Em princípios de junho catávamos o gado mais fraco e púnhamos ali até o fim do mês, época em que começávamos a usar o pasto plantado. Se era muito gado, como as vezes acontecia de quarenta rezes, e o pasto estava muito alto, o gado ficava nele por tempo determinado – uma hora- e em seguida retirado para o potreiro. Ao passo que o capim ia baixando, ia-se prolongando o tempo, até que passava para outra parte. Muita rês houve que foi parar ali de carreta e necessitou de auxílio para levantar-se, mas com seis ou sete dias de pastagens já se erguia por conta própria. (op.cit., p. 09).

Ainda segundo o fazendeiro, foi esta experiência, compartilhada entre os latifundiários locais, que permitiu transformar, sem uso de ferramenta, um campo de verão em pastagem de inverno, por até sete anos consecutivos, utilizando-o apenas nos meses de julho, agosto e setembro, respeitando os seis meses de descanso e rebrota. (op.cit., p.10).

De acordo com Ferreira Romero, o desconhecimento e a falta de pesquisas não permitiram o desenvolvimento de projetos de manutenção do pasto nativo, que por estar em seu meio, demonstra ser o melhor e mais econômico caminho quando bem manejado:

Pastos nativos são os que resistem e persistem, isto é, medram com intensidade por estarem em seu habitat. Os pastos nativos devem ser manejados de forma a produzirem bastante e com bom valor nutritivo. Isto é obtido através de descansos necessários, variáveis conforme o ano. (p.23).

A partir de 1917 são mais intensos os trabalhos relativos à prestação de serviços de reprodução animal. Foram instaladas quatro Estações de Monta no interior do município, localizados respectivamente na Coxilha Rica, Taquaras, Pelotinhas e Canoas. Estas estações foram criadas para que o maior número possível de interessados pudesse ser atendido com equidade, pois o Posto dispunha na época de poucos reprodutores. Ainda no mesmo relatório são citados diversos atendimentos a particulares, além da realização de 241 vacinas

demonstrativas em seis fazendas situadas em zonas diferentes e a distribuição de 3.360 doses de vacina anticarbúnculo.<sup>13</sup>

De 1912 a 1930 o Posto esteve sob a jurisdição federal. Pelo decreto nº 20.210, de 14 de abril de 1931 passou para a administração estadual, mas em 1934 voltou a depender do Governo Federal. Os motivos pelos quais houve essa mudança ainda não foram levantados, mas sabe-se que havia impossibilidade, por parte da estrutura administrativa estadual, de manter investimentos na área de pesquisa agrícola, especialmente no que tange à contratação de profissionais especializados.

A ideia de realizar uma Exposição da Indústria Pastoril no município de Lages ocorreu, segundo Licurgo Costa, em 1919, numa parceria entre o então Presidente do Posto Zootécnico, Charles Vincent, e alguns pecuaristas lageanos. No entanto, o regulamento da Exposição definia a classificação de categorias de mestiços, tal era a condição dos rebanhos dos criadores locais. (COSTA, 1982, p.1525).

Ocorrida em 13 de março de 1920, a Primeira Exposição feira da Indústria Pastoril de Lages aconteceu nos galpões e mangueiras do Posto Zootécnico Federal (figura nº 21), com a presença do Governador do estado, Hercílio Luz.<sup>14</sup> De acordo com Licurgo Costa, “com exceção de raríssimos animais da raça flamenga, hereford e holandesa, alguns de puro sangue (fora de competição) e mestiços de tais raças com os “pêlo-duros”, o restante era composto de “caracus” e “franqueiros” (op.cit., p.1526).

---

<sup>13</sup> No mesmo relatório é registrado o número de cabeças entre várias espécies, existentes nos municípios da região: Lages – 270.000, Campos Novos - 69.800, Curitibanos - 40.500, São Joaquim - 136.000, Vacaria – 514.700 (EPAGRI, op.cit., p.04).

<sup>14</sup> Neste evento foram expostos mais de 300 exemplares de bovinos e uma centena de equínos.

Figura 23 – Instalações do Posto Zootécnico Federal de Lages..



Fonte: Arquivo Documental Epagri-Lages.

Nesta década desencadearam-se algumas discussões de âmbito estadual sobre a importação de exemplares das raças zebuínas para o estado, através dos artigos de Otacílio Costa, que o considerava impróprio para “robustecer ou trazer qualquer predicação”. (COSTA, p.1488).

As discussões culminaram, em 1921, com a aprovação pelo Congresso Estadual do projeto apresentado pelos deputados Aristiliano Ramos e Victor Konder que proibia a importação de zebus. Mas em 1922 o projeto foi revogado por outro projeto, apresentado pelo deputado Caetano Costa, que apresentou dados de que o próprio Ministro da Agricultura, Simões Lopes, mandou importar um lote de zebus. (op.cit., p.1489).

Em 1920 o relatório do Diretor do Posto Zootécnico dizia existir 135 cabeças de bovinos, sendo 45 de raça Flamengo e os restantes Hereford. Afirmava também que o único fim econômico da exploração do Posto era a produção de reprodutores para serem vendidos aos criadores e, “por ser a zona de Lages consagrada quase exclusivamente à criação de gado de corte e misto”, é que o Posto escolheu a raça Flamengo e Hereford. (EPAGRI, Relatório Anual de Atividades, 1920, p.01).

A Segunda Exposição Feira de Lages realizou-se somente em 1928, já com a colaboração do Governo do Estado e da Superintendência Municipal. Naquela, competiram animais de puro-sangue de diversas raças, o que refletiu o avanço dos pecuaristas regionais em menos de uma década.

Em 1928, outro relatório do Posto Zootécnico indica serem atendidos com Estações de Monta provisórias, os municípios de Indaial, Tijucas, São Joaquim, além de Lages, que atendia na sede e em quase todos os distritos dedicados à criação. (EPAGRI, Relatórios Avulsos, 1928, p.01.).

Floriani destaca que, nesta década, houve uma redução das exportações de carnes brasileiras para a Inglaterra, por serem produzidas pelo cruzamento de gado Zebú, considerado impróprio ao paladar europeu. (2007, p.75). Este movimento causou grande preocupação aos fazendeiros regionais, promovendo a busca de alternativas para a melhoria da qualidade da carne. Ressalta ainda o autor que:

A crise de 1929 marcou a economia da pecuária lageana. Houve um processo de desvalorização do gado bovino por falta de compradores, ao contrário dos centros produtores do Rio Grande do Sul, que possuíam as charqueadas, que agregavam valor à carne ao invés de comercializar animais vivos. (p.74).

A tentativa de se adequar às leis de mercado tornou o sistema produtivo dependente do comportamento da classe pecuária, pois além da difusão de raças melhoradas, a questão da qualidade das pastagens passou a ser fundamental nas estratégias dos pecuaristas, para que fossem compatíveis com as necessidades fisiológicas das novas raças. (idem, p.76).

Em 1934, o Posto Zootécnico passou a denominar-se Fazenda Experimental de Criação (figura nº 22), subordinada à Inspeção Regional do Ministério da Agricultura, com sede em Ponta Grossa. Essa denominação, mais tarde foi alterada para Fazenda Experimental de Criação de Lages. Neste período a Fazenda manteve grande fluxo de animais vindos de diversas partes do país, assim como emprestou animais para outras Fazendas de Criação.

Figura 24 – Fazenda de Criação de Lages, 1940.



Fonte: Arquivo Documental Epagri-Lages.

Indalécio Arruda, em seu livro “Revivendo o Passado” relata suas experiências como Presidente da VI Exposição Agropecuária de Lages, realizada em 1939:

[...] Encargo temporário, mas deveras fatigante. Colocaram sobre meus ombros já alquebrados as principais responsabilidades deste cometimento, que não pôde ser melhor porque contra ele se levantaram duas barreiras de capital importância: A aftosa contagiante e terrível, as chuvas em excesso muito prejudicial.

Como decorrência deste fato, nasceu a Associação Rural de Lages, empenhada sempre em ajudar a erguer o nível econômico desta futura terra. Ela tem um vasto programa a desempenhar e do ativo de seus serviços prestados, entre outros, conta já com o prédio de sua sede social, graças ao dinamismo de seu presidente agora em exercício; com este Parque que aos poucos vai edificando e que será, quando concluído, um dos mais importantes do país e também com estas pugnas agropecuárias de indiscutível utilidade (...). O líder da pecuária rio-grandense, que é o Coronel Marcial Terra, pronunciou estas palavras que devem perdurar no espírito de todos os criadores, mesmo daqueles que ainda se agarram à rotina como erva daninha em terreno pisoteado. Diz ele: Ninguém poderá negar a influência das Exposições Rurais, como fator por excelência do progresso da indústria animal. Uma Exposição educa, desperta vocações, engrandece o trabalho, proporciona negócio e é sempre uma demonstração de progresso.

Diante do que ouvimos e do que apreciamos neste recinto, todos nós nos regozijamos com os criadores que abrilhantam esta festa, expondo animais das várias raças europeias, aptas a promover a prosperidade da criação catarinense. Apraz-nos contemplar os belos espécimes das raças indianas que produzem estes mestiços, causadores de geral admiração. (ARRUDA, 1972.p.58).

No mesmo relato, o autor revela a importância do esforço e dedicação das pessoas que trabalham na lavoura, bem como comerciantes e industriais que propiciaram a realização da exposição. No entanto, ressalta que não há, na região, homogeneidade quanto à utilização de novas tecnologias no campo, nem mesmo

nas políticas de assistência do poder público ao criador. Seu discurso é claramente incentivador da extensão rural e da inovação tecnológica, fomentando uma presença cada vez mais acentuada do poder público, mas nada comenta sobre os poderes oligárquicos e seu domínio sobre a terra.

Já no relatório do Chefe da Fazenda, de 1941, aparecem em funcionamento 20 Estações de Monta provisórias, nos municípios de Lages, São Joaquim, Curitibanos e Campos Novos, com reprodutores de diferentes raças: Flamengo, Normanda, Charolesa, Shorthorn, Limousin, além de reprodutores das raças leiteiras e de outras espécies. (EPAGRI, Relatórios Avulsos, 1941, p.01.).

O período de 1945 a 1964 foi o período de maior importação de animais, para ficarem à disposição dos pecuaristas lageanos, no sistema de empréstimo de reprodutores. Também a Fazenda de Criação de Lages foi desligada da Inspetoria Regional de Ponta Grossa e ficou subordinada à Comissão de Fomento da Produção Animal, resultante do convênio assinado entre o Ministério da Agricultura e o estado de Santa Catarina.

Neste período foi criado o Posto Agropecuário de Lages, inaugurado em 20 de outubro de 1949, sob a direção de Osmar Ribeiro do Valle, agrônomo, e que funcionou no local da Fazenda Experimental.<sup>15</sup> De acordo com dados oficiais, foram introduzidas nestas décadas as seguintes raças:

Quadro 1 – Espécie e raça.

ESPÉCIE	RAÇAS
BOVINOS	Flamengo, Normando, Hereford, Limousin, Caracu, Schwyz, Holandes, Devon, Jersey, Charoles, Red-Polled, Shorthorn, Polled-Angus e Nelore.
EQUINOS	Ardenês, Árabe, Anglo, Anglo-árabe, Percheron, Campolina e Crioula.
SUÍNOS	Berkshire, Yorshire, Duroc-jersey, Polland-China.

<sup>15</sup> Na mesma data, obedecendo a critérios adotados pelo Ministério da Agricultura, foram inaugurados postos semelhantes em Joaçaba, Porto União e Araranguá.

OVINOS	Rambouillet e South-Dawn.
ASININOS	Poitou, Catalão e Italiano.

Fonte: Com base em relatórios da Epagri.

O levantamento do número de registros de cruzamento por raça será realizado conforme a disponibilidade de material referente às décadas em questão, uma vez que parte do material perdeu-se nas estruturas inadequadas da Estação Experimental, faltando alguns registros de alguns anos ou de algumas décadas inteiras.

Ainda em 1949, o relatório nos revela a existência de um total de 93 reprodutores, distribuídos em Estações de Monta Provisória pelos municípios de São Joaquim, Joaçaba, Campos Novos, Concórdia, Itajaí e Lages, e em todos os seus distritos. (op.cit., p.03).

Através destes relatórios é possível delimitar as diversas categorias da administração pública que exerceram influencia e pressão sobre o sistema produtivo local, tomando por base que o desenvolvimento desta atividade não é linear e, sofre a interferência de estruturas externas, muitas vezes avessas ao sistema local. Deste modo tem-se uma ideia de como as especificidades contribuem na transição para diferentes sistemas produtivos. Isso significa a permanência de diferentes estruturas produtivas num mesmo espaço, oscilando entre os sistemas tradicionais e inovadores de produção e, conseqüentemente, caracterizando diferentes formas de apropriação do espaço, com diferentes formas de conceber a economia, agindo como duas forças propulsoras de mudanças no quadro econômico regional.

Na década de 1950, importantes transformações ocorreram no setor pecuário Lageano. Em fins da década, a VI Exposição Agropecuária teve a inauguração presidida pelo Ministro da Agricultura e pelo Governador Irineu Bornhausen, sendo realizada em uma área de cerca de dez hectares, localizada no Bairro Conta Dinheiro, de propriedade do Sindicato Rural<sup>16</sup> (COSTA, op.cit., p.1537). Representou a aclimação de inúmeras raças no Planalto Catarinense, o que chamou a atenção do então Governador do Estado:

---

<sup>16</sup> Além de comercialização de animais puro-sangue de criatórios da região serrana, passou também a comercializar máquinas, financiadas por bancos.

E mesmo que para os expositores a primeira impressão não seja de surpresa, admirar-se-ão, todavia, do progresso registrado neste certame sobre os anteriores, o que prova que os criadores souberam extrair notáveis proveitos das outras exposições. E este progresso não se traduz apenas na quantidade, o que de si nada significaria, mas também e principalmente na qualidade, fato que atesta a contínua e progressiva seleção por que vêm passando nossos rebanhos. A bela estampa destes animais e a homogeneidade alcançada dentro de cada raça testemunham a perfeita aclimação, nesta parte do planalto catarinense, das mais diferentes raças, desde o gado comum aos mais altos expoentes da nobreza do sangue bovino (BORNHAUSEN, 1951, apud COSTA, p.1535).

Em seu “Manual para Criadores de Bovinos”, de 1953, Nicolau Athanassof afirma que o sistema de criação extensiva tem como característica principal reduzir o capital e estabelecer o custo mínimo com mão de obra empregada, aproveitando, sobretudo, os fatores naturais, visto que os bovinos dependiam quase que exclusivamente do valor dos campos e pastos. (p.345).

Assim, o gado comum, que segundo o autor, se refere às raças Pantaneiro, Curraleiro, Crioulo, Junqueiro, Franqueiro, entre outros mestiços de gado Zebu, é analisado como extremamente rústico, alimentando-se com facilidade nos campos, cerrados, capoeirões, caatingas, etc.; mas não sendo indicado para as áreas de forragens ricas, pois não possui valor de mercado a não ser que se proceda a seleção de cruzamento, visando a produção de mestiços precoces (p.139).

Athanassof argumenta ainda que, ao empregar o sistema mais intensivo de criação, deve-se levar em consideração que o gado adquire valor de capital empregando-se recursos em força de trabalho, melhoramento de pastagens, além de estábulos, banheiros e investimento em alimentos concentrados. (p.346).

Deste modo, não eram todos os fazendeiros locais que possuíam recursos disponíveis para a constante aplicação de capital em técnicas de melhoramento animal, de forma que a produção de novilhos mestiços para corte tornou-se a alternativa viável para as propriedades onde o capital deficiente dificultava as outras formas de criação.

Uma década depois, segundo o relatório de serviços prestados, no período de 1960 a 1976, não houve entrada de animais na Estação Experimental de Lages. Também este foi o período em que os animais deixaram de ser emprestados a fazendeiros, devido ao alto índice de mortalidade apresentado nas décadas

anteriores. Em 1963 foram recolhidos 88 animais que serviam em estações de Monta Provisória em mais de 10 municípios do estado, e vendidos em leilão. A partir de então a Fazenda de Criação de Lages somente manteria um pequeno plantel da Raça Flamengo, vendendo anualmente um lote de garrotes puros de origem, também em leilão.

As Estações de Monta foram consideradas superadas em sua fase de desbravamento, pois os criadores interessados tiveram oportunidade nos primeiros 50 anos, através de fomento, de se valer de reprodutores das mais variadas raças de corte e mistas, para se certificarem do melhoramento de seus rebanhos, através de um animal selecionado, que pelo seu potencial genético seria capaz de influir beneficentemente nos seus descendentes (EPAGRI, Relatórios Anuais das décadas de 1960 e 1970).

Vale ressaltar que em 1963 foi criado, por lei federal, o Estatuto do Trabalhador Rural e, em 1964, outra lei instituiu o Estatuto da Terra, que permitia que as Associações Rurais se transformassem em sindicatos. O primeiro Sindicato Rural de Santa Catarina foi criado em 21 de março de 1966, em Lages, originando a classe de pecuaristas – grupo social influente nas decisões político-administrativas da região serrana.

Esta classe de pecuaristas tem sua origem no próprio sistema de evolução do sistema pastoril da região, uma vez que as primeiras estruturas fundiárias constituídas por sesmarias foram, ao longo do tempo, transformando-se em grandes propriedades rurais baseadas na criação extensiva, fato responsável também pelas características culturais regionais.

De 1965 a 1970, a Fazenda Experimental mudou novamente de subordinação, passando a depender do Departamento Nacional de Promoções Agropecuárias – DNPA, recebendo a denominação de Fazenda Regional de Criação de Lages.

Em plano de trabalho encaminhado ao Ministério da Agricultura em 1966, o Diretor da Fazenda de Criação afirmou continuar o trabalho de manutenção e desenvolvimento das atividades de fomento em produção animal e introdução de práticas racionais de criação, através de um melhor entrosamento de suas atividades com as demais entidades de produção agropecuária, como a Secretaria de Agricultura, Associações Rurais e Cooperativas.

Assim, dividida em vários setores administrativos, a Fazenda de Criação de Lages estabelece as necessidades para as atividades daquele ano. Em relatórios expedidos por Belisário Ramos Neto, o setor agrostológico prevê a aquisição de sementes e mudas de forrageiras e de pastos, e máquinas de limpeza e adubagem de terrenos para o fornecimento a criadores e agricultores, além de adubos e corretivos, produtos químicos, inseticidas e fungicidas. (EPAGRI, Relatórios Avulsos, 1962, p.05). Já no setor zootécnico, afirma-se a necessidade de aquisição de reprodutores da raça bovina Flamenga, para evitar a “degenerescência” por cruzamento consanguíneo, mantendo a qualidade do rebanho.

No entanto, o Diretor do Posto, Belisário Ramos Neto, menciona com entusiasmo o aumento de 500% na criação de ovinos das raças Ideal e Corriedale, julgados condizentes com as condições de época das pastagens nativas. No mesmo relatório (op. cit., p.06) justifica-se ainda a necessidade da aquisição de exemplares equinos da raça Percheron como animais de tração auxiliares do agricultor junto ao trator, uma vez que no estado de Santa Catarina, a configuração dos terrenos e a divisão das áreas rurais em pequenas e médias propriedades impedem a utilização de alguns maquinários. (op.cit. p.06).

O pedido referente ao fomento da raça bovina flamenga vai ao encontro da proposta efetuada dois anos antes, pelo engenheiro agrônomo Afonso Maximiliano Ribeiro, ao chefe da Fazenda de Criação de Lages em 1964, quando afirma:

Em acordo com os planos de trabalhos e relatórios dos últimos anos desta Fazenda de Criação e os criadores da raça Flamenga deste estado, encontram-se sérias dificuldades no melhoramento desta raça por falta de reprodutores de alta qualidade. A reprodução consanguínea e incestuosa tem impedido maior expressão aos rebanhos Flamengos, que há muito mais de 50 anos foram introduzidos nos campos de Lages. Apesar de ser esta a única raça bovina que conseguiu sobreviver às sérias crises por que tem passado esta repartição, em face de sua grande adaptação, e por isso ter grande número de apologistas – os trabalhos zootécnicos tem sido prejudicados pela falta de investimento em bons reprodutores, de sangue novo. Em virtude das últimas seleções que efetuamos, podemos contar na F.C. com um plantel bom, de 40 fêmeas, havendo na região mais de 10 fazendas particulares, com aproximadamente 1000 ventres registrados, todas porém sofrendo do mesmo mal. Os efeitos maléficos da consanguinidade são patentes. Frequentemente notam-se fatores genéticos, desfavoráveis que levarão a perda total desse imenso patrimônio zootécnico que possuímos, se não forem tomadas as providências imediatas. (RIBEIRO, 1964, ofício f4).

Entretanto, apesar do Diretor da Fazenda de Criação de Lages defender que os objetivos iniciais daquela foram alcançados, a raça Flamengo deixou gradativamente de ser criada nos campos do Planalto Serrano Catarinense, e não se sabe ao certo os motivos que levaram ao seu desaparecimento, ficando apenas alguns exemplares na Estação.

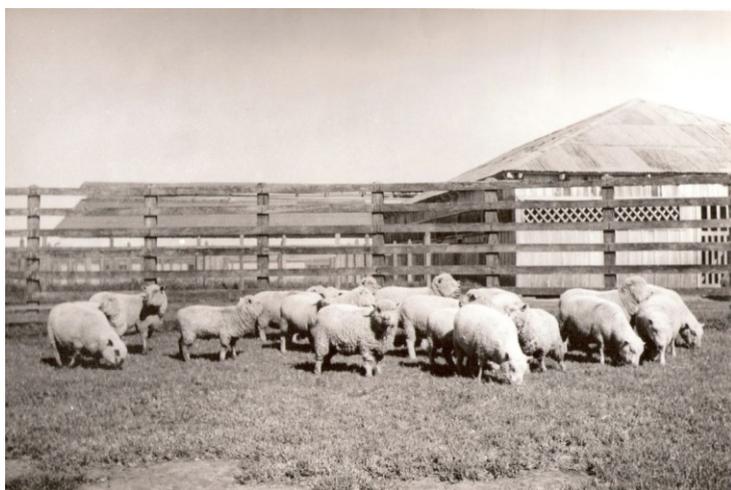
O Diretor propôs novos métodos de trabalho, que foram cumpridos pela Fazenda, em seus programas de ação, através de Fazendas Demonstrativas, visando um desenvolvimento integral e global de criação de gado de corte e misto, baseando, sobretudo, no melhor manejo de rebanhos e pastagens e seu melhoramento, através de práticas modernas e racionais e funcionamento adequado. (op. cit., p.03). Ele também argumentava que estas novas ações foram sufocadas pela incompreensão do Ministério da Agricultura, que lhes negou os recursos mínimos para sua implantação, num tom bastante apologético à economia pecuária serrana:

[...] Oxalá o Ministério consiga reconquistar a condição de pioneirismo na pecuária do nosso Estado, reassumindo a liderança, que por direito lhe cabe, procurando soluções convenientes, através da pesquisa e experimentação, para dar orientação segura ao Serviço de Extensão, que está levando ao campo um novo alento ao pecuarista de nossa terra, pois queiram ou não queiram, Santa Catarina precisa de assistência e precisa de substanciais recursos para ainda mais aprimorar seus rebanhos, porque eles ainda são o sustentáculo da economia e o equilíbrio social de nosso Estado (op.cit., p.04).

Em seus cinquenta anos, a Fazenda de Criação de Lages, como órgão de fomento, caracterizou-se pela introdução e aclimatação de cerca de doze raças bovinas, seis eqüinas, duas asininas, quatro ovinas e cinco suínas, e muitas foram as espécies e variedades de forrageiras introduzidas e difundidas na região.

A partir da década de 1970, a Fazenda de Criação de Lages (figura nº 23) passou por diversas transformações estruturais, de forma que seu objetivo principal tornou-se executar ações de geração, adaptação e difusão de tecnologia agropecuária e florestal, promovendo o desenvolvimento da agropecuária no Planalto Catarinense, sem, contudo, manter diretamente o serviço de extensão que era prioridade até a década de 1960.

Figura 25 – Fazenda de Criação de Lages – Projeto de ovinocultura.



S.A.-D.P.A.-S.P.F.A.-FAZENDA DE CRIAÇÃO DE LAGES: Plantão de ovinos da Fazenda de Criação de Lages, cujas instalações funcionam como base física do Projeto de Ovinocultura, integrada com a Secretaria de Agricultura de S.C.

Fonte: Arquivo Documental Epagri-Lages.

Entre 21 de abril de 1971 até 1974, a Fazenda passou a integrar a rede experimental do Instituto de Pesquisa agropecuária do Sul (IPEAS), com atual denominação de Estação Experimental de Lages, encarregada de dedicar-se basicamente as pesquisas zootécnicas e agrostológicas. Neste período, os projetos e experimentos desenvolvidos na Estação priorizaram o sistema de criação de terneiros após a desmama, a adubação e a correção de solos em pastagens, o estudo da capacidade de suporte e produção de campos nativos e pastagem melhorada na região dos campos de Lages, a introdução e avaliação de espécies forrageiras, e o estudo sobre parasitas em bovinos e ovinos no estado de Santa Catarina.

Em 29 de outubro de 1975, o então Governador Antônio Carlos Konder Reis criou a Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária – EMPASC, hoje EPAGRI, após a fusão em 1991, com a Associação Catarinense de Assistência Técnica e Extensão Rural (ACARESC). (Jornal Correio Lageano, 2005). Desde então a Empresa tem seus projetos voltados à melhoria dos índices de pecuária na região do Planalto Serrano Catarinense. Deixou, pois, suas atividades no campo de fomento animal, para ocupar-se de novas tarefas – a experimentação e a pesquisa.

Entretanto, segundo o Sr. Edu Reis, que trabalhou durante o período da Fazenda de Criação e mesmo após a criação da Embrapa, a nova entidade, apesar de seus objetivos, basicamente manteve as finalidades equivalentes às anteriores. Contudo, embora o padrão zootécnico dos rebanhos tenha sido satisfatório, os setores de forrageiras e pastagens não se desenvolveram da forma desejada, por falta de dados de pesquisa local. (Entrevista concedida em janeiro de 2012).

Partindo desta premissa, a Estação Experimental de Lages não teve dificuldade em identificar a fome, no inverno, como sendo a principal causa dos baixos índices de produtividade do rebanho, em vista do baixo nível nutricional dos campos. Para se ter uma ideia do que isto representa para a economia catarinense, o senhor Edu Reis lembra que o decréscimo de peso, no período mencionado, é equivalente ao peso vivo dos animais abatidos para consumo durante o ano (op.cit., p. 14).

A partir de então os trabalhos na estação experimental visaram especialmente as forrageiras, manejo e fertilização de pastagens, estudos sobre manejo de gado de corte, objetivando uma exploração técnica e economicamente viável.

Ferreira Romero, ao descrever as qualidades dos campos nativos, afirma que a preocupação de uma grande maioria de agrônomos e fazendeiros com a plantação de pastagens de inverno, principalmente “alienígenas”, criou gastos desnecessários e provocou a ausência do manejo dos campos nativos, deixando-se de considerar a qualidade biológica dos pastos, sendo esta a soma dos fatores individuais presentes na planta, que contribui para manter o metabolismo normal do organismo vivo (VOISIN, p.86).

Para o autor, o pastoreio racional de pastos nativos depende de projetos que vão desde a instalação até a execução, obedecendo ao princípio que chamou de “ecologia dinâmica”, que envolve a adubação orgânica e as roçadas para adubação pelas sobras de pastos, melhorando a qualidade do solo de maneira econômica. Segundo argumenta, a produtividade dos pastos, principalmente no inverno se relaciona:

Ao desconhecimento da prática do pastoreio racional, a agressão do solo com lavrações, gradeações e outras máquinas que prejudicam as raízes das plantas, ao uso indevido de adubos químicos, agrotóxicos e produtos semelhantes, ao desconhecimento da ecologia dinâmica das pastagens, ao

desconhecimento da preferencia dos pastos nativos pelos bovinos e ao desrespeito à carga efetiva e o que ela representa na produção dos pastos. (p.41).

Não obstante, a história da utilização dos campos naturais do Planalto Serrano Catarinense remonta a própria formação sócio-espacial da região, no momento em que as estruturas ambientais requerem estudos que viabilizem o manejo da atividade econômica em harmonia com as características naturais. Quase a totalidade do gado que povoava os campos gerais, e os campos de Lages especificamente, até o fim do século XIX, era o gado Crioulo, que muitos chamavam de gado selvagem e consideravam um gado inferior, por resultarem de muitos cruzamentos com o mesmo gado primitivo, sendo degenerado pela consanguinidade.

Em todas as fontes oficiais da administração pública encontram-se projetos e definições sobre experimentos em campo nativo, com a coleta e catalogação das principais espécies regionais, para testes de lotação de campos. Em 100 anos de atuação, a Estação Experimental de Lages modificou a estrutura produtiva regional, atuando como propulsora do melhoramento genético e aclimatação de raças que expandiram o setor pecuário.

O gado crioulo, que não configurou nas pesquisas sobre melhoramento animal até então, permaneceu nos campos de Lages através da persistência de alguns criadores tradicionais da região, desempenhando papel insuperável na adaptação ao clima frio.

Segundo Martins, as grandes variações fisionômicas encontrada nos campos do Planalto Sul Brasileiro, com sua conseqüente diversidade de espécies e seus inerentes valores nutricionais fornecem uma indicação da capacidade adaptativa à qual a raça Crioula Lageana foi submetida durante cinco séculos de seleção, neste ambiente de extrema variabilidade (MARTINS, 2008, p.37).

Roberto Lobato Correa, ao analisar os valores atribuídos a determinados lugares ao longo do tempo, e a influência da ordem econômica, política e cultural no processo de valorização produtiva do espaço, afirma que:

É necessário que se viabilize a reprodução das condições de produção. Isso implica em práticas espacialmente localizadas, via de regra efetivadas pelo Estado ou pelas grandes e complexas corporações. Tais práticas (...) constituem ingredientes da gestão do território (2007, p.42).

Assim, gradativamente as áreas de campo nativo constituem importante percentual de utilização do espaço, de maneira que sua preservação implica, de um lado, no desenvolvimento potencial de recursos forrageiros destinados à produção animal; e de outro, na manutenção de um ecossistema com interações que envolvem a relação solo, planta, animal e clima. (Ytamar Moraes, 1995, p.62); de modo que, parte das pesquisas regionais aponta para a importância da absorção do produto nativo e sua contribuição para a adequação de novas tecnologias para aumento dos rebanhos de bovinos no Planalto Serrano Catarinense.

Neste mesmo sentido, Ferreira Romero (1998, p.88) analisa a possibilidade da exploração racional de pastos nativos através da diferenciação dos sistemas de pastoreio, caracterizados como pastoreio contínuo, pastoreio rotativo simples e pastoreio rotativo racional, para a pecuária extensiva:

No pastoreio contínuo os animais ficam sempre no mesmo potreiro (...) conforme a lotação, os campos ficam com pouco pasto. A produção de quilos de carne é muito baixa, pois o gado perde o peso no inverno. O pastoreio rotativo simples relega a segundo plano a tecnologia científica. Desconsidera as reservas das plantas, bem como os hormônios necessários para a produção de pastos. O manejo fisiológico dos pastos, muito importante, é relegado pelo pastoreio rotativo simples, como coisa inútil. O pastoreio rotativo racional pode ser executado em grandes e mínimas áreas, seguindo as leis de André Voisin.

Ao estudar as trocas e os fluxos econômicos resultantes da pecuária no Planalto Serrano Catarinense, pode-se compreender que a Estação passou a atuar em projetos que buscam desenvolver um sistema de produtividade que valorize as peculiaridades regionais.

Pensando no espaço como decisivo na estruturação da lógica de um sistema (LE FÉBRVE, 1976, p.25), pode-se afirmar que os projetos de organização produtiva, nas primeiras décadas de funcionamento do Posto Zootécnico, privilegiavam os conhecimentos europeus trazidos por profissionais que tinham o objetivo de modificar a estrutura da agropecuária regional. Conseqüentemente, este processo de transformação socioeconômica dos espaços produtivos da região serrana a partir do incentivo à pesquisa e à introdução de novas tecnologias

adotadas pela Estação Experimental requer, também, a compreensão de quais mudanças e permanências do sistema foram responsáveis por diferentes modelos de desenvolvimento pastoril.

Aproveitando antigas estruturas, a Estação Experimental atua como um centro de pesquisa, contando com pesquisadores especializados em diversas áreas. Dentre os mais de 100 trabalhos experimentais desenvolvidos, relevantes resultados foram alcançados, referentes a diversos projetos tais como plantas forrageiras, microbiologia de solo, nutrição e sanidade animais, desenvolvimento de árvores frutíferas, todos voltados à expansão produtiva e econômico-social regional.

Retomando um pouco a discussão sobre o gado crioulo, ressaltamos aqui a argumentação de Martins (2008, p. 44-45) de que a supervalorização do produto importado levou ao aumento dos custos referentes à produtividade no Planalto Catarinense, de forma que se tornou inviável a substituição de vacas crioulas por vacas importadas. Além disso, observaram-se os bons resultados provenientes do cruzamento entre as diferentes raças com o produto crioulo. Porém, pesquisas recentes apontam para o fato de que os reprodutores importados se beneficiaram, recebendo todo o crédito da descendência, deixando-se de lado a importância da genética proporcionada por ambas as raças, sendo negado ao bovino Crioulo o mérito das qualidades de seus genes, ou seja, houve o cruzamento, mas, todo o crédito dado à nova raça dele surgido foi dado à matriz importada, invisibilizando a existência e importância para a região da raça crioula.

Segundo Ribeiro, a causa do quase desaparecimento da raça nos Campos de Lages deve-se ao desconhecimento por parte das instituições de pesquisa e fomento:

Outro importante fator que influenciou o quase desaparecimento da raça no Planalto Serrano catarinense foi a não valorização dos recursos naturais que aqui havia, por parte das instituições de pesquisa e fomento da região. Tentaram eles adaptarem o ambiente, aos recursos genéticos animais existentes fora daqui. Trazendo assim, o que de melhor existia na Europa em genética e tecnologias de produção, não se preocupando com que resultado essas importações apresentariam aqui. Persistindo no erro, os técnicos da época atribuíram o baixo desempenho dos animais importados à má qualidade do ambiente, culpando os solos “pobres” daqui, e o deficiente controle sanitário (RIBEIRO, 1993, p. 89).

Com isso concluímos que o processo de reorganização das práticas econômicas sugere que o valor atribuído a um dado lugar pode variar ao longo do tempo. Neste sentido, os primeiros apontamentos desta pesquisa demonstram que a valorização produtiva do espaço não viabilizou a reprodução das condições de produção, criando uma dicotomia entre ambiente e modo de produção, o que implica, diretamente, nas ações efetivadas pelas políticas públicas e, conseqüentemente, na definição de apropriação do espaço derivada da reprodução das atividades econômicas.

Corrêa (2007) conceitua estas práticas localizadas espacialmente como ações que contribuem para garantir diversos projetos, pelos quais objetiva-se a gestão do território, isto é, a administração e o controle da organização espacial e sua existência e reprodução. Segundo afirma, as práticas espaciais estabelecidas ao longo do tempo resultam da consciência humana, que está ancorada em padrões culturais próprios a cada tipo de sociedade e nas possibilidades técnicas disponíveis em cada momento, que fornecem significados distintos à natureza e à organização espacial, assim como de diversos projetos engendrados para viabilizar a existência e a reprodução de uma atividade, de uma cultura específica ou da própria sociedade como um todo (p.35).

Para compreender este processo o próprio modo de produção tornou-se uma categoria analítica, estabelecendo períodos de micro-transições na produção pecuária, através de dados estatísticos sobre as áreas de distribuição de espécies animais e vegetais, ou seja, dados referentes às áreas de plantas cultivadas e rebanhos de animais domésticos, e que inferem diretamente na ligação comercial entre o Planalto e o litoral catarinense. Mas o modo de produção definiu também a sociedade e cultura regionais, considerando as diferentes relações sociais e de produção, no tempo e espaço, e caracterizando os inúmeros interesses, políticos, econômicos, que foram os grandes responsáveis pelas transformações e mesmo pelo desaparecimento e invisibilização da importância do gado crioulo na economia regional.

## 4 O PROCESSO DE REVALORIZAÇÃO DOS CAMPOS DO PLANALTO CATARINENSE E A NATURALIZAÇÃO DA RAÇA CRIOLA LAGEANA

### 4.1 O VALOR DOS CAMPOS COMO PASTAGENS E O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DAS ATIVIDADES

Ao estudar as trocas e os fluxos econômicos resultantes da pecuária no Planalto Serrano Catarinense, pretende-se compreender o desenvolvimento de um sistema econômico, através de suas peculiaridades regionais. Neste sentido, sua formação socioeconômica permite definir historicidades nos modos de produção, com aspectos particulares, com evoluções diversas, mas que possuem em comum as características que dão unidade à organização espacial.

Não obstante, o Jornal Correio Lageano, de 1932, discute pesquisa realizada pela imprensa paulista, sobre a situação da exportação de carnes, e a crise da produção em relação à concorrência com o Uruguai e com a África do Sul.

Os factores que predominam contra nós são de ordem technica, isto é, não se baseiam na má qualidade do gado de corte, nem no preparo dos productos exportáveis, porque o gado abatido é bom e os processos industriaes são os melhores conhecidos (...) Algures houve a alegação de que o gado nacional não se prestava por ser, em grande maioria, da raça zebu e que o gado para corte precisava ser de raças outras seleccionadas. Com referencia a prestabilidade da raça zebu- já que sempre precisamos argumentar com o exemplo estrangeiro- ficou provado que ella é excellente e largamente utilizada nos Estados Unidos, principalmente no Estado do Texas (...) A seleção dos exemplares, essa sim é necessária, seja para que raça for – e isso é um principio tão corriqueiro, em quaesquer iniciativas que nos abstemos de recommmenda-lo com maiores detalhes. A conclusão que se tira da enquete feita pela Folha da Noite, de São Paulo, é de que a crise e quasiparalyção da nossa exportação provem de factores que encarecem em demasia os productos (...) Entre esses factores tem relevo a tarifa ferroviária nacional que tem, paulatinamente encarecido até chegar a cerca de 100% do que era no inicio desta indústria neste paiz. A desvalorização da nossa, em contraste com a excellencia da cotação do dinheiro urugayo é também outro grande motivo do naufrágio nosso e da victoria desse concorrente. Talvez tenhamos ainda de acrescentar a esses, factores outros, taes como facilidades abonadas a pecuária e industrias derivadas do Uruguay e Africa do Sul, enquanto aqui não se lhes dê todas as precisosas, e antes, se lhes ofereça algumas e serias dificuldades (p. 104).

No século XX, os desafios e perspectivas ligadas à dinâmica regional exigem a modernização dos métodos de produção. Neste sentido, busca-se compreender como a pecuária serrana catarinense incorporou o processo de modernização do modo de produção e, readaptou as estruturas econômicas. É fato marcando na história da pecuária do Planalto a preocupação com os diversos fatores que tornam a produção inviável devido aos custos de transporte e comercialização, bem como ao emprego de técnicas de modernização da atividade que requerem o investimento de capital.

Na história da utilização dos campos do Planalto Catarinense, a partir de meados do século XX também se desenvolveu uma preocupação, ainda que tardia, de quais estruturas ambientais requerem estudos que viabilizem o manejo da atividade econômica em harmonia com as características naturais da região.

No final do século XIX e início do século XX estão registradas diversas formas de utilização das propriedades do Planalto Serrano Catarinense, sendo que a maioria já destinava parte das terras para lavoura mista, seja para a produção de insumos necessários à pecuária, seja para abastecimento do mercado local.

Através da análise dos processos de legitimação e revalidação de terras entre 1890 e 1910 em Lages, Janaína Neves Maciel (2013) afirma que o Decreto Estadual

N. 29, de 29 de outubro de 1900 foi responsável pelas transformações na esfera produtiva das propriedades, uma vez que estabeleceu exigências legais como a concessão de posse mediante existência de cultura efetiva. De acordo com a autora foram obtidas as seguintes informações das propriedades analisadas em 1890 e 1900:

Na década de 1890, 100% delas cultivavam feijão e milho; 83,3% cultivavam fumo (além do milho e feijão), 16% plantavam trigo e centeio (além do milho e feijão) e outros 16% cultivavam cereais (além do milho e feijão).

Nos processos correspondentes à década de 1900, dois dos sete processos não informam de maneira clara as culturas existentes, sendo utilizados os dados de outras cinco propriedades: 100% delas cultivavam milho e feijão, 20% cultivavam trigo (além de milho e feijão), e outros 20% cultivavam fumo (além de milho e feijão). (p.02).

Assim, em todos os processos apresentados pela pesquisadora, as propriedades eram descritas como de economia mista. Inclusive não há precisão

quanto às espécies animais ou área de campos destinados à criação, mesmo que em 100% dos processos afirma-se a existência de “terras de criar”. (idem, p.03).

Quanto à extensão das propriedades, os dados apresentados por Janaína Neves Maciel permitem estabelecer uma média de extensão das fazendas na década de 1890 a uma área de 2.771,68 hectares. Já na década seguinte apresentam extensões bem menores, de aproximadamente 434,96 hectares, diferente das médias das propriedades do estado vizinho, Rio Grande do Sul, que no mesmo período correspondiam a 12.095,00 hectares. (p.05).

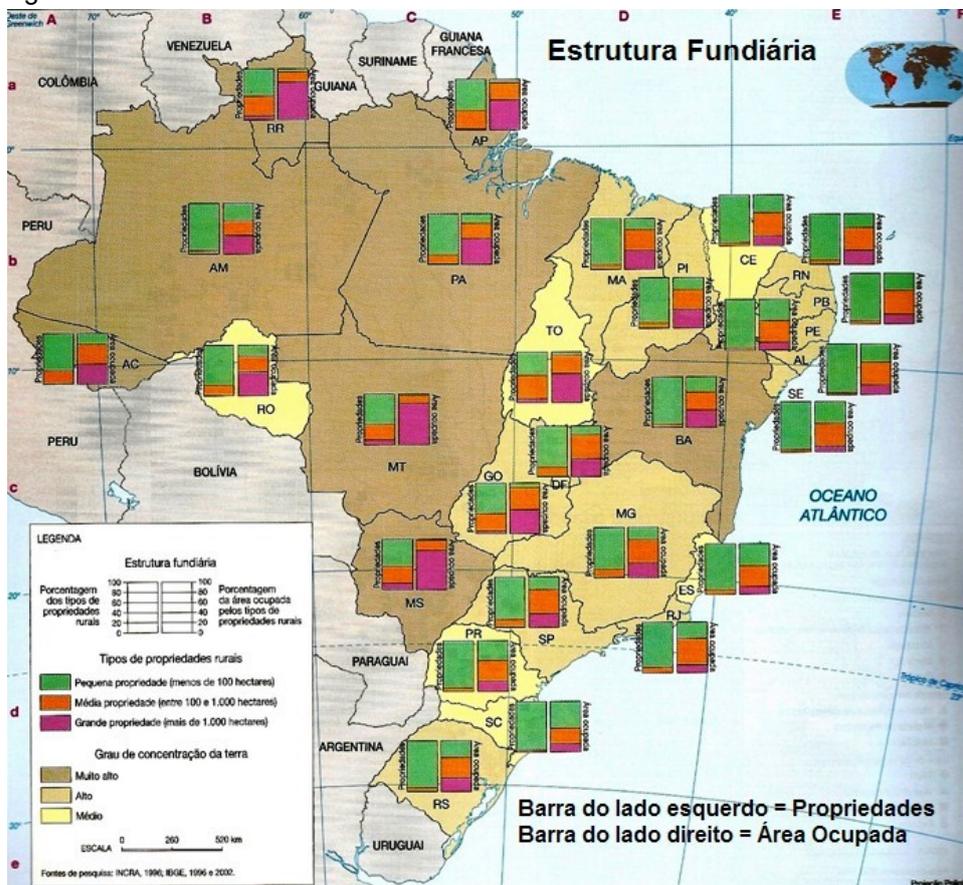
Duas questões importantes podem ser analisadas nos dados apresentados para análise da estrutura de terras e sua produtividade neste período. A primeira refere-se ao conceito de grande propriedade. De acordo com Juliana Fernandes Chacpe, da Procuradoria Federal do INCRA, com base no Estatuto da Terra e do Direito Agrário, a classificação de uma estrutura fundiária se dá, primeiramente, pelo seu caráter produtivo. (CHACPE, p.10).

Esta reflexão nos leva ao entendimento de que o estudo dos espaços agrários requer, obrigatoriamente, a compreensão de seus elementos históricos e da história de sua produção. (CLAVAL. p. 09). Neste sentido, não se pode negar a influência das condições geográficas na história do desenvolvimento regional, bem como suas peculiaridades em relação a outros processos produtivos em outras regiões do Brasil. (Corrêa, 1991. p. 11).

No entanto, existem combinações políticas e econômicas que são responsáveis pela atribuição que se dá ao valor produtivo de uma determinada região. Se comparadas a outras regiões do Brasil que também destinaram parte de seu espaço produtivo para a pecuária extensiva, são poucas as propriedades do planalto catarinense que podem ser consideradas grandes propriedades rurais. Mas o modelo de desenvolvimento adotado desde a colonização estabeleceu uma estrutura produtiva baseada no latifúndio, que, de certa forma, foi responsável pelas dificuldades encontradas na adoção de modelos inovadores de desenvolvimento.

O mapa abaixo, elaborado por Marcos Bau Brandão, proporciona um bom entendimento sobre a utilização do espaço agrário brasileiro, bem como da estrutura fundiária por estado:

Figura 26 – Estrutura fundiária brasileira.



Fonte: Marcos Bau. Disponível em: [marcosbau.com.br](http://marcosbau.com.br)

Assim, podemos analisar que a distribuição desigual das terras brasileiras gera diferentes sistemas de produção, de modo que as formas espaciais constituem a linguagem dos modos de produção estabelecidos. (SANTOS, 1977.p.05).

Milton Santos, ao descrever a relação entre espaço e sociedade, afirma que:

(...) O espaço organizado pelo homem é, como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada – subordinante. E como outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia (...). (SANTOS, 1978.p.28).

Esta relação pode ser percebida no Planalto Serrano Catarinense especialmente a partir do século XX, quando o processo de (re) valorização das atividades pecuárias implicou no estabelecimento de novas formas de utilização da terra e dos recursos naturais disponíveis, gerando inclusive a necessidade de adequar às propriedades a uma nova organização produtiva, o que resultou em

novos ciclos de investimentos, marcando as modificações e as permanências na economia e na pecuária regional.

A segunda questão a ser considerada refere-se ao processo de modernização do próprio sistema produtor, utilizando para isso novos sistemas de utilização do espaço. De acordo com Léo Waibel (1979), o sistema de rotação de cultura combinada com a criação de gado compreende um estágio de evolução importante para a produção vegetal e animal, pois resulta num processo de adubação que encontra-se num plano muito mais economicamente, pois diminui as despesas com trabalho e capital do que a lavra da terra, enriquecendo o solo através da alternância de culturas. (p.253).

Esta análise, realizada para as áreas de povoamento de imigrantes no Brasil meridional, deixa de delimitar as áreas de cultivo e colonização como as áreas florestais, e compreende as áreas de campo sob um novo ponto de vista, levando-se em consideração as condições geográficas como a ausência de estação seca, a boa distribuição das chuvas durante o ano. Assim, comparando-os com o processo de expansão das fronteiras agrícolas nos Estados Unidos nas décadas de 1830 e 1840, Waibel alerta para a importância da utilização destas áreas para evitar a diminuição das áreas florestais. Desta forma aponta o autor para a necessidade de um sistema de repovoamento dos campos:

(...) As condições de solo não são finais nem irrevogáveis, como são a topografia e o clima, mas são variáveis e podem ser melhoradas e deterioradas pela atividade humana (...) A aplicação deste sistema no Brasil representa a quebra de uma tradição secular, uma completa mudança nas técnicas agrícolas e o desenvolvimento de um novo espírito econômico (...) Não tratarei dos problemas políticos e financeiros que o povoamento, ou melhor, o repovoamento desses campos implicará. Os grandes fazendeiros de gado não gostarão da ideia ou, pelo menos, pedirão preços exagerados pelas suas terras (...). (p.272)

A questão de cultivo das áreas de campo coloca outra questão importante a ser analisada. Os limites e as demarcações de espaços nos campos do Planalto Serrano Catarinense seguiram projetos de resistência cultural, mais do que de viabilidade econômica. Até meados do século XIX percebe-se uma supervalorização

das determinações da natureza, colocando o campo nativo como pressuposto de capital.

No entanto, há uma posterior transformação desta categoria em consequência das modificações estruturais ocorridas com o processo de modernização das atividades agrícolas e o incentivo à utilização de novas tecnologias no campo, que se traduzem em novas formas de produção e a formação de um mercado produtor.

Assim, as interpretações tradicionais referentes à estrutura econômica do latifúndio no Planalto Serrano Catarinense, moldado pela pecuária extensiva, subsidiária das atividades exportadoras, produzindo para o mercado interno com baixos rendimentos, podem ser ampliadas partindo do pressuposto de que outras atividades econômicas foram responsáveis por atribuir valor econômico às áreas até então florestadas destas propriedades.

Segundo Maria Graciana E. D. Vieira (2009) , ainda nas primeiras décadas do século XX, a estrutura da formação sócio-espacial do Planalto Serrano Catarinense manteve-se latifundiária e marcada pela ocupação de territórios florestais (p.05). Neste mesmo sentido, Victor Peluso Junior avalia a influencia da ocupação das terras florestais pelos descendentes de núcleos alemães e italianos do estado do Rio Grande do Sul:

Na região do Planalto em que ocorrem campos e matas de araucárias, há também incipiente exploração florestal; porém, é a pecuária que continua a ser a maior força econômica (...) O desenvolvimento dos transportes no século XX, com a construção de estradas de ferro e rodovias ligou os portos às imensas reservas florestais da zona da araucária, favorecendo a indústria extrativa da madeira em todo Planalto. (PELUSO JR. 1991, p. 27).

Neste sentido, ao analisar as inter-relações entre a vegetação e o uso da terra, Léo Waibel questiona o estágio de desenvolvimento da agricultura brasileira a partir das condições naturais ou econômicas que influenciam no uso dos campos para terras de pastagens:

As terras mistas de mata e campo cobrem uma área enorme e gozam de excelente clima. Hoje em dia, são ocupados por fazendas de gado e possuem população extremamente escassa. Se fossem apropriados para agricultura, poderiam ser submetidos à colonização por pequenos lavradores, e isto mudaria inteiramente a situação econômica e social dos planaltos. (WAIBEL, p.260).

Assim, o autor afirma que a divisão econômica do trabalho entre mata e campo é também uma divisão natural do trabalho, possuindo outras variáveis importantes no campo de análise das estruturas agrárias, como o tipo de solo, vegetação, clima e o tipo de cultura que se pretende para o cultivo. (op. cit. p. 261).

Por outro lado, o mesmo autor afirma que o valor econômico dos campos naturais varia muito de acordo com as espécies forrageiras existentes, podendo transformar-se numa economia de produtos altamente valorizados. Esta análise leva-o a afirmar que o fator fundamental da evolução da economia agrária brasileira é a associação do sistema de lavoura-pecuária:

(...) Os dos principais ramos de agricultura estão separados, tanto econômica quanto espacialmente. Isto leva, por um lado, ao primitivo sistema de rotação de terras, e por outro, ao igualmente primitivo sistema de pastoreio em grandes fazendas. Desta maneira o Brasil tem desperdiçado e perdido o fertilizante mais valioso, o estrume, e os seus solos têm deteriorado a ponto de causar alarme aos agricultores assim como aos estadistas. (idem, p.270).

Assim, o uso do solo não se constitui apenas como um sistema agrícola a ser empregado, como também uma instituição econômica que pode ser pesquisada de acordo com o viés histórico. Neste sentido, o valor econômico dos campos naturais passou a definir e a dividir a classe pecuarista do Planalto Serrano Catarinense.

De acordo com Licurgo Costa (1982) data de 1903 a primeira agremiação agropecuária fundada em Lages, mas sua “vida efêmera” permite afirmar que a primeira organização de classe, com finalidade de orientar tecnicamente a criação de gado e sua viabilidade econômica, data de 1920. (p. 1519).

A então cooperativa chamada de “União dos Criadores do Município de Lages” tinha como objetivo explorar negócios derivados de carne, mas sua maior contribuição foi a intermediação do preço do sal para criadores regionais, que resultou na baixa do preço da saca de 60 quilos, de 32\$000 (contos de réis) para 13\$500. (op.cit., p.1519). Neste sentido, o contato com a vila de Laguna passou a ser essencial para a compra deste suprimento, mas também por esta receber o charque como produto, fabricado até então de forma artesanal.

A partir de então passou a ter fundamental importância nas decisões políticas do setor agropecuário do Planalto Serrano Catarinense a Associação Rural de Lages, criada oficialmente em 1939.

Figura 28 – Foto oficial de integrantes da Associação Rural de Lages em 1940.



Fonte: Arquivo Fotográfico da Associação Rural de Lages

Na propriedade do senhor Laélio Bianchini encontra-se o livro de registros da casa comercial de sua família, onde hoje se encontra a sede da Fazenda do Barreiro, especializada em pecuária de corte e turismo rural. A casa de comércio Costa D'Ávila passou a abastecer a região desde 1934. De acordo com as anotações, comercializava tecidos, banha, azeite, fósforo, queijo, café, couro, lã, madeira, farinha de milho, feijão, querosene, batata, graxa, papel, arroz, trigo, vinagre, peixe e álcool. (Livro Costa D'Ávila, 1934, p.02-78).

Mas a partir do ano de 1936 consta grande quantidade de registros de empréstimos de dinheiro a proprietários regionais, bem como a venda de bois, todos da raça Charolês. Neste mesmo período encontram-se nos livros de registros da casa comercial a compra de bois para engorda, pregos, cimentos, bem como rolos de arame. No ano de 1937, aparecem os registros de pagamento de frete com a utilização de arado, bem como gastos de transporte com caminhão.

Na década seguinte os registros de empréstimos de dinheiro foram bem maiores (p.103 do livro) e para fins diversos, entre eles, bois para engorda e ovelhas da raça “Ideal”.

A década de 1960 marca inúmeros registros de venda de touros da raça Charolês, vacinas contra a doença da aftosa e carbúnculo, compra de calcário e o pagamento da construção de um muro de taipa.

Analisando os registros da casa comercial, pode-se constatar que há uma dispersão do modo de produção da pecuária enquanto base da economia da propriedade, ao mesmo tempo em que toda a sistemática de produção é modificada de modo a garantir a viabilidade econômica dos campos. Este processo é assinalado por Florestan Fernandes como o início de uma transição que inaugurou uma recomposição das estruturas de poder, bem como uma visível mudança nas formas de ocupação.

Ainda de acordo com a entrevista concedida pelo pecuarista e hoteleiro Laélio Bianchini, seu avô Italiano, Tito Bianchini, chegou a Lages por volta de 1890, e com o tempo, se tornou o maior fazendeiro da região, através da comercialização de terras e gado em troca da prestação de serviços. Sua mãe então se casou com um lageano da família Costa D`Ávila, a mais antiga na região.

Na década de 1930 seu avô foi o responsável pela inauguração da primeira Charqueada de Santa Catarina, em Lages. Ao ser indagado sobre a finalidade disto, Laélio Bianchini responde:

(...) O fazendeiro lageano não tinha para quem vender o gado dele. Tinha bastante gado, mas o centro de consumo era muito pequeno porque a população urbana de Santa Catarina era pequena. Então o meu avô começou este trabalho, exportando carne para o nordeste, e couro para a Itália. Porque antes se chegava a levar boi em pé daqui para Pelotas para matar na charqueada de lá. E foi aí que ele ganhou bastante dinheiro e comprou ainda mais campo aqui na região. (Entrevista Concedida, p.05 )

Comenta ainda o entrevistado que a charqueada de Lages foi resultado de uma grande discussão com o ministério da agricultura, ao afirmar:

As autoridades do Ministério da Agricultura queriam construir uma charqueada lá na tua terra (risos). E ele não concordou, porque achava mais fácil levar o charque e o couro do que levar o boi inteiro né? E aí, com

o auxílio dos outros fazendeiros da região, que emprestaram dinheiro para ele, montou uma charqueada muito moderna na época. Então ele começou primeiro trocando o serviço que ele fazia por gado, porque naquela época não havia tanta circulação de dinheiro, e começou a comprar campo. Comprou primeiro 500 hectares onde se estabeleceu com os filhos e começou a lutar, terminando com 27 mil hectares de campo. (p. 06)

Ao reunir a história de vida de sua família nos campos de Lages a partir do trabalho do seu avô, Laélio descreve também como o gado era comercializado na região:

Tito Bianchini mantinha em sua fazenda aproximadamente 10 mil cabeças de gado, todos cruzamentos de gado europeu com zebu – gado comum – Mas ele praticamente não criava, ele comprava boi para engorda (...) Todas as terras eram de campo nativo e eram as melhores do mundo, porque ficavam nos campos da Coxilha Rica. Vendia gado para o litoral e para o Paraná. (p. 07)

Ao ser perguntado sobre as técnicas de manejo em campo nativo, o entrevistado descreve:

Naquela época era utilizado apenas sal; inclusive foi Tito Bianchini que introduziu os primeiros cochos cobertos para colocar sal para o gado no campo. Porque o fazendeiro aqui, no início, jogava sal no chão, numas pedras. Mas o sal era um artigo muito caro. Depois começaram a fazer pilão de araucária para colocar sal, mas ele ainda não achou muito bom. Então ele fez um cocho comprido, de tabuinha, para abrigar melhor o sal (...) Nesta época não havia vermífugo nem nada. Por isso o gado tardava muito no desenvolvimento e morria muito gado novo. Tinha muita coisa que dava prejuízo na região: Verminose, aftosa e raiva, além de não ter comida no inverno para o gado. A divisão dos campos foi necessária justamente por isso. (p. 07)

É possível traçar um paralelo neste ponto, onde o processo de desenvolvimento da pecuária significou também um processo de apropriação de territórios, sendo que, a divisão das terras significou uma preocupação com as áreas de campo, pois a superlotação impedia projetos de desenvolvimento da atividade, bem como sua sustentabilidade. Ainda de acordo com o entrevistado, a formação de limites das fazendas permitiu a introdução de novas raças e novas técnicas de manejo:

(...) As fazendas passaram a utilizar cercas de arame, porque a maioria dos fazendeiros passou a fazer o ciclo completo: Compravam, criavam, recriavam e engordavam. Assim as fazendas foram divididas em várias invernadas, e em cada invernada tinha uma classificação de gado (...). Aqui na região sempre se utilizou o sistema de cruzamentos. As primeiras raças

européias vieram através do Uruguai – o Hereford e o Devon. E do norte veio o gado Zebu. Então havia fazendeiros que possuíam praticamente uma nova raça dentro da fazenda, como hoje já existem estas raças sintéticas, como o caso do Braford e da Santa Gertrudes. Só que isso era feito empiricamente, mas o efeito era o mesmo. Então aqui sempre teve gado de muita qualidade, pesado. Havia também os vendedores de touros, gente que vivia buscando o gado Zebú em Minas Gerais ou iam até a fronteira buscar gado europeu para vender para os fazendeiros. (p. 09)

Outro ponto relevante do processo de modernização descrita por Laélio Bianchini, em outra entrevista, concedida a Paulo Ramos Derengoski em 2009 para o livro Memórias da Associação Rural de Lages trata-se da criação de ovelhas. De acordo com o entrevistado sua criação de ovelhas começou em 1963 depois de fazer um curso de ovinocultura em uma estação experimental de Uruguaiana/RS. A criação de um rebanho da raça Ideal resultou no surgimento de uma cooperativa chamada “Cooperlã”, que classificava a lã produzida por todos os fazendeiros da região e vendia para o estado de São Paulo. No entanto, a pouca quantidade de lã, aliada à muitas variedades, não agradava os lanifícios paulistas. (op.cit., p.143).

Quanto à pecuária bovina, na mesma entrevista, Laélio afirma que a escolha da criação de gado Charolês foi muito apropriada pela qualidade da carne, mas que a quantidade de gado criado no sul do Brasil, especialmente nos campos do Planalto de Santa Catarina foi muito prejudicada depois da extensão das fronteiras de criação extensiva no Brasil Central Pecuário. (op.cit., p.144).

Figura 29 – Foto de Exemplar da Raça Bovina Charolesa.



Fonte: Arquivo Fotográfico da fazenda do Barreiro, Lages.

Neste mesmo período indicado por Laélio Bianchini, os trabalhos na estação experimental visavam as forrageiras, manejo e fertilização de pastagens, estudos sobre manejo de gado de corte, objetivando uma exploração técnica e

economicamente viável, com intuito de aumentar a carga produtiva dos rebanhos por propriedade. Este processo é compreendido por Léo Waibel como o aumento da valorização da fazenda e da paisagem agrária:

O número de cabeças que vivem em determinada unidade de área é denominado lotação pelo criador (...) O máximo de lotação, isto é, o maior número de animais que podem viver e alimentar-se em determinada área de pasto, o criador denomina capacidade de suporte. A capacidade por unidade de área expressa o valor de uma fazenda e de uma paisagem. (1979, p.42).

No entanto, a partir da década de 1950, as ações das instituições governamentais neste sentido pareciam não corresponder às necessidades regionais. Tanto que, em 1959, o então chefe da Fazenda de Criação de Lages, Mauricio Samways, apresentou ao Ministério da Agricultura um relatório da situação e dos trabalhos realizados naquele ano. Entre as primeiras informações constantes no relatório, alerta-se para as inúmeras irregularidades administrativas da gestão anterior, que influenciaram diretamente nas condições de trabalho e desenvolvimento da Fazenda:

(...) há quatro anos que não se faz um inventário do acervo da fazenda. Também verificamos não ter sido organizado os relatórios anuais desde 1953, portanto, cinco anos decorridos sem que essa Diretoria tomasse conhecimento do que se passava anualmente nesta dependência. Encontramos ainda inúmeros óbitos de animais, de diversas idades, sem os necessários termos de causa-mortis (...) No registro genealógico dos animais, estamos encontrando certas falhas nos assentamentos das filiações sanguíneas, tornando-se confusa a caracterização verdadeira das descendências. Existem animais com o registro de puro sangue, quando na verdade seu característico zootécnico demonstra ser mestiço.

Figura 30 – Morro do Posto. Estação Experimental de Lages, em 1959.



Fonte: Arquivo Fotográfico da Epagri de Lages.

Estes problemas inferem diretamente na questão da utilização de animais para cruzamento nas fazendas da região, e também quanto ao número de animais disponíveis na Instituição. Ressalta-se ainda que o relatório descreve as instalações da Fazenda como precárias e inadequadas para os fins a que se destinam. Entre os fatores descritos como responsáveis pela precariedade da instituição, assinala-se a redução dos campos para seleção de sementes e pela ocupação de parte das terras por uma família de japoneses, e assim descritas:

Os campos de pastagens e agrícolas da Fazenda tem uma extensão de aproximadamente 1.800.000 m<sup>2</sup>, dividida em duas glebas. Na gleba de 1.000.000 m<sup>2</sup> acham localizados os edifícios da administração, cavalaria, vacaria, pocilgas, maternidade suína e outras dependências correlatas aos seus serviços. A outra área de 800.000 m<sup>2</sup>, distante quatro quilômetros da sede, situada ao sul da cidade de Lages, onde se estacionava os animais reprodutores que vinham de fora era chamada de “campos de demonstração”. No campo da sede, sua área ficou quase reduzida à metade de sua extensão, não só pela seleção e multiplicação de sementes de batatinha, como também pelo intruzamento de uma família de japoneses que há mais de três anos vem explorando as melhores terras de cultura da fazenda. Esses colonos japoneses já estão ocupando cerca de 40 hectares, numa exploração intensiva de tomate, batatinha e hortaliças, com casa de moradia, galpão e cercas, cedidos gratuitamente pela administração que nos precedeu. (p.03).

Em 1967, a Estação Experimental de Lages passou para a jurisdição da EMBRAPA, que tinha entre os seus objetivos específicos ajustar a pesquisa agropecuária aos objetivos e metas do Governo, previstos no Plano de

Desenvolvimento Econômico e Social, e às políticas agrícolas; além de apoiar um sistema setorial da pesquisa agrícola de acordo com o decreto n. 70553 de maio de 1972, que criou o mecanismo nacional de promoção e apoio ao desenvolvimento da ciência e tecnologia através da participação do setor privado na realização das pesquisas e incentivo à produção. (Relatórios Avulsos da Epagri, Lages, 1972, p. 07).

Sobre a atuação deste sistema na região do Planalto, uma nota emitida no jornal Correio Lageano, dois anos depois da divulgação do decreto, a Friglopan faz um esclarecimento público sobre as denúncias realizadas pela Associação Rural de Lages e pelo senhor Ulisses de Andrade, sobre as relações de produção estabelecidas entre a Companhia Planalto de Frigoríficos (FRIGOPLAN) e o estado do Rio Grande do Sul.

De acordo com os dados apresentados sobre a aquisição de cabeças de gado com o estado vizinho, a partir de 1974, quando deixou de trabalhar em caráter experimental, adquiriu 13.015 animais, dos quais 52% adquiridos no município de Lages e 64% provenientes do estado de Santa Catarina. (CORREIO LAGEANO, 1974, p. 12-1). O artigo noticia ainda que, após a federalização da inspeção de carnes na grande Florianópolis e em Lages, o número de bovinos provenientes do Rio Grande do Sul foi de 41 animais, número inexpressivo diante do gado vacum adquiridos no município de Lages. (op.cit., p.12-20).

Estas questões aparecem como parte das discussões do contexto da época, em que se pode perceber divisões no processo produtivo derivadas da utilização heterogênea das técnicas de produção, como também na organização econômica e política das instituições de modo a atender os interesses regionais.

Neste sentido, a década de 1970 marca importantes registros quanto aos investimentos em melhoria da qualidade genética do rebanho bovino catarinense. Um suplemento rural publicado pelo Governo do estado de Santa Catarina, em 31 de agosto de 1979, destaca a importância da pecuária no estado de Santa Catarina.

De acordo com os dados apresentados pela Coordenadoria de Defesa Sanitária Animal (CODESA), a bovinocultura representava 14% do valor bruto da produção pecuária, sendo a atividade mais importante depois da suinocultura e da produção de milho. (SANTA CATARINA, 1979, p.18-1).

Neste sentido, apresentam-se alguns dados estimativos para o período sobre a evolução e distribuição do rebanho bovino:

O rebanho bovino se manteve estável durante os últimos oito anos, evoluindo de 2.014.000 cabeças em 1971 para 2.296.220 cabeças em 1976, o que representa um aumento médio anual de 2,66%. De 1976 a 1978 houve uma redução média do rebanho de 2,3%. Esta redução do rebanho é atribuída à crise por que passou a atividade pecuária no período entre 1975 e 1978, que aumentou a relação de abate total de 16% para 31,44%. (op.cit., p.18-1).

De acordo com o Governo do Estado de Santa Catarina, os fatores mais importantes para o desenvolvimento da bovinocultura, ressaltando sua importância socioeconômica, estão no melhoramento zootécnico e as prioridades relacionadas com a alimentação e sanidade, destacando o trabalho de registro e melhoramento de duas Associações de Criadores de Lages:

No estado existem duas associações de criadores de bovinos que realizam trabalhos de registro e de formas de melhoramento zootécnico do rebanho. São eles: A Associação Catarinense de Criadores de Bovinos- ACCB – e a Associação Catarinense de Criadores de Charolês. Segundo os relatórios destas associações, cerca de 4000 reprodutores bovinos machos e fêmeas de 390 criadores foram registrados em 1978. Destaca-se a raça Holandesa, com mais de 50% dos registros, seguidas das raças Jersey, Normanda e Charolês. (op. cit. P. 18-2).

Ainda segundo o mesmo artigo, os municípios de Lages e Fraiburgo representaram a bovinocultura catarinense naquele ano, na Exposição de Animais Nacional de Esteio, no Rio Grande do Sul, com as raças Charolesa, Santa Getrudis, Devon, PollDevon, Normando, Schwys, Fleckvieh. (op. cit., p. 18-3).

No entanto, apesar do período citar momento de crise para o rebanho entre 1975 e 1978, uma outra encadernação especial chamada “Jornal da Produção”, descreve a pecuária nos campos de Lages sob a égide da qualidade dos pastos. De acordo com a matéria, intitulada “O encontro produtivo do boi com o pasto”, a década é marcada pelo ressentimento dos criadores em relação aos prejuízos causados pelo rigor do inverno. Mas, relata que a região possui bons exemplos de como a tecnologia pastoril contribui para a alta produtividade, trazendo lucros e

permitindo o tabelamento e o controle de preços na comercialização. (Jornal da Produção, Lages. Outubro de 1976, p. 13).

Entre os exemplos descritos no encarte, um modelo de integração lavoura-pecuária é descrito como a riqueza da Fazenda Ouro Verde, de propriedade do senhor Gentil Camargo, então com 60 anos de idade. Com uma área de 500 hectares, a fazenda já foi produtora de trigo, e, devido às adversidades climáticas, passou a destinar 60 hectares ao cultivo da soja. (op.cit., p.14).

A área destinada à pecuária comportava 500 reses, em 100 hectares de pastagens nativas e 72 hectares de pastagens perenes de inverno. Em entrevista concedida ao jornal o criador explica:

Comprei um conjunto de fenação e, no ano passado, produzi cerca de 30 fardos. Fiz, inclusive, uma experiência pioneira com feno de soja: 15% de proteína bruta. A primeira pastagem perene de inverno já fazem uns cinco anos de formada. Durante todo este tempo só fiz uma escarificação, semeei um pouco de festuca e um pouco de adubo por cobertura. E aí está, produzindo massa verde com abundância. (CAMARGO, op.cit., p.14).

O proprietário acrescenta ainda que, para a produção de carne bovina, deve-se primeiro investir em alimento, cuidar da sanidade das instalações e, posteriormente, melhorar o padrão genético do rebanho. Na contramão do pessimismo de época, o proprietário relata ainda os projetos de expansão da atividade pecuária, elevando a área de pastagens melhoradas para 480 hectares, para a criação de um total de 800 a 1000 cabeças de gado. No entanto, afirma como necessidade fundamental o melhoramento de forrageiras para que a pastagem de inverno pudesse servir para o verão e a de verão servir para o inverno. (op.cit., p.15).

Ainda de acordo com o artigo, a propriedade Ouro Verde, em Lages, é exemplo de conservação dos recursos naturais:

Sua propriedade é totalmente planejada e está em contínua evolução. A mentalidade conservacionista se faz presente em todas as suas atitudes. Toda a área está protegida contra a erosão. Até as estradas internas obedecem um esquema de conservação, formando curvas de nível. Capões com essências florestais nativas, barragens com trutas trazidas do Rio de Janeiro e reflorestamento com pinheiro brasileiro (Araucária) em áreas pedregosas. (...) Sua propriedade ainda está abastecida com um sistema de bebedouros em todos os piquetes com boias de controle, alimentados por uma barragem e um sistema de recalque através de uma roda d'água". (op. cit., p. 14-4).

Analisando os dados da produção pecuária de Santa Catarina, o encarte noticia a produção de carne bovina como o 6o produto de maior valor econômico no estado, e coloca a utilização de pastagens melhoradas como solução para o aumento da produtividade do rebanho. De acordo com os dados apresentados, apenas 4% dos 50 mil hectares da área com pastagens no território catarinense é cultivada com forrageiras perenes ou anuais, e manejada visando maior produtividade (op. cit., p. 13-4).

Utilizando os dados do rebanho bovino do estado de Santa Catarina cedidos pelo Instituto Nacional de Geografia e Estatística - IBGE, o artigo evidencia a importância do Planalto para a criação de animais de corte e leite em campos naturais e melhorados:

Em 1975 a carne bovina produzida em Santa Catarina atingiu (a preços de 1974) o valor de Cr\$ 349,5 milhões. O rebanho bovino do estado (de corte e de leite) é de 2 milhões e 246 mil cabeças, das quais 672 mil estão localizadas no Planalto de Lages. Existem no Estado 5.081 criadores, (2.614 estão no Planalto de Lages). Estima-se que a área ocupada com pastos seja de 1 milhão e 200 mil hectares. Deste total, apenas 50 mil hectares - 4% da área com pastagens – são ocupados com pastagens melhoradas. O restante da área está coberta com pastagens nativas que, nos meses de inverno, não conseguem fornecer alimentação necessária ao rebanho. Estas pastagens nativas são também de baixo valor nutritivo e, devido a falta de um manejo adequado, não suportam mais que 0,4 a 0,5 cabeça por hectare. Já as pastagens cultivadas, de inverno e verão, quando bem manejadas, alcançam uma lotação (número de animais por área de pastagem) de 1,5 a 4 cabeças por hectare/ano. (op.cit., p.15-2).

Para ilustrar os resultados da produtividade em áreas de pastagens melhoradas, a tabela abaixo retrata o valor da produção agrícola no Estado de Santa Catarina em 1974/1975:

Tabela 1 - Valor da Produção e participação percentual dos principais produtos agropecuários no Valor Bruto da Produção Agrícola do Estado de Santa Catarina- 1974/1975

Produtos	1974		1975	
	VBP (Cr\$1.000,00)	Percentual	VBP (Cr\$ 1000,00)	Percentual
<b>LAVOURA</b>				
Milho	1.353.102	21,28	1.2095,030	19,74
Soja	457.759	7,20	495.232	7,44
Mandioca	279.404	4,39	323.363	4,87
Fumo	267.426	4,21	319.043	4,80

Arroz	252.222	3,97	297.894	4,48
Feijão	244.308	3,84	243.320	3,66
Batatinha	133.372	2,10	166.004	2,50
Trigo	87.285	1,40	32.940	0,50
Cana de Açúcar	39.169	0,60	28.117	0,42
<b>P. ANIMAIS</b>				
Carne suína	811.474	12,76	848.248	12,78
<b>Leite</b>	<b>338.283</b>	<b>5,32</b>	<b>351.854</b>	<b>5,29</b>
<b>Carne bovina</b>	<b>333.193</b>	<b>5,24</b>	<b>394.531</b>	<b>5,25</b>
Aves	185.966	2,92	348.500	5,24
<b>EXTRATIV A</b>				
Madeira	1.378.027	21,68	1.378.758	20,73
Toros	36.237	0,57	61.433	0,92
Erva mate	35.482	0,55	43.073	0,64

Fonte: INGE, 1976. Jornal da produção, Lages.p. 13-1.

Os dados apresentados no encarte expunham a importância do investimento em tecnologia, e também em assistência administrativa e econômica aos proprietários rurais, para driblar as desvantagens econômicas da época, estabelecendo um comparativo entre o preço do leite e da carne bovina em relação à taxa de inflação do período:

Também a carne, a exemplo do que ocorre com o leite, é um produto com preços limitados (controlados) e submetidos a um constante “achatamento” e vigilância por parte do Governo Federal. O preço pago pela carne bovina não tem acompanhado – da mesma forma que o leite – o crescimento da inflação e dos principais insumos utilizados para a sua produção. Entre 1973 e 1976, para uma inflação de ordem de 100%, o preço da carne de boi não aumentou mais que 82%. O adubo superfosfato triplo, utilizado na renovação e formação de pastagens, subiu no mesmo período 169%. E o trator que em dezembro de 1973 custava 36 mil cruzeiros deverá atingir o valor de 83 mil cruzeiros no final do ano corrente, um aumento de 131%. (op.cit., p.13-3).

O primeiro frigorífico fundado em Lages foi estímulo de fazendeiros locais. De acordo com Licurgo Costa, em 1973, deu-se início ao funcionamento da FRIGOPLAN (Companhia Planalto de Frigoríficos), responsável pelo aumento dos abatimentos e comercialização de carnes anuais, conforme tabela abaixo:

Tabela 2 - Abatimentos Anuais da Frigoplanna primeira década.

<b>Ano</b>	<b>Total de cabeças de gado abatidas</b>
1973	5.420
1974	47.684
1975	47.561
1976	62.849
1977	61.252
1978	56.731
1979	51.069
1980	42.061
1981	9.274

Fonte: COSTA, 1981.p.1551.

Ainda segundo o mesmo autor, esta Companhia deveria representar um pólo de transformação da atividade, abrangendo o Planalto Catarinense e o nordeste sul-riograndense (Vacaria, Lagoa Vermelha, Bom Jesus, etc). No entanto, a instalação de um frigorífico também em Vacaria prejudicou o projeto catarinense, uma vez que a população bovina das duas áreas comportava somente um frigorífico de grande porte, obrigando os lageanos a buscarem cabeças de gado no Paraná, Mato Grosso e Bagé, onerando demasiadamente a atividade. Assim, a solução encontrada foi preencher a capacidade ociosa do estabelecimento através da diversificação da carne, através do abatimento de ovelhas e coelhos para o comércio local. (op.cit., p.1552).

A mesma preocupação é relatada na década de 1980 nos jornais circulantes no Planalto Serrano Catarinense. Novas técnicas de produção eram discutidas como forma de otimizar as ações de desenvolvimento da pecuária no estado.

Em artigo dedicado à bovinocultura, Paulo Ramos Derengoski descreve as primeiras utilizações da técnica de transferência de embriões em bovinos, comparando-a com o estado de São Paulo:

(...) O assunto possui dados animadores e concretos, se bem que estamos longe ainda do estágio em que se encontra o processo no Estado de São Paulo, onde existem vacas produtoras de mais de 50 terneiros, algo

inimaginável para a maioria dos nossos técnicos pecuaristas e autoridades ligadas ao setor. É a multiplicação da qualidade de uma vaca, transformando algo que pelos sistemas normais de reprodução, jamais será atingido. Na granja Canaã em Lages, já foi comprovado com sucesso a transferência de embriões de duas vacas, uma Holandesa nascida em 1972, importada do Uruguai com sêmen importado do Canadá, e uma Normanda nascida em 1979 importada da França com sêmen do mesmo país. São materiais que qualquer criador gostaria de ver multiplicado muitas vezes no decorrer de um ano (...). (Suplemento Rural, Governo do Estado de Santa Catarina, março de 1981, p. 11-1).

No mesmo artigo Derengoski ressalta a importância do centro agroveterinário de Lages e da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) para a disseminação da técnica. No entanto, a reportagem trás alguns trechos de uma entrevista realizada pelo jornalista com o criador Walter Hoeschel, proprietário da Granja Canaã:

No transplante de embrião a utilização de hormônios na preparação das vacas é grande e de preços elevados. Este e outros fatores fazem com que o custo de cada terneiro nascido seja alto. É uma prática utilizada com vacas de alto padrão genético e que são inseminadas com touros também de alta qualidade, cuja dose de sêmen alcança um preço elevado. No nosso Estado, não se encontra mercado para animais de alto valor genético, muitas vezes não se conseguindo aplicar no valor de um terneiro nascido o valor de uma dose de sêmen do seu pai. Há necessidade de procurar mercado fora do Estado, mas o custo de transporte para levar a feiras em locais mais distantes, e por falta de conhecimento, ou de tradição, as vendas são dificultosas. (op. cit., p. 11-2).

Outro ponto levantado pelo criador na mesma entrevista é a dificuldade dos criadores de buscar um padrão genético que tenha qualidade para produção de carne e leite:

No estado de Santa Catarina a pecuária de leite é tida quase que exclusivamente para produção de leite, sem que os produtores e os técnicos responsáveis pela atividade se preocupem com o melhoramento genético buscando animais com qualidade que se tem no Paraná e São Paulo. Com isso, os bons animais nascidos do transplante de embrião não são suficientemente valorizados, principalmente os machos, tornando com isto esta prática difícil de ser economicamente viabilizada. No caso, não foram levados em consideração os custos, já que a experiência é pioneira, e dará, por certo, resultados positivos em um futuro próximo. (op. cit., p. 11 - 2).

Outros dados estatísticos ainda são apresentados em relação à pecuária catarinense, entre eles a avicultura e a suinocultura representam importantes atividades econômicas tanto como produto de exportação, como produtos

destinados ao comércio nacional. Para a avicultura, destacam-se os dados de 40% dos animais destinados à exportação; e para suinocultura, destaca-se o número de 50.000 famílias que fazem da atividade sua principal fonte de renda, formando um rebanho de aproximadamente 3.250.000 cabeças. (SANTA CATARINA, op.cit., p.18 - 4).

O jornal “O Planalto”, de 1978, noticia a visita de técnicos agropecuários do Rio Grande do Sul nos Campos de Lages, para avaliação das condições para criação de ovinos, como forma de fomentar a diversificação da carne.

Destacando a palestra realizada pelo pesquisador da Estação Experimental de Uruguaiana, o engenheiro agrônomo Almiro Muller, intitulada “Ovinocultura – relação econômica com a exploração da pecuária de corte”, divulgada pela ACARESC, relata as boas condições dos campos de Lages para investimento na área:

É de se lamentar não ver ovelhas nestes belos campos (...) a ovinocultura rio-grandense está localizada numa região menos indicada para a atividade (...) Um detalhe que nos chamou atenção foi as grandes possibilidades que as pastagens cultivadas apresentam para a produção de carcaça do cordeiro, que é o tipo de carne mais apreciada e valorizada para consumo (...). (Lages, O Planalto. 02/12/1978, p.06-2).

A reportagem divulgada pela ACARESC anunciou a determinação de estudos para a criação do “Projeto de Ovinos no Planalto”, atendendo a solicitação do então presidente do Sindicato Rural de Lages, Dr. Ivo Tadeu Bianchini, de estender as possibilidades de exploração do criatório na região. (op.cit., p.06-4).

Vale aqui ressaltar que, em todas as publicações referentes à pecuária no estado de Santa Catarina, o melhoramento genético de raças e pastagens constituiu-se, ainda no século XX, como a principal preocupação dos criadores catarinenses. Podemos avaliar ainda a constante importância da importação de material genético para esta finalidade. Além disso, modelos de outros países são discutidos como exemplos de melhoramento da produção.

O Jornal Diário Catarinense, de 10 de abril de 1988, noticiou a passagem do criador de gado leiteiro canadense Earl Osborne por Santa Catarina. De acordo com Leonardo Garcez, jornalista responsável pelo artigo, deve se destacar as

comparações estabelecidas entre as propriedades do Canadá e as visitadas pelo canadense no Planalto Catarinense:

Osborne não tem empregados em Ontário, onde mora. Trabalha sozinho na fazenda de 106 hectares de 65 vacas, apenas com a ajuda de seu filho. Para contratar um empregado, ele teria que desembolsar 25 mil dólares canadenses por ano ou 175 mil cruzados por mês. O funcionário teria que ter casa, assistência médica, além de outras vantagens - tudo por conta do fazendeiro (...). aqui os trabalhadores do campo começam, apenas agora, através da Constituinte, a ganhar algumas garantias que os operários da cidade conquistaram a mais tempo. Garantia Constitucional, portanto, apenas teórica. (Diário Catarinense, 1988, p.12-1).

De acordo com a reportagem, o especialista avaliou a necessidade primeira de melhorar as estradas, pois disso depende a operacionalidade da fazenda no Planalto Catarinense, além da difusão de bons programas de assistência técnica e melhoramento genético.

Vale ressaltar que, a assistência técnica e o melhoramento genético eram o carro chefe das Atividades da Estação Experimental de Lages, que estava então sob a jurisdição da Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária (EMPASC) até 1991, quando a fusão das instituições Empasc, Acaresc, Acarpesc e Lasc, deram origem a atual EPAGRI, que conta com nove estações experimentais no estado.

Em entrevista concedida em 05 de dezembro de 2012 para esta pesquisa, o senhor José Ireno Martins, operário rural aposentado da Fazenda de Criação de Lages, que trabalhou no período de 1974 a 2006, relata o trabalho da empresa no processo de modernização das atividades produtivas na região. De acordo com seus relatos, os trabalhos de inseminação artificial inicialmente destinavam-se a aumentar a produtividade de leite:

(...) Eu era peão da mangueira e do galpão. Tinha que fazer todo o serviço de campo. Mas me pediram também para fazer um curso de inseminação artificial (...) Quando eu entrei na Embrapa tinha um lote de 22 vacas de leite Flamengas. Nós tirávamos leite e mandávamos para a Lactoplasa. Alguns anos depois o Diretor quis multiplicar a produção de leite e comprou um lote de vacas holandesas do prefeito de Anita Garibaldi. Daí comecei a trabalhar com isso também. Depois a Embrapa mudou para Empasc. Um dia, disseram que não tinha peão para cuidar das terras do Amola-Faca e me perguntaram: Tu te atreves a ir para o mato? E eu respondi que sim. Fui para ficar um ano e fiquei dezesseis anos trabalhando lá. Inseminava as vacas, cuidava dos rebanhos de ovelha espantando o Leão Baio... não foi preciso matar nenhum leão viu? (risos). (Entrevista concedida, p.08).

Percebe-se que há diferentes formas de compreender e investir na atividade pecuária, e que havia intervenção da Estação Experimental junto aos proprietários rurais, ao mesmo tempo em que a região já possuía propriedades que iniciaram por conta o processo de modernização das atividades. Quando perguntado sobre a utilização do gado para produção de leite, o senhor José Ireno afirma que neste período já havia alguns produtores trabalhando com gado de leite, mas que “o povo da região não gostava de criar gado de leite porque achava muito caro tratar o gado com ração” (op.cit., p.10).

Neste sentido o entrevistado afirma que uma das maiores contribuições da empresa foi ensinar os criadores da região sobre a importância do investimento em pastagens:

A empresa mostrou para os criadores que tendo bastante pastagem não precisa colocar ração no cocho. Foi feito lavoura de pasto para mostrar como se ganha dinheiro. Mas não foi fácil: Aqui plantou-se uma pastagem perene, que depois foi feito feno. Tudo fardado e guardado para o período de seca dos pastos. Daí o pessoal começou a enxergar (...). (op.cit., p.12).

Ainda segundo o senhor Ireno, quando perguntado sobre a aceitação das novas raças:

A maioria dos proprietários ainda investia em gado crioulo. Mas nessa época já havia gente inteligente aqui. Tudo começava na exposição de animais. O que chamava mais atenção era o gado que mais se adaptava na região. Primeiro foi o charolês. Depois, o Dr. Assis de Bem, que era veterinário, iniciou o cruzamento do gado Normando com o gado Flamengo. E este cruzamento funcionou muito bem. Eram resistentes a moléstias, mas as vacas eram ruins de leite (...). (op. cit. 14).

Quando indagado sobre o processo de utilização de reprodutores, o senhor Ireno afirma que a monta natural deixou de ser utilizada na Empasc porque os criadores não tinham conhecimento sobre como utilizar os animais e cuidá-los em suas propriedades, de modo que passou a se utilizar a inseminação, para que os reprodutores pudessem ficar separados do restante da criação. (op.cit., p. 13).

Mas para o antigo funcionário o que marcou a atuação da fazenda neste sentido foram os projetos de melhoramento do campo nativo:

Antes de a empresa divulgar a utilização de pastagens artificiais aqui era tudo campo nativo. Queimavam o campo para vir o broto. Não tinha nem divisão de pastagens, era tudo um campo só. Dai a empresa foi mostrando como era bom piquetear, usar cerca de arame e a elétrica, e aí até o pequeno proprietário aumentou a produção. Foi o Dr. Rubens César Fará que começou os projetos. Os mais teimosos ainda vivem de pasto nativo, mas os mais civilizados já melhoraram suas pastagens. Coxilha Rica, Campo Belo e Cerro Negro ainda tem campo nativo, mas se não aplicar dinheiro no campo não tem retorno. (op.cit., p.14).

Ainda sobre os projetos de melhoramento de campo nativo, o senhor Ireño relata a relação existente entre os criadores regionais e a ação da Fazenda de Criação de Lages:

Os produtores utilizaram muito a Estação para saber como funcionava a criação do gado importado. Um dia, Pedro Figueiredo, criador de gado holandês veio perguntar como fazia para o gado dar leite. E responderam: Pela boca! Então eles tiveram que aprender com a empresa como melhorar a pastagem para poder criar o gado. As exposições eram boas porque mostravam como era o trabalho da empresa. Os leilões eram feitos e sempre tinham muito sucesso. Tudo era vendido (...) Mas a maioria que vinha para a Estação eram pequenos proprietários que queriam aumentar a produção. Então saía um técnico daqui para orientá-lo na propriedade (...). (op.cit., p. 16).

Ao discutir a organização produtiva das propriedades do Planalto Serrano Catarinense pode-se perceber diferentes formas de pensar a utilização dos recursos, e diferentes formas de espacialização dos modos de produção, uma vez que a implementação de novas tecnologias no campo não significou a consolidação de uma indústria pecuária; pois a formação de um mercado comercial para esta finalidade ainda oscilava entre os recursos destinados a esta finalidade, e os conflitos e divisões derivadas na constituição da propriedade e utilização dos campos de pastagens.

A imagem do campo enquanto área constitutiva da identidade de uma classe social pode assim ser reavaliada, a partir do século XX, como um território que abriga múltiplas paisagens, historicamente construídas, e que passaram a abrigar diversas formas de compreender e utilizar os recursos naturais, bem como transformá-los em decorrências das atividades econômicas assim estabelecidas.

A partir da década de 1970 a Fazenda de Criação de Lages passou por diversas transformações estruturais, de forma que seu objetivo principal tornou-se executar ações de geração, adaptação e difusão de tecnologia agropecuária e

florestal, promovendo o desenvolvimento da agropecuária no Planalto Catarinense, sem, contudo, manter diretamente o serviço de extensão que era prioridade até a década de 1960.

Em 29 de outubro de 1975, o então Governador Antônio Carlos Konder Reis criou a Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária – Empasc, hoje Epagri, após a fusão, em 1991, com a Associação Catarinense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Acaresc. (Jornal Correio Lageano, 2005). Desde então a Empresa tem seus projetos voltados à melhoria dos índices de pecuária na região do Planalto Serrano Catarinense. Deixou, pois, suas atividades no campo de fomento animal, para ocupar-se de novas tarefas – a experimentação e a pesquisa.

Entretanto, segundo o Sr. Edu Reis, que trabalhou durante o período da Fazenda de Criação e mesmo após a criação da Embrapa, a nova entidade, apesar de seus objetivos, basicamente manteve as finalidades equivalentes às anteriores. Contudo, embora o padrão zootécnico dos rebanhos tenha sido satisfatório, os setores de forrageiras e pastagens não se desenvolveram da forma desejada, por falta de dados de pesquisa local. (Entrevista concedida em janeiro de 2012).

Partindo desta premissa a estação experimental de Lages não teve dificuldade em identificar a fome, no inverno, como sendo a principal causa dos baixos índices de produtividade do rebanho, em vista do baixo nível nutricional dos campos. Para se ter uma ideia do que isto representa para a economia catarinense, o senhor Edu Reis lembra que o decréscimo de peso, no período mencionado, é equivalente ao peso vivo dos animais abatidos para consumo durante o ano.

Pelo menos 50% dos campos naturais de Santa Catarina são utilizados com pecuária bovina extensiva. Para o autor, o melhoramento e manejo de pastagens naturais no Planalto Serrano Catarinense justificam-se por que:

A produtividade dos campos naturais é muito baixa e por isso estão ameaçados de serem substituídos por lavouras (...) e/ou florestamento. Por outro lado, nessa área ocorrem diversas espécies ou ecotipos endêmicos, a maioria praticamente desconhecida, mas com potencial a ser utilizada em programas de melhoramento genético ou, quiçá, para fins medicinais, alternativas de uso desses campos têm sido propostas em vários trabalhos empíricos ou de pesquisa. Mas, poucos produtores as adotaram. Nos últimos anos, porém, o melhoramento do campo nativo está se consolidando como uma das opções para a viabilização econômica e

preservação desses agroecossistemas, através da superação do principal entrave para o desenvolvimento da pecuária da região, que é o déficit alimentar dos rebanhos nos períodos críticos (...). (Córdova, EPAGRI. p.37).

Atualmente as lavouras com pastagens anuais de inverno que complementam o campo nativo, dobraram nos dez anos do período de 1970/1980. Mas o potencial dessa abordagem no aumento de produção de bovinos é limitado pela topografia, pela pouca profundidade do solo e pelo afloramento das rochas.

Entre os grandes problemas que sofre a criação extensiva de gado no Planalto podemos citar a alta porcentagem de mortalidade do rebanho, o controle de verminoses e a má qualidade do pasto durante o inverno.

Sobre as dificuldades encontradas na implantação de novas tecnologias nos campos do Planalto, o Dr. Afonso Maximiliano Ribeiro, em 2012, então com 93 anos de idade, engenheiro agrônomo e antigo funcionário do Ministério da Agricultura e também ex-chefe da Fazenda de Criação de Lages, afirmava que um dos fatores mais complicados era a precariedade dos recursos, pois não havia pontualidade nos repasses do governo federal, e explica como interpreta esta questão:

Tenho que dizer que estas dificuldades, em parte, devem-se por a pecuária ser uma atividade muito importante para a região, como é até hoje, mas naturalmente, em nível de Brasil, a pecuária serrana catarinense não representava quase nada. Então eles preferiam atender Mato Grosso, por exemplo, onde um único município possuía uma população bovina dez vezes maior do que a nossa região. Antes da fundação da Embrapa os recursos eram muito escassos. (op.cit.,p. 07).

Segundo afirma, muitos projetos foram lançados naquele período sem o custeio governamental pertinente, somente com recursos dos próprios fazendeiros, que aceitaram implementar as técnicas nas próprias propriedades. Isso incluiu a aplicação de técnicas como a divisão das propriedades em piquetes e a plantação do que chamavam de forrageiras nobres – trevo, azevém, cornichão, aveia. (op.cit., p.10).

Esta evolução descrita é colocada como consequência dos avanços no sistema de criação, assim como no sistema de alimentação, sanidade e tratamento dos animais, mas principalmente devido ao que chama de maior conhecimento sobre o ambiente local:

É preciso sangue novo para que as coisas possam acontecer. O melhoramento de campo nativo está aumentando, os confinamentos também estão se disseminando. Assim, as dificuldades que foram encontradas quando o Dr. Charles Vicent tentou aclimatar novas raças estão sendo superadas. Apesar da boa vontade na época em melhorar os campos e introduzir novas raças de bovinos, ovinos e equídeos, algo que não foi levado em consideração é que, nem todos os conhecimentos da Europa podiam ser implantados aqui. Faltou para ele o conhecimento local. Assim, algumas pastagens não se implantaram facilmente, e o gado que trouxeram era muito mais exigente, suscetível a doenças e parasitas. (op.cit., p. 14).

Diante das afirmações feitas sobre a incapacidade de receber algumas raças de bovinos em campos do Planalto Catarinense, indaga-se sobre o sucesso das importações no período, e sua viabilidade econômica. Dr. Afonso então afirma que estas importações tiveram sua importância através dos cruzamentos, que melhoraram as características do gado crioulo da região, levantando o nível de peso e precocidade dos novilhos. Defende ele que não havia uma tradição que permitisse o avanço rápido da criação de gado de leite na região, sendo esse perfil desenvolvido então a partir da Quarta Feira de Exposição Agropecuária ocorrida em Lages, quando se resolveu fazer o primeiro concurso leiteiro da região. No seu entender, o avanço técnico teve também como responsável o trabalho do Serviço de Registro Genealógico do Gado Catarinense, que selecionava os melhores exemplares de cada propriedade da região, e fazia o registro, contribuindo para a formação das associações de raças específicas. (op.cit., p.20).

Neste sentido o entrevista afirma que o principal programa de fomento da atividade pecuária exercido pela Fazenda de Criação de Lages era o empréstimo de reprodutores, mas que não funcionou por muito tempo, sendo substituído por outros programas:

[...] O curioso era que, os animais emprestados, quando não morriam na propriedade, voltavam em estado muito precário. Por isso se extinguiu o sistema de empréstimo, porque os animais não eram devidamente cuidados, até por falta de conhecimento. Então surgiram programas de troca. O Estado comprava reprodutores, e depois trocava por animais de pouco valor zootécnico para o abate. Outra forma de difusão foi a venda financiada de reprodutores. Depois ainda vieram projetos maiores como o financiamento de formação de pastagens. (op.cit., p. 22).

As entrevistas acima citadas, em conjunto com os dados e números relativos ao processo de modernização das atividades relacionadas à pecuária no Planalto Catarinense, levam à reflexão de que, as condições de disseminação de novos conhecimentos implicaram na superposição de modelos de criação ligados à tradição e aos costumes secularmente enraizados, e, portanto, difíceis de serem superados.

Assim, estas novas técnicas, antes mesmo de serem aceitas e desenvolvidas enquanto alternativa para desenvolvimento econômico, significaram um longo processo de reorganização social, que exigiu um processo de reflexão sobre os conceitos de produção e cultura, sendo estes compreendidos de diferentes maneiras ao longo das gerações que se estabeleceram.

Nestas circunstâncias, um longo processo de transição pôde ser descrito e delimitado, em que alguns aspectos políticos e sociais regionais foram responsáveis pela manutenção de antigos padrões e pelos consequentes conflitos estabelecidos no processo de modernização da atividade pecuária.

Estes conflitos, por sua vez, podem ser entendidos como frutos de novas relações estabelecidas entre a utilização dos recursos naturais e a ampliação das atividades, que implicaram em novas formas de organização espacial e produtiva das propriedades rurais, considerando-se a necessidade de incorporar elementos de ampliação da produtividade e da renda para os produtores. Nisto argumenta Sadi Nazareno de Souza, pesquisador da EPAGRI, que ainda hoje são muitos os desafios da instituição:

Contudo, hoje os desafios são muito maiores, com enormes pressões econômicas e ambientais impostas ao setor primário, e precisamos ser ágeis e criativos para continuarmos cumprindo nosso papel central: desenvolver e adaptar alternativas de renda (...). Tais alternativas precisam valer-se dos potenciais e características regionais, serem competitivas ou atenderem a nichos de mercados importantes e, acima de tudo, não comprometer nosso maior patrimônio, que é a qualidade ambiental ainda existente na região (...). (op.cit., p.02).

Considerando o Diagnóstico Agrossilvopastoril dos municípios pertencentes à área de ação da Secretaria do Estado do Desenvolvimento Regional de Lages, os

municípios pertencentes à sua área de atuação,<sup>17</sup> evidenciavam, em 2011, a seguinte produção de bovinos e ovinos:

Tabela 3 - Seguinte produção de bovinos e ovinos em 2011

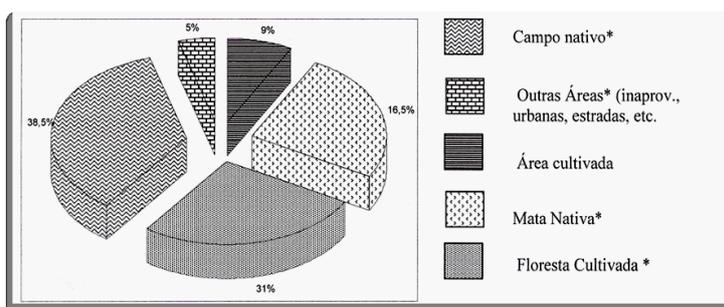
<b>Espécie</b>	<b>SDR</b>	<b>Nº de Propriedades</b>	<b>Rebanho Nº de Cabeças</b>	<b>Rebanho Médio Cab/Prop.</b>
Bovinos	Lages	10.068	321.100	31,09
Ovinos	Lages	1.420	20.333	14,03

Fonte: Epagri/Gerência Regional – Lages, 2011.

Independentemente do tipo de ilustração (quadro, desenho, figura, fotografia, mapa, entre outros), sua identificação aparece na parte superior, precedida da palavra designativa.

Assim, o diagnóstico efetuado pela SDR-Lages em 2011 aponta a utilização dos 1.055.500 hectares que abrangem a atuação da Epagri regional, e percebido na figura a seguir.

Fig. 28 – Divisão dos Campos de Lages.



Fonte: Plano Anual da Epagri – SDR Lages/2011.

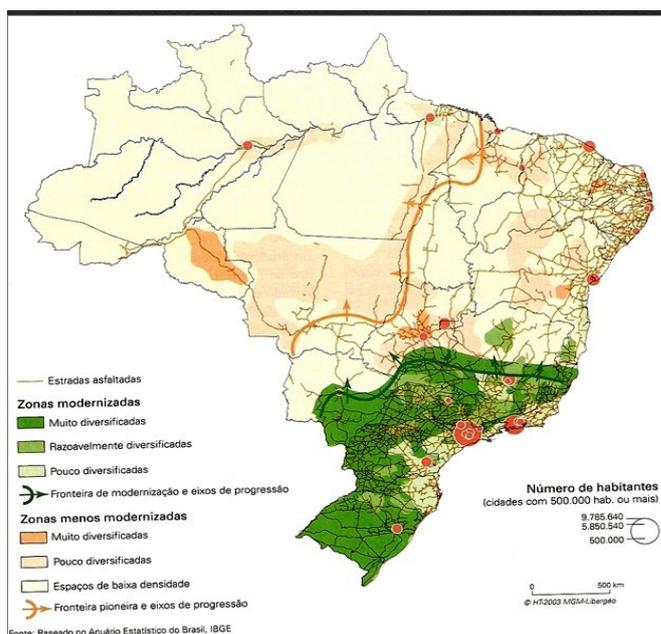
Através da figura acima se pode perceber que boa parte da região é constituída ainda de áreas de campo nativo e mata nativa. Isto nos leva a questionar o que representa estes campos para a economia catarinense e de que forma são

<sup>17</sup> Anita Garibaldi, Bocaina do Sul Campo Belo Capão Alto, Cerro Negro, Correia Pinto, Lages, Otacílio Costa, Paniel, Palmeira, Ponte Alta e São José do Cerrito.

utilizados em relação à pecuária. O confronto de diversas fontes, a fim de estabelecer um quadro comparativo entre o incentivo dado pelas políticas públicas à criação de bovinos, ovinos e equinos no Planalto Serrano Catarinense, enfatizando as duas maiores produções regionais (bovinos e ovinos), mostra que, apesar de todas as inovações propostas pelo período de atuação das atividades da Estação e da Fazenda de Criação, foram limitados os processos de modernização da pecuária na região, relacionando as atividades humanas que alteram o ambiente e a implantação de modelos econômicos.

Assim, o território que compreende atualmente o Planalto Serrano Catarinense ainda configura-se como um território de pouca diversificação econômica, conforme o mapa abaixo elaborado por Marcos Bau Brandão.

Figura: Zonas Modernizadas do Brasil



Fonte: <http://marcosbau.com.br>

Sendo esta uma região de economia pouco diversificada, pode constatar que, no processo de reorganização das atividades produtivas, houve um processo chamado por Roberto Lobato Corrêa de “antecipação espacial”, ou seja, as atividades empreendidas para esta região não tiveram as condições favoráveis para desenvolver-se. (CORREA, 2007.p.39).

Assim, as práticas espaciais também se constituíram como resultado das respostas da sociedade ao conjunto de práticas projetadas para viabilizar a reprodução das atividades historicamente desenvolvidas.

#### 4.2 A RAÇA CRIOULA LAGEANA: GÊNESE E REPRESENTAÇÃO ECONÔMICA NOS CAMPOS DE LAGES

A história da utilização dos campos do Planalto Catarinense remonta a própria formação sócio-espacial da região, no momento em que as estruturas ambientais requerem estudos que viabilizem o manejo da atividade econômica em harmonia com as características naturais.

Quase a totalidade do gado que povoava os campos gerais, e os campos de Lages especificamente, até o fim do século XIX, era o gado crioulo, que muitos chamavam de gado selvagem e consideravam um gado inferior, por resultarem de muitos cruzamentos com o mesmo gado primitivo, sendo degenerado pela consanguinidade.

Em todas as fontes oficiais da administração pública encontram-se projetos e definições sobre experimentos em campos nativos, com a coleta e catalogação das principais espécies regionais, para testes e lotação nos campos. No entanto, são poucas ou quase nulas as fontes referentes aos estudos sobre a importância do cruzamento de raças com o gado crioulo de forma a intensificar as adaptações ao clima e à pastagem nativa.

Segundo Mariante (ano, 2006), o Crioulo Lageano foi gradativamente sendo substituído por raças exóticas e selecionadas. No entanto, sua adaptação ao Planalto Catarinense, uma das regiões mais frias do Brasil, fez com que este animal apresentasse um desempenho insuperável nessa região. Ao que consta, este fato não foi levado em consideração pelas políticas de desenvolvimento regional, levando o Crioulo Lageano à quase extinção.

Segundo Martins (2008), as grandes variações fisionômicas encontrada nos campos do Planalto Sul, com sua conseqüente diversidade de espécies e seus inerentes valores nutricionais, fornecem uma indicação da capacidade adaptativa à

qual a raça Crioula Lageana foi submetida durante cinco séculos de seleção, neste ambiente de extrema variabilidade. (p.37).

Desta forma, evidencia-se a falta de estudos regionais baseados na capacidade adaptativa destes exemplares. Há de se compreender que o longo processo de desenvolvimento econômico, e as diretrizes impostas à pecuária do Planalto Serrano Catarinense, impossibilitaram a viabilidade de estudos neste sentido; pois a economia local absorveu as novas tecnologias, o que levou à substituição dos bovinos crioulos. (op.cit., p.41).

Ainda segundo a autora, mesmo com atributos positivos e de grande importância em sistemas de criação em campos naturais, a raça, ao longo do tempo, foi sendo substituída por raças exóticas, tanto de origem europeia quanto zebuínas; ou ainda submetidas a cruzamentos absorventes com estas raças:

A mestiçagem consistiu, primeiramente, na realização de cruzamento absorvente de touros de origem britânica (Devon, Hereford, Aberdeen Angus) ou Francesa (Charolês, Normando, Flamenga) em programas de fomento, sobre vacas crioulas, especialmente no início do século XX. Esses touros, muito apreciados pelos criadores, eram claramente preferidos de tal forma que sobre a base dos rebanhos crioulos da região e mediante o cruzamento absorvente, foi introduzido gradualmente o “sangue” dos reprodutores importados, modificando as características da população já naturalizada. (op.cit., p.42).

Martins ainda afirma que, as raças europeias não estavam adaptadas para a região, devido às características ecológicas do Planalto Catarinense:

A escassez de forragem durante o inverno e a presença de ectoparasitos, especialmente o carrapato, transmissor de parasitos sanguíneos que causam Tristeza Parasitária, dizimavam os animais (...). Para abrigar os animais importados, o ambiente natural da região foi modificado pela introdução de forrageiras para suprir as exigências das raças introduzidas. A partir da conjunção de condições ecológicas favoráveis, pastagens de excelente qualidade e gado de alta produtividade foram formados sistemas de produção que permitiu um grande impulso na pecuária da região serrana. (op.cit., p.43).

Ainda de acordo com Martins, a supervalorização do produto importado levou ao aumento dos custos referentes à produtividade no Planalto Catarinense, de forma que se tornou inviável a substituição de vacas crioulas por vacas importadas. Além disso, observaram-se os bons resultados provenientes do cruzamento entre as diferentes raças com o produto crioulo. (op.cit., p.44). Porém, pesquisas recentes

apontam para o fato de que os reprodutores importados se beneficiaram, recebendo todo o crédito da descendência, deixando-se de lado a importância da genética proporcionada por ambas às raças, sendo negado ao bovino Crioulo o mérito das qualidades de seus genes. (MOLINUEVO apud MARTINS, 2008. p.45).

Por sua vez, Ribeiro aponta a causa do quase desaparecimento da raça nos Campos de Lages ao desconhecimento por parte das instituições de pesquisa e fomento, afirmando:

Outro importante fator que influenciou o quase desaparecimento da raça no Planalto Serrano catarinense foi a não valorização dos recursos naturais que aqui havia, por parte das instituições de pesquisa e fomento da região. Tentaram eles adaptarem o ambiente, aos recursos genéticos animais existentes fora daqui. Trazendo assim, o que de melhor existia na Europa em genética e tecnologias de produção, não se preocupando com que resultado essas importações apresentariam aqui. Persistindo no erro, os técnicos da época atribuíram o baixo desempenho dos animais importados à má qualidade do ambiente, culpando os solos “pobres” daqui, e o deficiente controle sanitário (RIBEIRO, 1993,).

Este processo de reorganização das práticas econômicas sugere que o valor atribuído a um dado lugar pode variar ao longo do tempo. As razões de ordem econômica, política ou cultural podem alterar a sua importância e, no limite, marginaliza-lo. (CORREA, apud CASTRO, 2007.p.40).

A valorização produtiva do espaço não viabilizou a reprodução das condições de produção, criando uma dicotomia entre ambiente e modo de produção, o que implica, diretamente, nas ações efetivadas pelas políticas públicas e, conseqüentemente, na definição de apropriação do espaço derivada da reprodução das atividades econômicas.

Assim, Corrêa (2007) conceitua estas práticas localizadas espacialmente como ações que contribuem para garantir diversos projetos, pelos quais objetiva-se a gestão do território, isto é, a administração e o controle da organização espacial e sua existência e reprodução. Afirma ele:

No longo e infundável processo de organização do espaço o homem estabeleceu um conjunto de práticas através das quais são criadas, mantidas, desfeitas e refeitas as formas e interações espaciais. São as práticas espaciais, isto é, um conjunto de ações espacialmente localizadas

que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte, ou preservando-o em suas formas e interações espaciais. (op.cit., p.35).

Menciona ainda que as práticas espaciais estabelecidas ao longo do tempo resultam da consciência humana, a qual está ancorada em padrões culturais próprios a cada tipo de sociedade e nas possibilidades técnicas disponíveis em cada momento, que fornecem significados distintos à natureza e à organização espacial, assim como de diversos projetos engendrados para viabilizar a existência e a reprodução de uma atividade, de uma cultura específica ou da própria sociedade como um todo. (op.cit., p.35).

Atualmente a Raça Crioula Lageana passou a figurar nos projetos de conservação e desenvolvimento regional, bem como em estudos referentes a integração lavoura-pecuária para melhoramento dos resultados econômicos das propriedades do Planalto Serrano Catarinense (EPAGRI, Portal do Agronegócio, 2011).

No Rio Grande do Sul o mesmo animal é chamado de Franqueiro. A diferença de denominação levou ao desentendimento entre pecuaristas dos dois estados. No entanto, a preservação do material genético por criadores de Santa Catarina permitiu que em 2008 o Ministério da Agricultura concedesse à Associação Brasileira de Criadores da Raça Crioula Lageana (ABCCL) a autorização para os trabalhos de registro genealógico em território nacional.

O fortalecimento da nomenclatura da Raça Crioula Lageana está diretamente relacionada às pesquisas relativas à adaptação e melhoramento da qualidade bovina em ambiente natural.

De acordo com Dr. Afonso Maximiliano Ribeiro, que também é sócio da ABCCL, com sede em Lages, o fomento à criação da raça deveria obedecer a uma ordem diferente:

Sou sócio da ABCCL, mas eu tinha uma ideia diferente para a Associação. Eu achava que para dar expansão ao gado crioulo – veja bem: Gado crioulo, não raça crioula – eu achava que o leque deveria ser aberto e incluir todos os animais nascidos na região serrana catarinense. E então fomentar um subprojeto voltado à raça crioula especificamente. Justifico isso porque a raça tem dificuldade de se expandir, pois ainda precisa de muito trabalho zootécnico. Ela é de pouco rendimento, pois a seleção natural diminui as características da produção de carne. Falta volume! Mas os criadores apaixonados restringem a denominação da raça. Acho que eles estão equivocados porque toda carne produzida na região serrana é de fato

diferenciada devido às condições de clima e pastagem. Mas não foi compreendido neste aspecto. (RIBEIRO, entrevista concedida a esta pesquisa op. cit., p. 25).

Para o pecuarista da região, há uma dificuldade dos “criadores de gado fino” em aceitar a Raça Crioula Lageana como um gado de potencial melhorador genético. (op.cit., p.26).

As discussões em torno da manutenção da raça e sua exclusividade em campos do Planalto Serrano gera controvérsias. Em entrevista concedida ao Jornal Diário Catarinense, de 04 de setembro de 2011, o Diretor da ABCCL, Edison Martins, afirma que os criadores do mesmo gado no Rio Grande do Sul não concordaram com a denominação “Lageana”, motivo pelo qual fundaram, em 2006, a Associação Brasileira dos Criadores de Bovinos Franqueiros (ABCBF), sem, no entanto, possuírem o registro oficial da raça. Ainda de acordo com Edison Martins, há prejuízos neste embate, pois provoca a deturpação da opinião pública e a depreciação da raça. (Diário Catarinense, 2011, p.25-2).

No mesmo artigo publicado, o presidente da ABCBF, Sebastião Fonseca de Oliveira argumenta que a denominação “franqueiro” refere-se à origem do gado, livre, criados soltos e formados por seleção natural nos campos de cima da serra, de modo que a denominação “crioula Lageana” deturpa a origem histórica do gado crioulo. (op.cit., p.25-2).

Neste sentido, tem-se uma discussão referente à noção de região enquanto mantenedora de uma cultura, o que implica tanto os princípios de extensão quanto localização das práticas econômicas estabelecidas.

Fig. 31 - Exemplar da Raça Crioula Lageana, Morro do Posto. Lages: 1949.



Fonte: Museu Thiago de Castro.

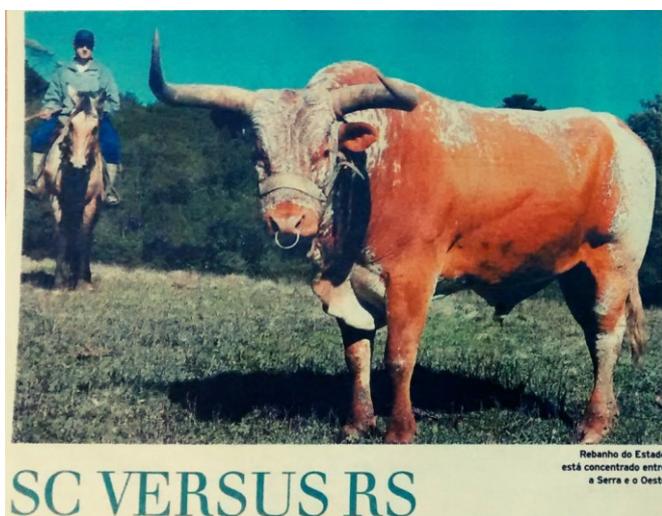
De acordo com uma pesquisa publicada na Revista do Conselho Regional de Medicina Veterinária, do estado de Santa Catarina, em maio de 2011 (p. 05-2), apesar da conservação do material genético, a raça crioula Lageana é resultado de um processo de seleção que foi feita tanto pela mão do homem, quanto pela seleção natural, a partir da introdução de bovinos em território brasileiro. Ressalta ainda que, do final do século XIX até meados do século XX, houve uma grande introdução de material genético melhorado de outros continentes, principalmente oriundos da Europa, fazendo com que os acasalamentos desses animais com bovinos naturalizados permitissem a expressão do vigor híbrido, ou seja, quando há um ganho genético considerável devido ao acasalamento de animais de linhagens diferentes.

Segundo a pesquisa divulgada, este contato genético para com outras raças não modificou as características das vacas naturalizadas, permitindo a conservação das características da raça. (op. cit., p. 05-3). Assim, técnicos e produtores da Raça Crioula Lageana negociam com a Embrapa a possibilidade da criação de núcleos de conservação da base genética do rebanho conforme as recomendações da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. (op. cit., p. 05-1).

Vale ressaltar que a Raça Crioula Lageana é a segunda raça bovina naturalizada no Brasil. De acordo com a Embrapa, os animais conhecidos como naturalizados são descendentes dos animais trazidos pelos colonizadores na época do descobrimento do Brasil e que sofreram a ação da seleção natural, desenvolvendo características de adaptação que lhes permitiram sobreviver e se reproduzir ao longo dos séculos. São essas características que devem ser conservadas, pois esta diversidade de recursos genéticos tornou possível a sobrevivência humana em ecossistemas adversos. (Embrapa).

A necessidade de preservar raças menos produtivas vem recebendo maior atenção, uma vez que pode se constituir instrumento para melhorar a rusticidade de bovinos de alta produtividade, mas de baixa capacidade de adaptação (Egito et al., 2002). Assim, a Raça Crioula Lageana tornou-se objeto de estudos como suporte da pecuária extensiva em campos naturais.

Fig. 32 - Exemplar da Raça Crioula Lageana na atualidade.



Fonte: Jornal Diário Catarinense, 2011.

De acordo com Thiago Veiga, devido a fatores econômicos, o melhoramento dos campos nativos é limitado, e a produção de forrageira é praticamente

interrompida no período hibernal, causando perdas significativas dos rebanhos, o que justifica o investimento em raças adaptadas e seus cruzamentos, aumentando a produtividade neste período. (VEIGA, et al. 2009, p.30).

José Maria de Arruda Filho, tradicional criador dos campos de Lages, ao escrever o livro “Coisas do Passado”, refere-se ao processo de cruzamentos desordenados como falta de consciência zootécnica de consequências desastrosas, como a diminuição dos rebanhos:

Houve tempos em que numerosas tropas de bois daqui saídas abasteciam de carne a maior parte do litoral catarinense e ainda sobravam boiadas para serem abatidas em estabelecimentos saladeris rio-grandenses e mesmo para consumo em Porto Alegre (...) Hoje, aquele estado, ao invés de ser um consumidor, é um fornecedor de bois para abastecer os mercados de Santa Catarina, assim como para povoar as invernadas lageanas. É certo que a população humana estadual aumentou consideravelmente, mas certo é também que a produção de gado tem diminuído de maneira perceptível. (ARRUDA FILHO, 1964, p.27).

Para o criador, o povoamento dos campos com outras raças importadas levou à ruína os médios e pequenos criadores, que não dispunham de recursos suficientes para investimento em novas tecnologias. (op. cit., p. 28).

Por sua vez, Thiago Veiga chama a atenção para o fato de que a população de animais desta raça em número de aproximadamente 700 animais coloca-a na lista de animais em risco de extinção, um fator que se deve aos cruzamentos indiscriminados e as importações de raças exóticas no século XX:

A extinção desta raça pode acarretar a perda de importantes características de interesse para a produção animal, enquanto sua utilização pode significar importante alternativa para a pecuária moderna, devido sua grande variabilidade genética, rusticidade e adaptação às condições ambientais do Planalto Catarinense. (...) Devido à grande rusticidade, excelente fertilidade e excelentes ganhos por heterose quando cruzados com raças europeias e zebuínas, a Crioula Lageana pode ser importante alternativa na redução dos custos de produção, já que não são necessárias grandes adaptações do ambiente para a criação destes animais, o que pode trazer viabilidade para a exploração dos campos naturais e sustentabilidade aos sistemas de pastoreio empregados na região serrana catarinense”. (VEIGA, et. al. op.cit.p.31).

Além das características adaptativas da raça, deve-se considerar também sua importância histórica, cultural e preservacionista, uma vez que ela é parte integrante do ecossistema de campos nativos que pode ter sua biodiversidade

explorada de maneira racional, sem necessidade de modificações agressivas no ambiente. (op.cit., p.32).

As pesquisas que envolvem a seleção de animais e sua qualidade para apresentação da carne nos centros consumidores preocupam-se em desenvolver mecanismos de produtividade que garantam um bom percentual de custo e investimento. Nestas questões econômicas, a adaptação das raças é mais valorizada do que sua hereditariedade. Assim, na discussão referente à dinâmica econômico- espacial, considera-se o gado crioulo como alternativa para uma distribuição da demanda de produção, considerando-se a avaliação de questões como o tamanho das propriedades e a renda fundiária, e a conseqüente capacidade de investimento na atividade.

Desta forma, há de se considerar a permanência de um sistema econômico capitalista de menor complexidade, baseado em condições específicas como a inexistência de condições de expansão da propriedade e a limitação da atividade comercial devido à falta de recursos e também à concorrência com outros mercados.

Há, portanto, um esforço para estimular a atividade pecuária no Planalto, num contexto em que se desfaz a hegemonia econômica do latifúndio pastoril em toda a região, atendendo à necessidade da estrutura do mercado interno regional, de superar barreiras em relação à circulação de produtos.

Neste sentido, a viabilidade das relações de produção é definida pela estrutura da classe agrária vigente, de forma que, especialmente na região serrana do planalto catarinense, as práticas econômicas não dependem exclusivamente das condições locais, mas também dos incentivos públicos e dos projetos de desenvolvimento que deveriam ser garantidos pelo Estado, como componente de gestão territorial.

Não obstante, Roberto Lobato Corrêa (1991) conceitua as práticas espaciais como ações que contribuem para garantir diversos projetos, pelos quais objetiva-se a gestão do território, isto é, a administração e o controle da organização espacial em sua existência e reprodução. Nisto, defende que:

No longo e infindável processo de organização do espaço o homem estabeleceu um conjunto de práticas através das quais são criadas, mantidas, desfeitas e refeitas as normas e interações espaciais. São as práticas espaciais, isto é, um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte, ou preservando-o em suas formas e interações espaciais. As práticas espaciais resultam, de um lado, da consciência de que o homem tem da diferenciação espacial. Consciência que está ancorada em padrões culturais próprios a cada tipo de sociedade e nas possibilidades técnicas disponíveis em cada momento, que fornecem significados distintos à natureza e à organização espacial previamente já diferenciada. (CORREA, p.35).

Conseqüentemente, a existência e a reprodução das atividades econômicas engendradas dependem, via de regra, da organização social e da valorização dada aos elementos naturais e culturais da região.

Há que se destacar que, a pecuária foi de grande importância para o desenvolvimento econômico dos campos do Planalto Serrano Catarinense. Entretanto, ela se mantém atualmente devido às características geográficas regionais, caracterizadas por solos, em grande parte, de baixa qualidade, aliado a uma vegetação pouco abundante, situação que dificilmente aceitaria um processo de lavoura contínua, sendo este um produto que, apesar de manter-se como referência na economia estadual, já não possui as mesmas características do período entre o século XVIII e XIX, conforme nos evidencia o Sr Edison Martins, Médico Veterinário e sócio fundador da ABCCL, em entrevista concedida em 18/01/2011, p.02:

A pecuária de Lages não alcança índices tão altos quanto outras regiões do Brasil. É um clima que produz gado de excelente qualidade, por outro lado sofre com a ausência de alimentos. O que acontece é que a tradição local tem como objetivo a produção de gado de corte, mas a maioria das propriedades atualmente (mais de 90%) possuem menos de 100 hectares; ou seja, não existe mais praticamente o latifúndio no Planalto Catarinense.

Tomando a pecuária como um fator de subsistência e uma tradição local, o entrevistado argumenta ainda que sua importância advém do fato de ser uma fonte de renda tanto para o pequeno, quanto para o médio e o grande produtor, sendo esta uma relação estabelecida devido a permanência da atividade em campos naturais:

Historicamente existe uma relação muito forte entre a pecuária e os campos naturais, principalmente na interação que se estabelece entre a produção de alimentos com valor acessível a população local. Mas também devemos

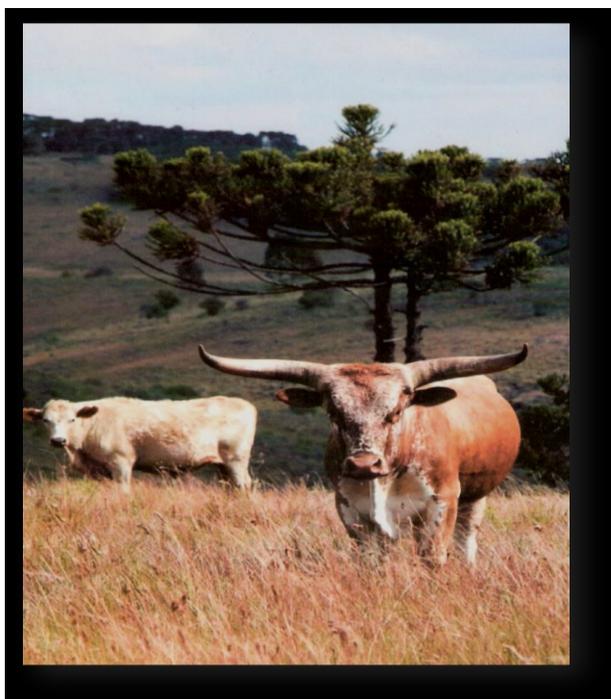
pensar no valor dos campos naturais enquanto composição da paisagem como atrativo regional, gerando múltiplas atividades econômicas a partir dos traços culturais locais, mesmo que sua produção seja determinada pelo curto período da primavera e verão. (op.cit., p. 03).

Quanto às questões econômicas determinadas pela utilização dos campos e seu potencial produtivo, ele defende ainda que o ideal para o desenvolvimento regional fosse manter um percentual de pastagens cultivadas para os períodos críticos da escassez de alimentos, sem comprometer a importância e a manutenção do potencial genético dos campos nativos, e assinala a ineficiência dos conceitos de preservação dos campos de altitude:

Assim como não devemos perder o patrimônio genético de uma raça, devemos também conservar e evitar a extinção das espécies forrageiras. Inclusive a expansão da atividade pecuária deve levar em consideração a conservação dos ambientes naturais e também das raças naturalizadas. as políticas de conservação dos campos de altitude deveriam ser analisadas sob outra perspectiva, pois todas as políticas de caráter proibitivo geram impactos negativos. É mais importante uma política de conscientização e incentivo aos produtores para adoção de medidas de conservação. (op.cit., p.03).

A preocupação com a conservação dos campos nativos ganhou importância no cenário agropecuário e ambiental nos últimos anos devido à baixa produtividade pecuária e sua conseqüente substituição por outros sistemas monocultores, como lavoura e reflorestamento. De acordo com Córdova et al (2012), entre 1970 e 1995, aproximadamente 338.000 hectares de campo foram substituídos por monoculturas diversas, e esses números continuam crescendo nas últimas décadas.

Fig. 33 - Exemplos da Raça Crioula Lageana e Charolesa em pastagem nativa.



Fonte: Saberes e Fazeres da Coxilha Rica, Lages, 2009.

Neste sentido, retomamos as palavras do Dr. Edison Martins, segundo o qual não se aproveitou adequadamente os recursos genéticos que se tinha no passado, por dois motivos principais: de um lado, por falta de conhecimento técnico, e por outro, devido aos discursos modernistas que pretendiam copiar fielmente o modelo europeu de desenvolvimento pecuário:

Se as políticas públicas tivessem iniciado seus trabalhos através de projetos de valorização do produto local, teríamos rebanhos maiores e um mercado mais competitivo. As forrageiras nativas são excelentes, mas tiveram a atenção devida. Importaram-se muitas qualidades de forrageiras, sem o devido conhecimento do meio natural. Esse ponto merece muita atenção. (op.cit., p. 05).

É correto que a diversificação das atividades econômicas nas propriedades do Planalto Serrano Catarinense é um importante elemento para a manutenção de renda em momentos de crise. Porém, diferentes processos produtivos não devem ser responsáveis pela perda do material genético regional. Assim, pode-se afirmar

que foi equivocada a introdução e supervalorização do produto genético importado,<sup>18</sup> considerando ainda que, junto com o material genético, os produtores adquiriram todo um pacote tecnológico, que serviria de modelo estrutural (cercas, grampos, sementes de forrageiras), sem levar em consideração a capacidade produtiva regional, atribuindo-se todas as qualidades dos cruzamentos às características do material importado.<sup>19</sup>

Sobre as mudanças ocorridas nos próprios exemplares crioulos, e as políticas públicas de incentivo à criação da raça, o Dr. Edison Martins explica que a raça crioula Lageana foi forjada por seleção natural, e que sua exploração inicial deu-se de maneira extrativista, mas que ao longo do tempo sofreu alterações, assim como o ambiente de origem:

(...) um touro que mais agrada o dono por suas qualidades específicas acaba sendo utilizado para ampliar o rebanho. Então é possível que em 300 anos o gado crioulo possua alguma diferença, mas manteve obviamente suas características adquiridas por seleção natural. Mas com a introdução das raças europeias o gado crioulo quase entrou em extinção. Só com a formação da Embrapa que houve um incentivo das instituições à preservação do material genético e divulgação da raça. (op.cit., p. 14).

Assim, a formação da Associação Brasileira de Criadores de Crioula Lageana (ABCCL) em 2003 foi um importante passo para a conquista do registro genealógico da raça, que ocorreu cinco anos depois, em 2008. A partir de então vários avanços foram possíveis:

A partir da criação da Associação, expandimos a parceria com instituições de pesquisa, aprimorando os conhecimentos sobre a raça e seus produtos, e as vantagens mercadológicas correspondentes. Além da carne, configura-

---

<sup>18</sup> Afirma o Sr Edison Martins (op. cit., p. 08) que “O primeiro livro de registros genealógicos data de 1822, na Inglaterra. Depois disso todos os países registraram suas raças, que também foram forjadas pelas características do meio específico. A mão do homem selecionando animais de seu agrado, mais a genética disponível e as condições ambientais formaram raças com as características de cada região, que valorizaram através do comércio mundial através de uma boa propaganda. E essa boa propaganda incentivou a importação desses animais para o cruzamento com o nosso gado comum, que é o gado crioulo. O nosso gado era assim chamado porque não tinha nome nem registro, criado como todos os outros na Europa antes do registro genealógico. Por isso criaram-se tantos Postos Zootécnicos no Brasil com suas estações de monta”.

<sup>19</sup> Estes cruzamentos também deixaram de ser economicamente viáveis, pois, no entender do Dr. Edson Martins, “depois de muitos cruzamentos e a gradativa substituição do rebanho, percebeu-se que o gado começava a perder qualidade, pois não existia mais o processo de heterose. E este gado não se adaptava as condições ambientais da região. Houve períodos de morrer 100% do gado importado, porque não havia adaptação ao campo”. (Entrevista, op.cit., p. 09).

se como um ótimo animal e tração. Seu couro é muito procurado para a confecção de tapetes. O legítimo queijo serrano é produto da raça crioula. A partir de então aumentou muito o interesse pela raça. Já existem criadores em Minas Gerais, Brasília, São Paulo e no Rio Grande do Sul. (op. cit., p. 16).

Enfim, houve um processo de valorização muito grande da raça, além de uma contínua evolução de suas capacidades adaptativas. Atualmente a raça pode ser criada em diferentes sistemas de produção, seja do modo extensivo, semi-extensivo ou em confinamento. Além do que, a Raça Crioula Lageana ser a que melhor se adapta ao sistema extensivo, sobrevivendo bem ao inverno e sistemas alimentares diferenciados. O que fornece ao criador uma opção do sistema empregado, segundo a disponibilidade de campos e técnicas de manejo.

Todo esse processo de discussão e estudos referentes à preservação da Raça Crioula Lageana contribui para a mobilização e re-estruturação da tradicional economia pecuária regional, mostrando-se como um ponto importante na composição de raças bovinas produtivas.

## 5 CONCLUSÃO

A região do Planalto Catarinense, desde a sua ocupação, moldou diversos atores sociais ao longo do tempo, que imprimiram estilos de vida mantidos através da utilização dos recursos naturais, que distinguem a organização da região em três fases distintas. A primeira, marcada pela apropriação da natureza local, formando as primeiras fazendas de criação. A segunda correspondeu à expansão das atividades pastoris e delimitação da propriedade privada da terra. E a terceira, registrou as mudanças e permanências estabelecidas pelo desenvolvimento de novas técnicas de criação, e sua difusão como agente propulsor da economia pastoril regional.

Assim, analisar o curso da história das atividades pecuárias no Planalto Serrano Catarinense, bem como a organização e a dinâmica dos espaços rurais destinados a este tipo de economia, exige um esforço de compreensão sobre uma diversidade da organização espacial nem sempre explícita. Entre elas destacam-se as mudanças nas relações de trabalho, novas formas de apropriação dos recursos naturais, e um novo sentido econômico para a criação de animais.

Múltiplas relações apresentaram-se como responsáveis por diversas configurações do espaço econômico, que influíram diretamente nos sistemas de desenvolvimento e modernização do campo, bem como das estruturas que permaneceram primitivas, gerando diferentes justificativas para a funcionalidade e função da propriedade pastoril.

Em outro sentido, diferentes variáveis classificam a utilização do espaço e dos recursos naturais, e de certa forma regionalizam as atividades de acordo com a estrutura econômica previamente definida.

No entanto, a resistência aos processos modernizadores, a paisagem como detentora do imaginário cultural do planalto serrano, e as divergências econômicas existentes, permitem afirmar que o desenvolvimento da pecuária seguiu diferentes padrões, tantos quais eram os padrões de sobrevivências das propriedades ao longo do tempo.

Do ponto de vista socioeconômico, as políticas públicas prezavam pela transformação da matriz econômica regional, baseada na criação extensiva e na utilização dos campos nativos. Porém, este projeto encontrou profundas barreiras no que tange à adaptação e aceitação de novas técnicas, bem como nas reais condições econômicas das propriedades.

Ao reconstituir o contexto histórico do desenvolvimento da pecuária, foi possível constatar, através da análise do território como espaço econômico e social, a coexistência de diferentes formações econômicas e sociais, revelando que a transformação dos espaços produtivos não se deu de forma homogênea e tampouco contínua.

Neste sentido, não houve um processo de interação ambiental com as múltiplas transformações propostas pelos sistemas políticos e econômicos, de maneira que ambos sofreram alterações ao longo do tempo.

Um aspecto relevante a ser ressaltado são as estruturas fundiárias que caracterizam o Planalto Serrano Catarinense. Apesar de a pecuária ainda constituir-se como vetor econômico de muitas propriedades, ao longo do tempo a estrutura dos latifúndios fragmentou-se devido a fatores diversos e nesta pesquisa implicitamente descritos, tais como a divisão das grandes propriedades por herdeiros, o longo período de isolamento geográfico, dificultando o acesso às áreas de comercialização, a concorrência com áreas produtoras do Vale do Itajaí, do Rio Grande do Sul e do centro-oeste brasileiro, os baixos índices de produtividade da pecuária, especialmente no inverno, a ausência de tecnologias de dinamização da atividade, as dificuldades financeiras para o investimento paulatino em inovações tecnológicas e a conseqüente falta de investimentos na produção de gado e, finalmente, a existência de uma “cultura pecuarista” conservadora e baseada na tradição colonizadora.

Estes aspectos e seus desdobramentos ao longo da história da utilização dos campos impediram a manutenção do sistema de latifúndio pastoril originado a partir da expansão das correntes de povoamento, baseando sua economia na existência de animais vacuns à solta, uma vez que a extensão de terras e a quantidade de animais diminuíram consideravelmente.

A dificuldade de expansão da atividade também se explica pelas divergências ideológicas e políticas que envolviam os projetos de desenvolvimento

pensado para a região. Soma-se a esta questão, a ausência de políticas públicas duradouras, que dificultaram a formação de uma indústria pecuária, bem como a abertura de novos mercados.

Desta forma, assinala-se uma dicotomia entre as novas tecnologias apresentadas e o potencial econômico dos produtores, que não possuíam as estruturas necessárias espacial e economicamente para o investimento efetivo em tecnologias modernizadoras do campo para a criação de raças puras importadas.

Estabelece-se um quadro, a partir do século XIX, de descaracterização da estrutura latifundiária, de modo que a maior parte das propriedades pecuaristas passaram a utilizar a integração campo-lavoura como alternativa econômica, ao mesmo tempo em que 50% dos campos nativos mantiveram-se no sistema de pecuária extensiva. Mas a falta de uma dinâmica produtiva colocou a atividade em estagnação.

Apesar da alta produtividade e do potencial forrageiro de muitas espécies nativas elas deixaram de ser estudadas e exploradas comercialmente em função da adoção de espécies importadas juntamente com os modelos econômicos europeus.

Ao mesmo, os discursos legitimadores das políticas de desenvolvimento não levaram em consideração as disparidades regionais existentes no próprio sistema produtivo, de modo a perceber-se uma sobreposição entre o espaço concreto, e os atributos materiais pensados para a sua modernização.

Considera-se também fator relevante as discussões tardias referentes ao processo de preservação, manejo e melhoramento das pastagens nativas, pois as combinações políticas e econômicas responsáveis pelos projetos de desenvolvimento regional negligenciaram importantes ecossistemas que integram o bioma Mata Atlântica, criando relações desarmônicas entre a sociedade e a utilização de seus recursos naturais.

Neste mesmo sentido, confere-se à Raça Crioula Lageana importante material genético para estudos de adaptação e desenvolvimento da economia pecuária em campos do Planalto Catarinense, uma vez que os estudos científicos em torno da raça requerem também amplo conhecimento do meio natural e suas possibilidades de aproveitamento.

Além disso, ressalta-se a importância da conservação deste material genético por parte dos criadores, que ao invés de manter o conservadorismo tradicional da classe pecuarista, permitiram a inovação tecnológica através do conhecimento do potencial nativo, criando uma genética capaz de renovar as características do modo de produção local.

A fundação da Estação Experimental e do Posto Zootécnico de Lages tornou-se marco fundamental na divulgação de pesquisas e novas tecnologias sobre a utilização dos campos, bem como do processo de melhoramento das estruturas que compõem a atividade pecuária, além de possibilitar, mesmo que em suas limitações, a ligação necessária entre a pecuária regional e as ações desenvolvimentistas estaduais.

Desta forma, pensar as estratégias de desenvolvimento regional permitiu uma visão panorâmica da importância do papel da produção do espaço enquanto uma variável social, permitindo compreender os limites da autonomia política em face dos projetos de desenvolvimento, sendo uma condição arraigada a relações de poder. Toma-se, portanto, consciência da diversidade de nas relações econômicas, mesmo que palpadas no mesmo sistema produtivo.

Ao mesmo tempo, os discursos de desenvolvimento regional continuaram a ser permeados de uma proposição política que serve de veículo para uma classe social, mesmo que isto signifique um conflito entre as formações sociais tradicionais e formas de produção contemporâneas.

Assim, ao mesmo tempo em que o território é compreendido como espaço vital, mantenedor das atividades indispensáveis à sobrevivência em função de seus recursos naturais, também passou a significar um sistema de apropriação por determinados grupos, que não são homogêneos, pois diferem nas suas possibilidades de produção.

Os campos do Planalto Catarinense não podem ser então compreendidos como base de uma dialética entre as determinações ambientais e a produção do espaço, mas sim como base de múltiplas organizações socioeconômicas, que sofreram em estágios distintos, transformações ao longo do tempo. Assim, as relações estabelecidas entre a sociedade e o meio natural tornaram-se passíveis de serem investigadas e compreendidas, uma vez que se tornaram construções sociais que dão mobilidade ao espaço territorial.

A economia pecuária, extremamente ligada ao perfil da estrutura social, consolidou registros de memória coletiva que colocam a atividade como base da paisagem, condicionando por muito tempo a recepção de modelos de modernização. Este se torna um fator reducionista das políticas de desenvolvimento, bem como na orientação das práticas espaciais, de forma que os padrões culturais influenciaram diretamente nas diversas formas de organizar e pensar os modos de produção.

A partir do século XX é possível perceber novas combinações geográficas, resultantes da expansão de outras atividades produtivas, como a utilização das áreas florestadas e o desenvolvimento da extração madeireira. No entanto, a pecuária continuou consolidando a base da organização espacial das propriedades, racionalizando a utilização dos campos de pastagens.

Apesar da propriedade da terra constituir-se como gênese da formação social do Planalto Serrano Catarinense, as transformações ocorridas no modo de produção inerente à pecuária, até o século XXI, estabelecem a produção de bovinos como fator de conexão entre o espaço e as relações econômicas.

Através destas reflexões assinaladas pela pesquisa, pode-se afirmar que as relações de produção expressam diferentes dinâmicas econômicas e mesmo espaciais por estabelecerem diferentes intensidades no processo de absorção de técnicas modernizadoras, desenvolvendo diferenças sociais moldadas pela capacidade técnica das propriedades, influenciando diretamente na lógica do sistema.

## REFERÊNCIAS

### Fontes Orais:

Edison Martins. Lages/ Pecuarista. Entrevista concedida em dezembro de 2011.  
 Laélio Bianchini da Costa D'Ávila. Lages/Pecuarista. Entrevista concedida em janeiro de 2012.  
 Afonso Maximiliano Ribeiro. Lages/Pecuarista. Ex-Diretor da Estação Experimental de Lages. Entrevista Concedida em janeiro de 2012.  
 José Ireno Martins. Cerro Negro – Ex-Funcionário da Estação Experimental de Lages. Entrevista Concedida em julho de 2013.  
 Edu Reis. Lages/ Ex funcionário da Estação Experimental de Lages. Entrevista Concedida em Julho de 2013.

### Fontes Primárias:

Arquivos documentais da EPAGRI – SDR/Lages:  
 Certificados de Cruzamentos de 1912 a 1975.  
 Registros de Correspondência ao Serviço da Indústria Pastoril. Fichas sanitárias de Bovinos.  
 Pedidos de Suprimentos década de 1920.  
 Controle do desenvolvimento de Raças 1912- 1965. Planos anuais de desenvolvimento pecuário 1914 – 1965. Relatórios de Estações de Monta.  
 Livros de empréstimos de reprodutores. Prestação de Contas ao Ministério da Agricultura  
 Relatório de Atividades do Posto Zootécnico de Lages. Registros de Compra de Reprodutores.  
 Registros de importação de Materiais de Construção. Registros de Leilões.

### Arquivo Fotográfico.

Sinopses de Censos Agropecuários. Projetos de introdução de forrageiras.  
 Projetos de desenvolvimento pecuário em Campo Nativo. Decretos e Leis do Ministério da Agricultura.  
 Revistas Indústria Animal Revistas Lavoura e Criação  
 Boletins do Ministério da Agricultura  
 Plantas Territoriais Estação Experimental de Lages.

Museu Histórico Thiago de Castro:

Arquivo Fotográfico Planalto Serrano Catarinense. Jornal Correio Lageano.

Museu do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina:

Relatórios do Ministério da Agricultura

Arquivo Histórico e Geográfico de Santa Catarina:

Relatórios de Presidentes de Província Relatórios de Governadores de Estado.

ABCCL – Associação Brasileira de Criadores da Raça Crioula Lageana.

Biblioteca Centro de Ciências Agro Veterinárias da Universidade do Estado de Santa Catarina.

### Referências Bibliográficas

AB'SÁBER, Aziz. Os domínios de natureza no Brasil: Potencialidades Paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

AGOSTINI, Estela Maria. Da araucária ao pinus: uma análise geográfica do Planalto de Lages. Florianópolis, 2001. 118 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

ALMEIDA, Aluísio de. Caminhos do sul e a feira de Sorocaba. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. RJ: UFRJ, 1945.

ALMEIDA, Luis castanho de. Tropeiros do Brasil nas feiras de Sorocaba. In: Anais do X Congresso Brasileiro de geografia, 1952.

ALVES, Flamarion Dutra. Os métodos da geografia agrária clássica: Contribuição para a história do pensamento geográfico. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária. São Paulo, 2009.

ALVES, Maria Bernardete Martins; ARRUDA, Susana Margareth. **Como fazer referências**: bibliográficas, eletrônicas e demais formas de documento.

Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Biblioteca Universitária, c2001. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/design/framerefer.php>. Acesso em: 11 abr. 2013.

ANDRADE, Manuel Correia et.al. (org). O mundo que o Português criou. Recife: CNPQ, 1997.

ANDREAZZA, Heginio. Vivencia em campanha. Campos Novos: Ed. do Autor, 1985.

ARAUJO, R. V. Os Jesuítas dos Sete Povos. Porto Alegre: Ed. La Salle, 1990.

ARRUDA FILHO, José Maria. Coisas do Passado. Lages, Santa Catarina. 1964.

ARRUDA, Indalécio. Revivendo o Passado. Rio de Janeiro: Planejamento Gráfico, 1972.

ARRUDA, Gilmar (org.). A natureza dos rios: História, memória e territórios. Curitiba: UFPR, 2008.

Atlas Escolar de Santa Catarina. Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento, Subsecretaria de Estudos Geográficos e Estatísticos. Aerofoto Cruzeiro. Rio de Janeiro, 1991.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6024**: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação. Rio de Janeiro, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. Viagens pelas Províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858). São Paulo:USP, 1980.

BASTOS, José Messias. Introdução ao desenvolvimento do comércio em Santa Catarina. Santa Catarina

BARBOSA, F.D. Vacaria dos Pinhais. Porto Alegre: Ed. EST, 1978.

BERNAL, J.D. Ciência na História. Lisboa: Horizonte, 1969.

BOGACIOVAS, Marcelo Meira Amaral. Antigas propriedades rurais de Lages. In: Revista da ASBRAP. São Paulo, n. 6, p. 9-92, 1999.

BOLDRINI, Ilsi. (org). Biodiversidade dos campos do planalto das araucárias. Brasília: MMA, 2009.

BRANDÃO, Maria de Azevedo; RIBEIRO, Ana Clara Torres. Milton Santos e o Brasil: território, lugares e saber. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. 319p.

BRENNER, R. Estructura de classes agraria y desarrollo económico en la Europa pré-industrial. Barcelona: Editorial Crítica, 1988.

BLOCH, Marc. A Terra e seus Homens: Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII. São Paulo: EDUSC, 2001.

BLOEMER, Neusa Maria Sens. Brava gente brasileira: migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages. Florianópolis: Cidade Futura, 2000. 300p.

CARDOSO, F.H. Capitalismo e escravidão no Brasil meridional. São Paulo: Difel, 1962.

CARVALHO, Saulo Varella de. A tragedia do Caveiras: o assassinato de Ernesto Canozzi e Olintho Pinto Centeno. Florianópolis: Lunardelli, 1990. 263p.

CASTELLO BRANCO, Juçara de Souza; DIRKSEN, Valberto. Alemães em Lages uma trajetória de conflitos e alianças guardadas pela memória. Florianópolis, 2001. 169 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo C.C., CORREA, Roberto L. Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CHOLLEY, André. Observações sobre alguns pontos de Vista Geográficos. In: Boletim geográfico. Rio de Janeiro: CNG, n. 179 e 180, 1964.

COELHO, Pedro Paulo Waltrick.. O desenvolvimento da pecuária bovina de Lages. Florianópolis, 1982. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

CÓRDOVA, et.al. Melhoramento e Manejo de Pastagens naturais no Planalto Catarinense. Florianópolis: Epagri, 2004.

COSTA, Rogério haesbaert. Latifúndio e Identidade Regional. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

COSTA, Licurgo. O continente das Lagens. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

COTRIM, Eduardo.A fazenda Moderna: Guia do Criador de bovino no Brasil. Bruxellas: Typographia, 1913.

CROSBY, Alfred W. Imperialismo Ecológico: A expansão biológica da Europa 900-1900. São Paulo: Companhia da Letras, 2011.

DACHS, Walter. Miseráveis povos carregados de família. Jornal Guia Serrano: Lages, 24 set. 1960.

DERENGOSKI, Paulo Ramos. Memórias: Associação Rural de Lages. Lages: COAN, 2009.

DIAMOND, Jared. Colapso: Como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso. RJ: Record, 2005.

DIEGUES, A. C. S. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec,1996.  
DOBB, Maurice. A Evolução do Capitalismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

DORST, Jean. Antes que a natureza morra. São Paulo: Ed. Edgard Blücher,1973.  
EHLKE, Cyro. A conquista do Planalto Catarinense: Bandeirantes e tropeiros no sertão de Curitiba. RJ: Ed. Laudes,1973.

GOULARTI FILHO, Alcides. Formação Econômica de Santa Catarina. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

FARINATTI, Luís Augusto. Apropriação da terra e formação de grandes patrimônios na fronteira sul do Brasil, através dos inventários post mortem (1800-1860) In: Trabajos y Comunicaciones. 2009, no. 35, p. 149-171.

FLORIANI, Guilherme dos Santos. História Florestal e Sócio-Lógica do Uso do Solo na Região dos Campos de Lages no século XX. Lages: UDESC , 2007.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. Caminhos das tropas. [Florianópolis]: Fundação Catarinense de Cultura, 1989.

GRAMSCI, Antônio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

HEBERST, Ana Lucia. Análise Arqueológica das estruturas viárias do caminho das tropas em Santa Catarina. Revista Tempos Acadêmicos. n.10. Santa Catarina: Criciúma, 2012,

HOBBS, Eric. J. A Era do Capital. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Caminhos e Fronteiras. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

JUNIOR, Caio Prado. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 2008.

JUNIOR, Manuel Diegues. Regiões Culturais do Brasil. Rio de Janeiro: INEP, 1960.

LAZZARINI, Sergio; MIRA, Marly A. Fortes Bustamante (Marly Anna Fortes Bustamante). História demográfica da Paróquia de São João Batista de Campos Novos, 1872-1940. 1993. 156f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes africanos em Santa Catarina: Invisibilidade história e segregação. Textos e Debates. Florianópolis: UFSC, 1989.

LIMA, Agílio R. de. Vultos da história lageana. Florianópolis: Museu Thiago de Castro: FCC, 1994. 222p.

LENIN, V. O programa agrário da social democracia na primeira Revolução Russa de 1905-1907. Rio de Janeiro: Ed. Vitória, 1954.

LENZI, Cristiano Luis. O “modelo catarinense” de desenvolvimento: Uma ideia em mutação? Blumenau: EDIFURB, 2000.

LINHARES, Temístocles. História econômica do mate. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1969.

MARCON, Telmo. Memória, história e cultura. Santa Catarina: ARGOS, 2003.

MARTINS, Vera Maria Villamil. Raça Crioula Lageana: O esteio do ontem, o labor do hoje e a oportunidade do amanhã. Lages: Ed. ABCCL, 2009.

MARTINS, César A. A. Região Sul: Notas sobre a construção de uma perspectiva. In: GEOGRAFIA ECONOMICA. Anais de Geografia Econômica e Social. Florianópolis: Geociências/UFSC, 2010.

MARX, Karl. A origem do Capital: A acumulação primitiva. São Paulo: Ed. Global, 1977.

MARX, Karl. O capital. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MEIHY, Jose Carlos Sebe Bom. (Re) introduzindo a historia oral no Brasil. São Paulo: USP, 1996.

MORAES, Antônio C. R. Ideologias Geográficas: Espaço, cultura e política no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MORAES, Antônio C. R. Geografia Histórica do Brasil. São Paulo: Annablume, 2009.

NUERNBERG, Claudete Schrage. Espécies nativas de gramíneas (poaceae) que ocorrem nos campos de Lages-SC. Florianópolis: EMPASC, 1980.

OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. Vida Laboriada. Florianópolis: 1996. Uma fita de vídeo (16min): UFSC (Vídeos didáticos pedagógicos).

OLIVEIRA, Osvaldo André. Os protagonistas da história dos Campos Neutrais. RS: Revista Biblos. n.24. 2010.

OSÓRIO, Helen. Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América. Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Niterói, Curso Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense. (tese de doutoramento). 1999.

PELUSO JUNIOR, Victor Antônio. Latifúndios e Minifúndios no Estado de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1971. Aspectos Geográficos de Santa Catarina. Florianópolis: FCC/EDUSFSC, 1991.

SOLLERO, Bruna Pena. Diversidade genética das raças naturalizadas de suínos no Brasil por meio de marcadores microssatélites. Brasília: UNB 2006.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. Formação sócio-espacial do litoral de Santa Catarina (Brasil): Gênese e transformações recentes. Florianópolis: Revista Geosul. v.18. n.35. 2003.

PIAZZA, Walter F. Santa Catarina: Sua história. Florianópolis: UFSC, 1983.

PILLAR, Valério de Patta Et.al. Campos Sulinos: Conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília: MMA, 2009.

PONTING, C. Uma história verde do mundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SERPA, Élio Cantalício. Os indômitos povos de que Ella a Villa de Lagens se compõe pela maior parte. In: Revista Catarinense de História. N.2. Florianópolis, 1994.

MARTINS, Vera Maria Villamil. Raça crioula Lageana: O esteio do ontem, o labor do hoje e a oportunidade do amanhã. Lages: Ed. ABCCL, 2009.

MOLINUEVO, H. A. Genética Bovina y Produccion em Pastoreo. Buenos Aires: Ed. INTA, 2005.

PRIMAVESI, Ana. Manejo Ecológico de Pastagens em regiões tropicais e subtropicais. São Paulo: Nobel, 1986.

QUIN HUI. A divisão do patrimônio da grande família. Revista Contragolpes. São Paulo: Boitempo, 2006.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916). 3. Ed. São Paulo: Ática, 1981. Coleção Ensaios, n. 23.

RANGEL, Ignácio. Obras Reunidas (2vols). Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.  
RANGEL, Ignácio. Economia brasileira contemporânea. São Paulo: Bial, 1987.

RANGEL, Ignácio. Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro. São Paulo: Bial, 1990.

RÉMOND, RENÉ. O século XIX: Introdução à História de nosso tempo. São Paulo: Ed. Cutrix, 1974.

RENK, Arlene. A luta da erva: um ofício étnico no oeste catarinense. Chapecó: Grifos, 1997.

REZENDE, Carlos Alberto Pereira de. Bovinocultura de corte. SP: Lavras: 2000.  
ROCHE, Jean. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1969.

ROMERO, Nilo Ferreira. Manejo Fisiológico dos Pastos Nativos Melhorados. Guaíba: Ed. Agropecuária, 1998.

RITTER, W; SORRENSON, W.J. Produção de Bovinos no Planalto de Santa Catarina. Florianópolis: EMPASC, 1985.

SAINT-HILAIRE, A. Viagem à Curitiba e Província de Santa Catarina. Belo Horizonte : Itatiaia; São Paulo : EDUSP, 1978.

SANTOS, Lucy W. Estação Agronômica e de Veterinária do Estado: Uma abordagem sobre o início da pesquisa agrícola em Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1998.

SANTOS, Lucila M.S., et al. Bom Jesus e o Tropeirismo no Brasil Meridional. RS: Ed. EST, 1995.

SANTOS, Lucila M.S., et al. Bom Jesus e o Tropeirismo no Brasil Meridional. RS: Ed. EST, 2000.

SANTOS, Silvio Coelho. A modernidade chega pelo trem. In: SANTOS, Silvio Coelho (org). Santa Catarina no século XX: ensaios e memória fotográfica. Florianópolis: Ufsc/FCC Edições, 2000.

SANTOS, Milton. Espaço e sociedade: ensaios. Petropolis: Vozes, 1979. 156p

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 308p.

SOUZA, Marcelo Lopes. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TRICART, Jean. O Campo na dialética da Geografia. USP: Revista do departamento de Geografia, n.19. 2006.

VALVERDE, Orlando. Geografia da pecuária no Brasil. FINISTERRA: Revista Portuguesa de Geografia. v.2. n.4 . Disponível em: [www.revistas.rcaap.pt/finisterra](http://www.revistas.rcaap.pt/finisterra).

VEIRA, Maria Graciana E. De Deus, PEREIRA, Raquel M.F.A. Latifúndio Pastoril e Pequena Produção Mercantil: O caso do Brasil subtropical. In: GEOGRAFIA ECONOMICA. Anais de Geografia Econômica e Social. Florianópolis: Geociências/UFSC, 2010.

ZARTH, Paulo A.. Do arcaico ao moderno: as transformações no Rio Grande do Sul do século XIX. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

WEIBEL, Leo. Princípios da colonização europeia no sul do Brasil. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, Ano 11.

WEIBEL, Leo. Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil. RJ: IBGE, 1979. EGITO, A.A.; MARIANTE, A.S.; ALBURQUERQUE, M.S.M. Programa brasileiro de conservação de recursos genéticos animais. Archivos de Zootecnia, v.51, p.39-52, 2002.

VEIGA, Thiago Filipe et al. Raça crioula lageana: percepções em relação às possibilidades de sua exploração na região do planalto catarinense. REVISTA BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA, [S.l.], v. 4, n. 1, jul. 2009. ISSN 1980-9735.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. Rio de Janeiro: [S.n.], 1993. 60 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Biblioteca Universitária. **Trabalho acadêmico: guia fácil para diagramação**: formato A5. Florianópolis, 2009. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/design/GuiaRapido2012.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2013.